

cadernos do

terceiro mundo

Moçambique

o povo em armas

mensal • Agosto de 1982 • Esc 80\$00 • Kz 60.00 • Mt 80\$00 • Pg 80\$00 • CV 80\$00 • Crs 200,00 • Ano V • n.º 46



**HOLOCAUSTO
NO LIBANO**

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

Aos leitores

O Líbano em ruínas

A nossa atenção continua, como não poderia deixar de ser, centrada na patética situação que se vive no Líbano e, particularmente, em Beirute Ocidental. No momento em que fechamos esta edição, a violência dos combates recrudesce de intensidade e os israelitas, uma vez mais, fazem tábua razeira das resoluções das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança ao impedirem a instalação de observadores da organização mundial que tinham por missão fiscalizar um cessar-fogo permanentemente desrespeitado por parte das forças de Israel.

A cada dia que passa, o número de vítimas, feridos e estropiados aumenta entre a população civil palestina e libanesa sitiada no «guetto» de Beirute Ocidental pelas tropas israelitas às ordens de Menahem Begin e Ariel Sharon. O perigo do aparecimento de graves epidemias nunca foi tão grande.

A brutalidade e a sucessão dos acontecimentos em Beirute não se compadece porém com a periodicidade mensal de uma revista como a nossa, mas não é por essa razão que lhe dedicamos menos atenção, ainda que correndo o risco de desactualização sempre frustrante num trabalho jornalístico sério como aquele que sempre procuramos fazer. E se os confrontos na capital libanesa depressa se tornaram notícia do conhecimento público, o mesmo não acontece no terreno da luta diplomática, onde as coisas são muito menos transparentes. A nossa companheira Beatriz Bissio – que se encontrava em Beirute quando teve início o bombardeamento à capital libanesa e a invasão israelita ao país dos cedros – aborda pormenorizadamente esta questão e constata que na guerra das chancelarias a OLP e os palestinos, talvez um tanto surpreendentemente para Begin, se encontram na ofensiva, tendo obtido ganhos consideráveis. Por seu lado, o nosso companheiro Hugo Neves conta-nos aquilo que viu e ouviu numa viagem que o levou de Telavive a Beirute; enquanto que na nossa redacção em Lisboa, o representante da OLP em Madrid nos revela as ambições dos Estados Unidos no Médio Oriente.

Em África, merece especial destaque a mobilização do povo moçambicano e do seu partido dirigente – a Frelimo – contra as agressões e as provocações que lhe move o regime do apartheid, seja directamente, seja através de grupos de bandoleiros que apoia, arma e financia.

Destacamos ainda neste número um estudo da relação entre países pobres e países ricos, na qual estes últimos continuam a utilizar o falso argumento do preço do petróleo – ou seja, a política da OPEP – como factor principal da grave crise económica mundial que acaba por atingir muito mais os primeiros daqueles países, mergulhados numa dívida externa que cresce assustadoramente – este um outro tema que abordamos sucintamente nesta edição.

Clube de Amigos

(...) Seria muito bom que V. aceitasse a minha ideia e pudesse já passar a criar o Clube de Amigos, porém já com alguns dados: as pessoas deveriam enviar todos os dados, foto e fotocópia do bilhete de identidade para ficheiro, pois há muitos abusos e brincadeiras nestes projectos
*Barto Fungeti,
 Passo Fundo, Brasil*

(...) Excelente ideia! O Clube deveria ter sedes nas mais importantes cidades dc pais e do Terceiro Mundo, com bibliotecas, filмотecas, propiciando assim a possibilidade de um verdadeiro intercâmbio de informações e dados entre os batalhadores pela causa da emancipação do Terceiro Mundo.
*José A. Silva,
 São Paulo, Brasil*

(...) Há estruturas já montadas, tais como clubes de cinema e organizações de apoio e solidariedade com países terceiro-mundistas, como é o caso de El Salvador e da Nicarágua e também de apoio à OLP, que poderiam ser mais algumas parcelas a somar.
*Arlindo F. Bezerra,
 Rio de Janeiro, Brasil*

Foi com satisfação que li no número 44 de Maio último dos «cadernos» a proposta que nos é feita em torno da ideia já por várias vezes focada, por parte de muitos leitores, ou seja a questão dos «Clubes Amigos do Terceiro Mundo».

Vivemos num mundo em que as multinacionais e transnacionais da informação, nos injectam a sua mercadoria, tentando moldar o nosso pensamento às suas ideias e visões unilaterais, nomeadamente sobre o chamado «Terceiro Mundo». Basta muitas vezes o seu silêncio propositado, para que o consumidor da sua mercadoria, desprevenido, possa ficar com um conhecimento distorcido da realidade. Como exemplo, pode-se apontar com o silêncio com que envolvem a invasão raci-fascista da África do Sul à martirizada Angola. Outras vezes, não utilizam o silêncio, mas sim um tratamento superficial, quase que fazendo crer que determinado assunto é superficial, como seja o caso das últimas informações sobre El Salvador. Isto para não falar de casos de omissão absoluta, ou distorção completa da realidade. Mas sobre este assunto, não vale a pena estar sequer a falar, porque a maioria dos leitores dos CTM, estão demasiado bem informados, em grande parte mercê do trabalho da equipe dos CTM (altura ideal para vos felicitar pelo excelente trabalho sobre a informação e o Terceiro Mundo, publicado no número 43 de Abril deste ano).



Mas, respondendo então à vossa proposta eis algumas ideias, baseadas nas seguintes questões:

1 - O que poderão vir a ser os C.A.T.M.?

2 - Que actividades?

1 - Serão clubes formados por assinantes e/ou leitores dos CTM, tendo como finalidade o aprofundamento dos conhecimentos sobre os mais variados aspectos da vida dos países do Terceiro Mundo, e a sua subsequente divulgação, o mais ampla possível, de maneira a que se incremente a solidariedade para com determinado país e as lutas políticas, económicas, etc., que levam a cabo.

2 - Uma imensidade de actividades poderão desenvolver os C.A.T.M., eis algumas:

Organização de semanas de solidariedade com determinados países;

Divulgação da literatura, cinema, e outros campos da cultura;

Organização de conferências colóquios sobre os mais diversos assuntos, que possam ter interesse sobre os países do Terceiro Mundo e os seus problemas;

Organização de discussões colectivas, tendo como tema o assunto de capa do último número dos CTM («África em mudança»);

Organização de exposições, que poderão ser itinerantes, através dos diversos C.A.T.M., existentes;

Feitura de jornais de parede, aproveitando as colectividades populares e em colaboração com elas;

Troca de documentos, publicações e experiências, com outros C.A.T.M., de outros países.

*Tomás Albergaria,
 Vila Nova de Gaia, Portugal*

4,5 milhões de palestinos

Sabemos que os palestinos - povo sem terra - estão espalhados por todo o Mundo Árabe. Mas há estimativas aproximadas do total da população palestina?

Amílcar Esteves, Luanda, Rep. Pop. de Angola

n.d.r. - Remetemos o leitor para o «dossier» publicado no n.º 27 da nossa revista de Setembro de 1980, onde poderá encontrar muitos elementos sobre o povo palestino. Além disso, segundo o «Palestinian Statistical Abstract» de 1981, publicado em Damasco pelos serviços centrais de estatísticas da OLP, a população palestina atingia, no fim do ano

passado, cerca de 4,5 milhões de pessoas dispersas da seguinte forma:

Israel	550.000
Cisjordânia	833.000
Faixa de Gaza	451.000 (1)
Jordânia (Transjordânia)	1.148.334
Síria	222.525
Líbano	358.207
Kuwait	229.710
Iraque	20.604
Líbia	23.759
Egipto	45.605 (1)
Arábia Saudita	136.779
Emiratos Árabes Unidos	36.504 (2)
Qatar	24.233 (3)
Bahreim	2.000
Oman	50.706
EUA	104.856
Diversos países	140.116

O total de 4.449.138 é inferior à realidade, dado que os palestinos residentes noutros países árabes não designados e nos países socialistas, não foram recensados

(1) sem contar com a população da região de El-Arish entregue ao Egipto em 26 de Abril de 1982

(2) segundo recentes declarações do representante da OLP em Abou-Dhabi ao jornal francês «Le Monde», que se referia a estes registos, os Emiratos contam, na realidade, cerca de 70.000 pessoas

(3) mais de 30.000 segundo o representante da OLP em Doha

Intercâmbio

- Carlos Alberto Lemos
 Av. da República, 1774, 6.º E - Corpo Sul
 4400 Vila Nova de Gaia, Portugal
- Marcos José Garbini
 R. Padre Estevão Perret, 402, Tatuapé
 03315 São Paulo - SP, Brasil
- Barto Fungeti
 C.P. 188
 Passo Fundo - RS, Brasil
- Carlos Eduardo Quadro da Silva
 R. Mário Portela, 161/802-B
 22241 Rio de Janeiro - RJ, Brasil
- Regina da Silva Tietgen
 R. Rafael Fernandes, 27
 08700 Mogi das Cruzes - SP, Brasil
- Laurindo Cassumba Teca
 C.P. 2698
 Luanda, Rep. Pop. de Angola
- Santos Alberto
 a/c Luis Kussaia
 C.P. 15, Sorra, Dundo-Diamang
 Lunda-Norte, Rep. Pop. de Angola



Editor e Director: Atila J. Campos
Proprietário:
Instituição Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1,
tel. 320880 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 38 000 exemplares
Depósito Legal: 181882

Conselho Editorial Internacional:
Darcy Ribeiro — José Sarney
Henry Kissinger
Adolfo de Burgos
Walter Dill Scott

DISTRIBUIDORES

Editorial

5 A ressurreição imperial e o despertar da América Latina

Matéria da capa: Holocausto no Líbano

10 A ofensiva palestina, *Beatriz Bissio*

17 Um país em escombros, *Hugo Neves*

21 Entrevista com o representante da OLP em Madrid, *Natal Vaz*

África

25 **Moçambique:** A luta pelo socialismo, *Etevaldo Hipólito*
O povo em armas

37 **Argélia:** O homem contra o deserto, *José Cabral*

43 **África do Sul:** O elo fraco da cadeia, *Alice Nicolau*

América Latina

49 **Uruguai:** Emoção na Catedral, *Emília Hernandez*

53 **Nicarágua:** Entrevista com Ernesto Cardenal, *Ronald Lapa*

57 **Malvinas:** A última viagem de Gulliver, *Germán Wettstein*

Comunicação

63 A guerra vista da TV, *Rufus Jones*

Norte-Sul

71 Os mitos do petróleo, *Pablo Piacentini*

83 A bola-de-neve da dívida externa, *Agustín Castaño*

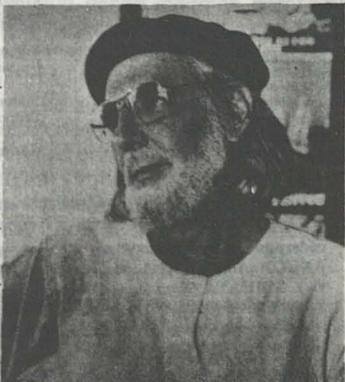
85 **Panorama Tricontinental**

Cultura: O cinema no Brasil

90 «Prá frente Brasil», *M.A. Jacobskind*

92 Cinema, monopólio e identidade nacional, *Orlando Senna*

95 Presença do cinema brasileiro





PORTE PAGO
REVISTA MENSAL

CADERNOS DO
tercer
mundo

third
world

cadernos do
terceiro
mundo

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro — Juan Somavía
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

● Edições em português

ANGOLA — CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU — MOÇAMBIQUE
PORTUGAL — S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Administrador
Ernesto Pádua
Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Leonardo Mourão
Revisão
Estevam Reis
Documentação e Arquivo
Cristina Assis
Serviços Comerciais
José C. Figueiredo
Publicidade
José Ferreira
Composição e Impressão
Renascença Gráfica e Gráfica Europam, Ld.^a
Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira S.A.R.L.
Representantes
Angola
Luís Henriques, C.P. 3593, Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito e João Escadinha
Rua Kongwa, 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director e Editor
Neiva Moreira
Director Administrativo
Altair L. Campos
Secretário de Redacção
Carlos Castilho
Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
C.P. 60086, CEP 05033
Arte
Carmem Saporetto (editor)
Samaral e Amaury dos Anjos
Tradução
Vanize Campos
Revisão
José Carlos Gondim
Cláudia Guimarães
Assinaturas
Márlia Mourthé
Documentação e Arquivo
Lídia de Freitas
Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição
Homero Souza
Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Ed. Ld.^a
Rua do Senado, 349

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 — grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/RJ
CEP 20.241 — Rio de Janeiro — RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2.195 — P. 209/73

● Edições em espanhol

MÉXICO — AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a.c.
calle Califórnia, 98A — Coyoacán
México, 21 DF — telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

BOLÍVIA — CHILE — COLÓMBIA
ECUADOR — PERU — VENEZUELA

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru — Telefone. 724-712

● Edições em inglês

ESTADOS UNIDOS — CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 — México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzania), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzania).

Editor e Director: Altair L. Campos

Propriedade:
tricontinental Editora, Lda.
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.^o
tel. 320650 1200 Lisboa
Tiragem desta edição: 36 000 exemplares
Depósito Legal: 789/82

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 1111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Tua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontário, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLÓMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 N.º 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. ECUADOR: Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colómbia 248, of. 205. Quito. Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N.Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 València St. San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria «José Trinidad Reyes», Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesì Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt N.º 47, México 1, D.F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Óscar Pérez Cassas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: CDL, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marin Esq. Ave Gonzalez, Rio Piedras — Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramirez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUECIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

A ressurreição imperial e o despertar da América Latina

A guerra nas Malvinas abriu numerosas interrogações, pôs em acção mecanismos de projecções insuspeitadas e colocou em crise instituições que pareciam solidamente estabelecidas e donas de um longo futuro.

Mas, sobretudo, demoliu mitos e fez os latino-americanos – e com eles o Terceiro Mundo – encararem uma realidade que muitos acreditavam superada: o imperialismo ressuscitado que, para preservar as suas possessões, recorre ao emprego da força militar.

A Grã-Bretanha travou essa batalha com apoio logístico militar dos Estados Unidos e ajudada pelas sanções económicas e militares que oito países da Comunidade Económica Europeia (CEE) impuseram à Argentina.

E embora seja notório, ressaltemos este facto: os países da CEE – com excepção da Itália e da Irlanda – ratificaram as suas sanções por tempo indeterminado depois de Londres ter lançado a sua ofensiva bélica e afundado um cruzador argentino – o *General Belgrano*, com mais de 300 mortos – fora da zona de exclusão que a própria Armada Real havia imposto.

Essas sanções foram mantidas sem hesitação depois de as tropas britânicas terem iniciado a ocupação das ilhas em operações de alto custo humano e nas vésperas das batalhas finais em torno da capital das Malvinas que, era sabido, implicariam muitas mais vidas perdidas.

E lembremo-nos que foi nesses momentos que

o exército israelita iniciava – a 4 de Junho – a série de ataques mais violenta dos últimos anos contra o Líbano e as posições palestinas.

Os bombardeamentos provocaram elevadíssimos custos humanos e materiais – civis e militares – em Beirute e em numerosos centros libaneses, enquanto as forças israelitas penetravam em profundidade no interior do país.

Ao mesmo tempo que isso acontecia no Médio Oriente, em Versalhes os governos das sete maiores potências capitalistas celebravam com fausto a sua reunião de cúpula. E a única coisa que declararam sobre essa brutal guerra de agressão contra uma nação soberana e contra um povo despojado dos seus direitos nacionais pela violência, foi uma «enérgica reprovação».

Apenas duas palavras e nenhuma medida. E é só com palavras que essas mesmas potências condenam a implantação de um regime racista de minoria branca na África do Sul e a sua ocupação ilegítima da Namíbia, nada fazendo para a impedir. Essa ausência de medidas em relação a causas justas de valor universal – tanto que invocam os mesmos princípios das potências do Ocidente – mostram como as normas formais da convivência internacional contrastam de modo revelador com a mobilização bélica, económica e política em prol da guerra injusta declarada pela Grã-Bretanha.

Esse trágico episódio veio esclarecer aqueles (muitos de boa-fé) que subestimavam a natureza

os interesses da região eram compatíveis com os norte-americanos e que a OEA era o foro onde as controvérsias recíprocas poderiam ser expressas e conciliadas. Essas forças formavam um amplo segmento no qual se situavam os sectores moderados e conservadores da região. E, no entanto, no dia seguinte ao início do conflito, grande parte desses sectores – como, para dar um destacado exemplo, o governamental partido democrata-cristão da Venezuela – colocaram-se abertamente ao lado da Argentina, denunciaram os Estados Unidos e os europeus e proclamaram a acta da desactivação da OEA.

Outro exemplo importante – devidamente compreensível, explicável por ter partido do país agredido – foi oferecido pelo ministro Costa Méndez, da Junta Militar argentina que, em Dezembro passado, havia anunciado a santa aliança do seu país com o Ocidente e repudiado o Movimento dos Países Não-Alinhados. Em princípio de Junho, o mesmo ministro participou numa reunião do Movimento em Havana e fez um acalorado pronunciamento anti-imperialista, em nome da Junta Militar.

O que estes sectores estão a dizer e a denunciar hoje em dia é exactamente o que os movimentos progressistas e nacionalistas da região sempre afirmaram. E esse facto ilustra a amplitude da tomada de consciência anti-imperialista que se está a verificar. Esses latino-americanos moderados e conservadores têm o seu paralelo nos árabes moderados (que afirmam que poderão conciliar os seus interesses com os Estados Unidos) e nos africanos, que continuam a acreditar que algo parecido poderia ocorrer em relação ao regime da África do Sul.

É por isso que o conflito das Malvinas, paralelamente ao facto de deixar um penoso saldo de morte e destruição, foi também um poderoso factor de consciencialização do Terceiro Mundo. Depois da guerra das Malvinas, a América Latina é outra. A consciência nacional da região e o seu reconhecimento da verdadeira natureza do imperialismo deram um salto de sete léguas. Esse banho de sangue infligido por uma potência europeia, por uma potência da NATO, é o doloroso e brutal ponto de partida para que a Argentina assumira a identidade latino-americana que, mais do que qualquer outro país da região, a europeizada nação do Cone Sul havia resistido até agora em adoptar.

Isso inaugura um processo de carácter inédito no Sul do continente americano. A aproximação entre os países latino-americanos, o estreitamento das suas alianças e das suas fórmulas de cooperação é a primeira etapa. Mas esse processo deverá culminar, sucessivamente, na articulação de um sistema político-económico latino-americano que exprima os interesses sectoriais e globais da região, com exclusão dos Estados Unidos.

Este seria o melhor modo da América Latina se inserir no contexto internacional. Dotar-se a si mesma de um instrumento por meio do qual possa realizar a integração regional, empreender acções conjuntas com a Ásia e a África e, unida, defender os seus interesses frente aos Estados Unidos, à Europa e ao resto do mundo.

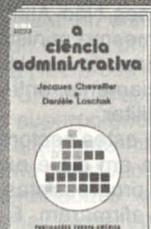
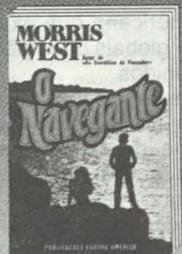
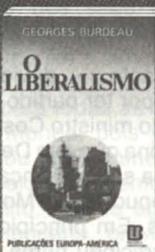
De contrário, em vez de assumir a sua própria identidade, negar-se-ia a si própria como região que tem uma história, uma cultura e um passado específicos.

LER É ... PRAZER

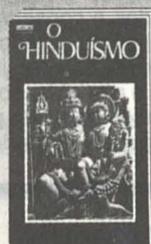
SABOREAR UM BOM LIVRO
É UM PRAZER TÃO AGRADÁVEL
COMO VER UM BOM FILME

PORÉM, UM LIVRO LÊ-SE SEMPRE
CADA NOVA LEITURA NÃO CUSTA MAIS UM CENTAVO
NÃO GASTA ENERGIA. UM LIVRO FICA
É QUASE ETERNO. LÊ-SE SÓ QUANDO NOS APETECE

ESTES SÃO LIVROS A LER... COM PRAZER.
SÃO NOVIDADES



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
UMA EDITORA DE DIMENSÃO EUROPEIA





HOLOCAUSTO NO LÍBANO

A ofensiva palestina

Depois de resistir heroicamente ao cerco de Beirute, os palestinos tomam a iniciativa de reconhecer todas as resoluções das Nações Unidas

Beatriz Bissio



SEGUNDO revelaram diplomatas colocados em Beirute, a certa altura das negociações, o enviado do presidente Reagan, Philip Habib, reconheceu estar surpreendido perante a vitalidade demonstrada pela OLP durante o mais longo cerco militar que uma capital árabe sofreu na era moderna. «A OLP actua como se as suas forças estivessem a rodear Telavive e não os tanques dos israelitas Beirute Ocidental», teria exclamado o negociador norte-americano.

É evidente que essa firmeza palestina provocou algumas dores de cabeça a Menahem Begin, a Ronald Reagan e a vários governantes árabes. Para Begin, a jogada da operação «Paz para a Galileia» teria tido

muito menor custo político (e militar) interno e internacionalmente se a OLP tivesse cedido às pressões de toda a espécie que foram exercidas sobre os seus quadros dirigentes durante o cerco de Beirute. Reagan não teria sido obrigado a dar tantas explicações ao Congresso e à opinião pública norte-americana sobre o fornecimento a Telavive de armamento proibido, como bombas de fragmentação, e, quase seguramente, o general Alexander Haig teria superado, uma vez mais, o seu erro de confundir as suas funções como chefe do Departamento de Estado com o rigor da vida militar. Quanto aos governos árabes mais pró-norte-americanos, esses teriam apenas desviado alguns petrodólares para ajudar a OLP a ressurgir noutra lugar, mas sem temer a curto prazo a sua influência política, diplomática e militar.

Em condições de total adversidade, apesar do golpe sofrido com a queda do Castelo de Beaufort, a destruição total de Tiro, Sidon e Nabatieh, a queda de Damour, os milhares de prisioneiros e os milhares de feridos e mortos, o material bélico perdido e o cerco na estreita e destruída zona de Beirute Ocidental, a OLP e os libaneses progressistas surpreenderam os estrategos israelitas e a opinião pública mundial.

Os heróis de Beirute

Essa determinação da OLP de não abandonar Beirute — pelo menos até que uma negociação ou compromisso o justificasse — originou alguns comentários significativos. O diário *Al Bayan*, publicado nos Emiratos Árabes e sem antecedentes de maior simpatia pela prática da resistência palestina, escreveu: «Ninguém estranho ao mundo árabe tem direito a ditar aos heróis da sitiada Beirute o que devem fazer porque estes enfrentam a máquina bélica israelita apoiada pela primeira potência mundial. O silêncio árabe demonstra que só aos combatentes lhes assiste o direito de tomar uma decisão sobre o seu presente e o seu futuro». E mais adiante: «Israel perdeu mais do que ganhou», acrescentando, por outro lado, que «os Estados Unidos se deram muito rapidamente conta de que grande parte da influência que laboriosamente haviam construído na região durante dez anos, tinha desaparecido em fumo devido à indiferença de Washington perante o destino da nação árabe».

A surpreendente resposta ao cerco de Beirute não é inexplicável. Não é esta a primeira vez que a Organização para a Libertação da Palestina parece estar entre a espada e a parede.

O seu futuro era incerto depois do trágico Setembro Negro em que foi expulsa da Jordânia com um pesado balanço de vinte mil mortos. Ali tinha radicado

a OLP os seus principais dirigentes e desenvolvido as suas estruturas políticas, sociais e militares no exílio. Em 1970, o rei Hussein não acabou com a resistência palestina, que ressurgiu no Líbano quase do nada. Em 1975, só cinco anos mais tarde, estalava a guerra civil libanesa, na qual os palestinos tiveram um papel relevante, lutando juntamente com os libaneses progressistas. Houve momentos terríveis nessa guerra, como o cerco do campo de Tal al-Zaatar, habitado por libaneses pobres e palestinos refugiados, que suportaram a artilharia dos cristãos falangistas e dos recém-chegados sírios, chamados pelo governo cristão de Beirute para conterem o avanço dos muçulmanos progressistas. Tal al-Zaatar deixou um saldo de vinte mil mortos, mas a OLP também não acabou nessa batalha nem no fim da guerra civil, nem os seus aliados libaneses foram destruídos. A guerra deu lugar a um *statu-quo* muito especial — definido por alguns como «nem guerra, nem paz» — que, apesar de precário, permitiu normalizar o funcionamento das instituições e reorganizar as forças.

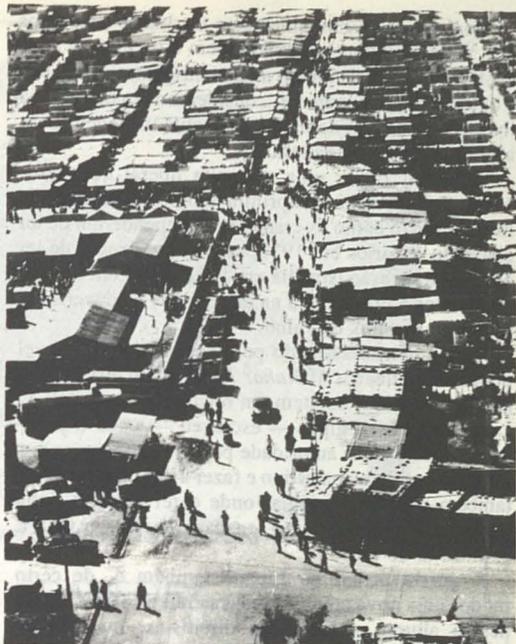
A OLP dedicou-se a desenvolver as suas estruturas político-militares, enquadrar os seus militantes, organizar os refugiados e deu um salto qualitativo na sua actividade diplomática. Aprofundou e estreitou, também, a sua aliança com os libaneses progressistas, com os quais criou um comando militar unificado e forças conjuntas que dominavam Beirute Ocidental e o sul do Líbano.

Quando Israel cercou Beirute em Junho passado, um dos seus objectivos não declarados era aproveitar-se do desespero da população civil para pressionar o movimento progressista libanês a romper a sua aliança com a OLP e deixá-la entregue à sua sorte. Mas era uma análise extremamente simplista, pois tratava-se efectivamente de uma aliança e não de uma mera atitude solidária. Aliança em que ambas as partes se fortaleciam e se apoiavam.

Esta eficiência começou a ficar clara quando o cerco de Beirute Ocidental começou a prolongar-se e as condições de vida se tornaram intoleráveis. Até o próprio Philip Habib se deve ter surpreendido ao descobrir que o cerco de Beirute contribuía para definir claramente os campos e que pela população muçulmana libanesa começava a falar um porta-voz insuspeito: o primeiro-ministro Chaffic Wazzan.

Não à capitulação

Na divisão gerada pela guerra, que cortou Beirute ao meio, o poder do Estado libanês também ficou, simbolicamente, dividido. A presidência da República em Baabda, do lado de Beirute Oriental, e a sede do primeiro-ministro no lado ocidental.



Os campos de refugiados palestinos no Líbano tornaram-se os alvos preferenciais da artilharia e da aviação israelitas

O cerco israelita a Beirute Ocidental apanhou o primeiro-ministro (muçulmano) Chaffic Wazzan dentro da área sitiada e como ele se negou sistematicamente a passar pelas linhas israelitas, permaneceu vários dias sem sair de Beirute Ocidental, sofrendo as mesmas limitações e angústias que o resto da população. Correspondentes estrangeiros relataram que num desses dias Wazzan chamou por telefone o presidente Sarkis, que estava no palácio presidencial de Baabda, para lhe perguntar se também estava sem água e luz. Este episódio não significa apenas uma forma do primeiro-ministro chamar a atenção sobre o que estava a ocorrer no outro lado do cerco israelita, mas revela sobretudo as cada vez mais nítidas divergências políticas que separam o presidente Elias Sarkis (cristão maronita) e o ministro dos Negócios Estrangeiros Fuad Butros (grego ortodoxo), por um lado, e Chaffic Wazzan e outros ministros muçulmanos, por outro.

Sarkis e Butros mostraram-se favoráveis à saída da OLP de Beirute e inclusive do Líbano. Wazzan, não. Para ele e para amplos sectores libaneses muçulmanos, as posições de Sarkis equivalem a uma capitulação. Aceitar a saída da OLP significaria dar luz verde à contida ambição da comunidade maronita de se apoderar de todo o poder. Uma medida previsível seria entregar a presidência do Líbano a Beshir Gemayel, o chefe das falanges, o qual não dissimula a sua vocação ditatorial e que, uma vez no poder, usaria a sua força militar para acabar de esmagar os grupos progressistas.

Mas não só os muçulmanos e os drusos (liderados por Walid Jumblatt) que defendem a permanência da OLP no Líbano. Também alguns dirigentes maronitas a defendem publicamente, considerando oportunista a intenção de extrair da invasão israelita vantagens para a política interna libanesa.

Raymond Edde, uma maronita liberal que desde 1976 vive no exílio, exprimiu a opinião de que, do mesmo modo como os cristãos se arrependeram de ter chamado os sírios em 1976, se irão arrepender de ter apoiado a invasão israelita em 1982. Edde era um dos candidatos à presidência na eleição que se deveria ter realizado em fins de Julho.

Num editorial assinado pelo principal responsável do matutino libanês *Al-Nahar* Abu Jauden, este traçou as diferenças que existem em relação ao passado: «O Líbano não é o Egipto — escreveu — onde o presidente Sadate tinha autoridade política para passar por cima do problema palestino e fazer a paz com Israel. E também não é a Jordânia, onde o rei Hussein tinha poder militar para dirigir o seu exército contra a OLP e expulsá-la do país».

A guerra actual no Líbano também é, de certo modo, uma nova etapa da guerra civil de 1975. Como nessa altura, os libaneses direitistas, maioritariamente da comunidade maronita, cedem às pressões norte-americanas e fazem o jogo de Israel, enquanto que os libaneses progressistas, cuja base social são os muçulmanos e os drusos, se empenham em ligar o seu destino ao povo palestino.

Em fins de Julho, no termo de uma reunião de Chaffic Wazzan com Yasser Arafat e vários ministros libaneses islâmicos, o primeiro-ministro declarou: «Tanto o povo palestino como o povo libanês são vítimas de uma conspiração tramada entre os Estados Unidos e Israel».

Os dirigentes políticos nacionalistas rechaçaram igualmente a possibilidade de apoiar o desarmamento unilateral da OLP e das suas próprias forças, exigido por Israel e co-patrocinado por Washington. Estavam presentes na reunião onde foram tomadas estas decisões, o ex-primeiro-ministro Salim Al-Hoss, o líder do movimento nacionalista libanês, Walid Jumblatt, o chefe do movimento (chiita) Amal, Habib Perri, o líder do movimento mourabitoun, Ibrahim Qoleirat e o ex-primeiro-ministro Rashid Karami. Todos eles advertiram que qualquer proposta nesse sentido «é totalmente inaceitável». Karami acrescentou: «é melhor o martírio que viver humilhados» e exortou os nacionalistas libaneses e resistir com firmeza.

Por seu lado, a OLP declarou-se «preparada para enfrentar o pior» em Beirute. Mas, apesar disso, decidida a não fazer concessões. Abu Musa, vice-comandante do Estado Maior das Forças Conjuntas Palestino-Libanesas, afirmou: «A resistência palestina está preparada para travar uma longa batalha por Beirute. Disponos de todos os meios para uma guerra prolongada». E acrescentou: «os combatentes das forças conjuntas adquiriram durante esta longa guerra

contra Israel uma intensa experiência. Ficou demonstrado que o soldado israelita não é superior em nenhum aspecto».

Mas se bem que a resistência militar da OLP e dos libaneses progressistas foi decisiva, não menos importante foi a batalha diplomática.

Shultz abre uma porta

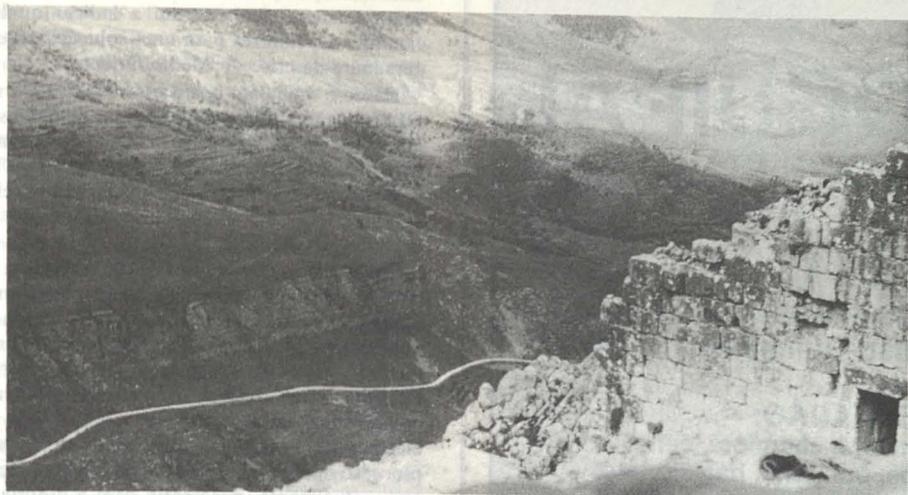
Uma das primeiras vitórias conquistadas pela OLP na resistência ao cerco de Beirute foi a queda do general Alexander Haig. Toda a análise do Médio Oriente do seu substituto, George Shultz, assenta numa postura mais aberta perante o problema palestino, que reconhece ser o eixo central da crise no Líbano.

O novo secretário de Estado afirmou já que «a ausência de iniciativas para procurar uma solução para a questão palestina contribuiu grandemente para a actual crise».

Esta afirmação tem implícita uma autocrítica norte-americana em relação ao problema do Médio Oriente, pois é evidente que as «soluções» ou «iniciativas» só poderão prosperar na medida em que tenham algum tipo de aval de Washington, o único país capaz de impor qualquer negociação a Israel.

E ainda que Shultz também tenha posto como condição que «a OLP devia reconhecer o direito de Israel à sua existência» antes de Washington estabelecer negociações directas com os seus representantes, era evidente que a porta para o diálogo já tinha sido aberta. Shultz não desconhecia o facto de que a OLP já tinha dado instruções aos seus representantes, desde algum tempo atrás, para avançarem nesse terreno. Poucos dias depois, era o próprio Yasser Arafat quem assinava um documento comprometendo-se a aceitar todas as resoluções da ONU sobre a questão palestina, o que, embora em termos genéricos, constituía a evidência da disposição em aceitar a existência do Estado de Israel, explicitamente mencionada nas resoluções das Nações Unidas.

Em princípios de Junho, o fundador do Congresso Mundial Judaico, Nahum Goldman, de tendência moderada, assinou juntamente com o antigo primeiro-ministro francês Pierre Mendez-France um manifesto reclamando o mútuo reconhecimento entre a OLP e o Estado de Israel. Pouco depois, em meados de Julho, um dirigente israelita e um porta-voz da OLP e assessor de Arafat, revelavam em Paris que têm havido desde 1975 contactos permanentes entre a Organização para a Libertação da Palestina e o Estado de Israel. Trata-se do general israelita Matty Peled, actualmente na reserva e na oposição a Begin, e Issa Sartawi, um dos conselheiros mais importantes de Yasser Arafat. Ambos afirmariam, em conferência de imprensa conjunta, que «não há solução para a crise do Médio Oriente sem o reconhecimento recíproco entre Israel e a OLP, e sem o início de negociações políticas». Ainda que não tenham ocultado as suas divergências, o facto de terem confessado que o diálogo existe desde há



O CASTELO DE BEAUFORT

Os israelitas haviam invadido o sul do Líbano em 1978, quando expulsaram as forças libanesas progressistas e as palestinas do sul do rio Litani e instalaram uma zona-tampão sob o comando militar do major Haddad, oficial do exército libanês totalmente integrado na estratégia e nos objectivos de Telavive.

A partir dessa altura, as forças de paz da ONU ocuparam uma estreita faixa em torno do rio Litani, separando formalmente o território controlado por Israel (e mascarado pelo major Haddad com uma proclamação teatral de um estado libanês «independente») da parte sul do Líbano controlada pelo Movimento Progressista Libanês e pelas forças palestinas, cuja praça forte mais avançada em direcção a Israel era o estratégico Castelo Beaufort.

A invasão, que começou em várias frentes diferentes, da zona da costa às colinas do Golan, teve como um dos seus primeiros objectivos a tomada do Castelo Beaufort, devido à sua importância militar intrínseca e porque já se havia transformado num símbolo da própria resistência dos palestinos e libaneses progressistas.

Construída há mais de mil anos por cruzados franceses, essa fortaleza de pedra ocupa um promontório de mais de 700 metros de altura, localizado na margem norte do rio Litani, dominando todo o sul do Líbano, e o norte da Palestina. As suas muralhas, de mais de três metros de espessura, são verdadeiras fortificações anti-aéreas, cavadas na pedra. Está protegido, além disso, por um precipício de 350 metros, em cuja garganta corre o leito do Litani. Os franceses resistiram naquele castelo, durante anos, ao cerco de Saladino, o sultão egípcio, capitulando

finalmente forçados pela fome. Os palestinos também lá resistiram durante muitos anos.

Durante a invasão de 1978, o castelo repeliu todas as investidas israelitas. Também em 1982, a batalha foi encarniçada mas, desta vez, Israel estava decidido a não sofrer uma nova derrota e mobilizou um imenso poderio militar.

Quando, ao visitar o Castelo Beaufort, o primeiro-ministro Menahem Begin se interessou pelo destino dos 40 combatentes palestinos que defendiam o forte, recebeu uma resposta lacónica: «Parece que não houve prisioneiros». Depois de uma breve inspecção, Begin voltou no seu helicóptero às bases militares em Israel e simbolicamente disse ao major Haddad: «Tome, o castelo é seu».

Estivemos no Castelo Beaufort no início de 1980, e nessa oportunidade escrevemos uma longa reportagem sobre a situação no sul do Líbano e sobre a resistência dos palestinos (ver *cadernos do terceiro mundo*, n.º 22).

No castelo compartilhámos com os combatentes da sua incerteza em relação ao futuro imediato, nessa linha da frente, e também na sua confiança na vitória final da causa palestina, que um dia os levaria de volta à sua pátria. Havia jovens, mas a maioria dos combatentes tinha cerca de 40 anos, e estavam temperados no fogo da guerra e na vida isolada e dura num posto avançado como aquele que visitámos. Eles sabiam que num caso de invasão de Israel — a espada de Dâmocles que sempre pairou sobre o Líbano — eles seriam os primeiros sacrificados. E assim aconteceu.

(Beatriz Bissio)

SOGUIPAL

(ex-ACTIMESA)

Sociedade Comercial
Luso-Guineense, SARL

IMPORTAÇÃO:

Amendoim, coconote, cera,
couros, borracha, bagaço, etc.

EXPORTAÇÃO:

Produtos alimentares, têxteis,
materiais de construção e bens de
equipamento

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Áreas administrativa e financeira

ÁREA GEOGRÁFICA DE ACTUAÇÃO:

Larga experiência dos mercados
africanos e europeus

SOGUIPAL

LISBOA — Tel. 54 83 16/54 83 47/54 82 69
TELEX 14238 ACTIME/P
R. Tomás Ribeiro, 50-4.º
1000 LISBOA/PORTUGAL

ARMAZEM — R. Vale de Formoso de Cima,
125-B e C Tel. 38 62 85

vários anos, e ao estarem de acordo com o reconhecimento mútuo, eles estavam a indicar qual seria o caminho a percorrer para uma solução séria, justa e duradoura da crise do Médio Oriente.

Desde o momento que Sartawi falava em nome da OLP, ninguém ficava com dúvidas de que os palestinos já haviam assimilado a ideia de reconhecer o Estado de Israel, desde que as autoridades de Telavive dessem um passo na mesma direcção, aceitando o diálogo com a OLP como única representante legítima do povo palestino.

Shultz sabia, pois, o que fazia quando abria a porta a uma eventual negociação. Não era, nem mais nem menos, do que uma forma de preparar a opinião pública norte-americana para um previsível reconhecimento oficial da Organização para a Libertação da Palestina por parte da Casa Branca. Mas compreende-se que depois de tantos anos de insistência da imagem de «palestino igual a terrorista» esse processo interno não seja nem rápido nem fácil, ainda que, actualmente, necessário para a própria política norte-americana do Médio Oriente.

Um longo caminho

Para chegar à situação actual foi necessário um longo caminho. E a caminhada iniciou-se em 1974, quando Yasser Arafat falou perante a Assembleia Geral das Nações Unidas. O presidente da OLP começava a batalha diplomática. Depois da expulsão violenta da Jordânia, alguns palestinos, desesperados, buscaram nas acções terroristas uma forma de chamar a atenção da opinião pública mundial para a questão palestina. Foi elevado o preço pago pela resistência palestina no seu conjunto por esses excessos.

Mas Yasser Arafat conseguiu unificar e dar coerência à acção política palestina, evitando o espontaneísmo. A partir do seu discurso na ONU, e principalmente depois da sua visita oficial à Austria, convidado por Bruno Kreisky, que lhe abriu as portas da Comunidade Económica Europeia, a OLP deu um salto diplomático qualitativo e quantitativo. Já não são apenas os Estados árabes ou os países ideologicamente mais definidos aqueles que reconhecem a OLP como único e legítimo representante do povo palestino, concedendo o estatuto de embaixadores aos seus encarregados de delegações. Países com governos social-democratas e até conservadores receberam os máximos dirigentes palestinos e o próprio Yasser Arafat, estabelecendo relações diplomáticas com a OLP. Antigos aliados de Israel na guerra de 1967 reexaminaram as suas definições e, no mínimo, iniciaram um tratamento equidistante em relação à OLP e ao regime de Telavive.

Contrariamente ao que se poderia supor, este avanço da OLP no terreno diplomático irritou os israelitas, os quais retiravam maior proveito da situação quando os palestinos podiam ser qualificados facilmente de terroristas. Justamente agora — perante

a invasão israelita do Líbano — esta posição aparece com maior nitidez. Na Europa, um número cada vez maior de analistas inclinam-se a afirmar que a operação lançada em 6 de Junho com o nome de «Paz na Galileia», pouco ou nada tinha a ver com a situação daquela zona norte da Palestina. Mas bem poderia estar destinada a retirar o campo de manobra à linha político-diplomática impulsionada durante todos estes anos por Yasser Arafat, que tanto êxito tem obtido a nível mundial

Esse ponto de vista coincide, de resto, com declarações de porta-vozes do movimento israelita «Paz Agora», segundo as quais a invasão procuraria radicalizar as bases palestinas de forma a que estas viessem a pôr em questão a linha negociadora e moderada de Arafat. Segundo esses dirigentes do «Paz Agora» — movimento que teve um desenvolvimento vertiginoso e extraordinário dentro de Israel, constituindo-se num importante facto político — os objectivos supostamente «anti-terroristas» invocados por Begin têm que ganhar credibilidade de forma a levar esses governos europeus que hoje se inclinam para a OLP a forjar de novo uma aliança estreitar com Telavive. Refira-se, contudo, que longe de estar a conseguir os seus intentos, Menahem Begin desencadeou uma onda de indignação a nível mundial, que chega a comparar os seus crimes aos cometidos pelo nazismo, e conseguiu inclusive, pela primeira vez em muitos anos, dividir a poderes colectividade judia dos Estados Unidos.

Vários governos europeus — e muito particularmente a França — se empenham em impedir que Telavive faça vingar a sua tese, e, ainda que timidamente em muitos casos, manifestam o seu apoio a Arafat. O presidente francês François Mitterrand, que nunca escondeu as suas simpatias por Israel, chegou mesmo a comparar a invasão do Líbano com o massacre perpetrado pelos nazis, em 1944, em Ogdour. A França, aliás, encontra-se empenhada em tentar encontrar uma saída diplomática para a crise do Médio Oriente. Juntamente com o governo do Cairo, Paris dirigiu ao Conselho de Segurança das Nações Unidas uma proposta que prevê o reconhecimento mútuo entre a OLP e Israel. François Mitterrand fez questão de receber pessoalmente o dirigente da OLP Farouk Kadoumi que entretanto chegara a Paris integrando uma delegação da Liga Árabe.

Essa mudança de atitude do Eliseu — que é explicada pelo desejo de «equilibrar a diplomacia» em relação ao Médio Oriente — não passou despercebida aos palestinos. Em declarações ao jornal *Le Matin*, o secretário-geral da Frente Democrática para a Libertação da Palestina, Nayef Hawatme, de definição marxista, afirmou: «a posição actual da França pode influir em grande medida para impor a retirada dos invasores e para actuar com justiça face aos direitos de ambos os povos (palestinos e judeus)».

A iniciativa diplomática palestina

Se a intenção da agressão ao Líbano foi levar os

**George Shultz, o novo
secretário de Estado
norte-americano:
maior abertura face ao
problema palestino.
A crise no Líbano esteve
na origem da queda
do seu antecessor,
Alexander Haig**



palestinos a assumir atitudes irreflectidas e se o cerco de Beirute pretendeu aniquilar a sua capacidade de resistência, os seus responsáveis estarão muito longe de sentir que foi cumprida a missão.

Begin, disposto como estava a dar uma «solução militar» ao problema palestino, não previu certamente na sua mesa de trabalho a hipótese de receber uma resposta que o obrigaria a manobrar no terreno diplomático.

A 25 de Julho último, foi revelado que Yasser Arafat tinha assinado um documento aceitando todas as resoluções das Nações Unidas em relação à questão palestina. E escolhia, simbolicamente, como depositários do documento, vários congressistas norte-americanos que o visitaram na sitiada Beirute.

A decisão da OLP estava na lógica da sua actuação política e diplomática. Em várias ocasiões, desde 1967, Arafat tinha manifestado a disposição dos palestinos de reconhecer o Estado de Israel em troca de um simultâneo reconhecimento do direito dos palestinos à auto-determinação num território próprio. A questão tinha voltado à mesa das conversações com insistência nos últimos meses.

As reacções de governos como o da França e do próprio Egipto, não se fizeram esperar. Elogiaram imediatamente a atitude de Arafat e exigiram a resposta adequada da parte dos outros protagonistas.

A Casa Branca foi cautelosa. A primeira reacção oficial foi qualificar o documento assinado por Arafat de «vago» e exigir o explícito reconhecimento do Estado de Israel. Era uma boa forma de ganhar tempo e preparar uma resposta adequada, pois a iniciativa apanhou-a, em certa medida, de surpresa: Mais ou menos na mesma linha estava a resposta de Begin, que tentou retirar importância à iniciativa palestina acusando-a de instrumento de diversão e inconsequente.

Mas a sorte está lançada. A iniciativa de Arafat encaminhou a crise do Líbano e a questão palestina (ambas intrinsecamente ligadas) para o terreno da negociação política.

Os manifestantes palestinos que aos milhares se lançaram para as ruas nos territórios ocupados exigindo uma solução para a crise do Líbano, os judeus moderados que se inclinam a reconhecer a OLP, o secretário de Estado Shultz, que abriu campo para a negociação, os diplomatas sauditas e sírios, que foram

exortar Reagan a aceitar o diálogo com os palestinos, e a opinião pública mundial, que clamava por uma saída política, sabem agora que se ela não prosperar não será por culpa da OLP. Yasser Arafat demonstrou que está disposto a não fechar nenhuma porta. Apenas se nega a capitular na defesa dos direitos do povo palestino.

A palavra têm-na agora os israelitas. Se Begin simplesmente ignora o passo dado, todos os que dentro de Israel levantaram a sua voz para condenar a invasão do Líbano podem criar-lhe uma situação difícil. E muito mais complexa se tornará a situação se,

apesar de tudo, o primeiro-ministro israelita se empenhar numa saída militar.

Como em qualquer guerra, a do Líbano provocou mudanças significativas. Em dois meses, a OLP passou da defensiva militar à ofensiva diplomática. E para a conquista desta vitória contribuíram vários factores: a coragem do povo palestino e a sua determinação em não abdicar dos seus direitos, o solidário e heróico apoio do povo libanês, as pressões da consciência internacional e, sem dúvida, as condições de estadista de Yasser Arafat. □

JUSTIÇA PARA O MÉDIO ORIENTE

O texto abaixo foi escrito por Bertand Russel após a guerra árabe-israelita de 1967, mas 15 anos depois, a semelhança das circunstâncias mantém actual o apelo do filósofo britânico em favor de uma solução justa para o Médio Oriente

A última fase da guerra não declarada no Médio Oriente está baseada num profundo erro de cálculo. Os raids aéreos no interior do território egípcio não persuadirão a população civil a render-se, mas fortalecerão a resolução de resistir. Esta é uma lição de todos os bombardeamentos aéreos. Os vietnamitas, que suportaram anos de pesados bombardeamentos norte-americanos, responderam não com a capitulação, mas abatendo mais aviões inimigos. Em 1941, os meus próprios compatriotas resistiram aos raids aéreos de Hitler com uma unidade e determinação sem precedentes. Por esta razão, os presentes ataques israelitas fracassaram no seu propósito essencial, mas ao mesmo tempo precisam ser vigorosamente condenados pelo mundo.

O desenvolvimento da crise no Médio Oriente é, ao mesmo tempo, perigoso e instrutivo. Nos últimos vinte anos Israel tem crescido pela força das armas. Depois de cada fase dessa expansão, Israel tem apelado para «a razão» e tem sugerido «negociações». É esse o procedimento tradicional da potência imperialista, porque ela deseja consolidar com a menor dificuldade aquilo que já tomou pela violência. Cada nova conquista torna-se a nova base para negociações propostas pela força, ignorando a injustiça da agressão anterior. A agressão cometida por Israel precisa ser condenada, não só porque nenhum Estado tem o direito de anexar território estrangeiro, mas também porque cada expansão é uma experiência para descobrir quantas mais agressões o mundo tolerará.

As centenas de milhares de refugiados que cercam a Palestina, foram recentemente descritos pelo jornalista I. F. Stone, de Washington, como «a pedra-de-moinho moral à volta do pescoço da Judiaria mundial». Muitos dos refugiados estão agora a

entrar na terceira década da sua precária existência em acomodações temporárias. A tragédia do povo da Palestina é a de que o seu país foi «dado» por uma potência estrangeira a outro povo, para a criação de um novo Estado. O resultado é que muitas centenas de milhares de pessoas inocentes ficaram permanentemente sem lar. A cada novo conflito, o seu número aumenta. Por quanto tempo mais estará o mundo disposto a suportar este espectáculo de desenfreada crueldade? Existe a convicção absoluta de que os refugiados têm todo o direito à sua terra natal, da qual foram expulsos, e a negação desse direito está no âmago do conflito permanente. Nenhum povo, em parte alguma do mundo, aceitaria ser expulso em massa do seu próprio país; como se poderia exigir que o povo da Palestina aceitasse uma punição que ninguém mais toleraria? Uma fixação justa e permanente dos refugiados na sua terra é um pressuposto essencial de qualquer verdadeira solução no Médio Oriente.

Dizem-nos frequentemente que devemos simpatizar com Israel por causa do sofrimento dos judeus às mãos dos nazis. Não vejo nessa sugestão razão alguma para perpetuar qualquer sofrimento. O que Israel está a fazer hoje não pode ser desculpado, e invocar os horrores do passado para justificar os do presente é grosseira hipocrisia. Não só Israel condena à miséria um vasto número de refugiados; não só estão muitos árabes sob a ocupação e condenados à administração militar; mas também Israel condena as nações árabes, só há pouco saídas do estado colonial, a um contínuo empobrecimento, uma vez que as necessidades militares têm precedência sobre o desenvolvimento nacional.

Todos os que desejam ver o fim do derramamento de sangue no Médio Oriente precisam assegurar que qualquer solução não contenha as sementes de um futuro conflito. A justiça requer que o primeiro passo para uma solução seja uma retirada israelita de todos os territórios ocupados em Junho de 1967. Torna-se necessária uma nova campanha mundial para ajudar a levar justiça ao povo há tanto tempo sofridor do Médio Oriente.

Um país em escombros

Repetindo o percurso dos invasores israelitas, de Telavive a Beirute Ocidental, o nosso colaborador descreve o desolador espectáculo do Líbano arrasado

Hugo Neves



ERA uma tarde quente de Julho: no aeroporto Charles de Gaulle, em Paris, enquanto esperava pelo avião que me levaria a Telavive, judeus americanos pertencentes ao grupo coral «Concórdia» entoavam meigas canções que falavam de Paz, Amor, Deus.

Entrei no gigantesco pássaro voador da TWA. Ao meu lado, uma jovem judia francesa, Eveline, filha de um condutor de táxis parisiense, contava como todos os anos ia passar férias com os seus avós que vivem nos arredores de Haifa.

«Gosto muito» — confessava.

«De passar férias? E de viver lá permanentemente?»

«Férias. Viver, só em Paris».

O pai, adiantou, era da mesma opinião. Israel só para passar férias — e mesmo assim nem todos os anos. Os velhotes é que tinham ido para lá havia uma boa dúzia de anos e não queriam outra coisa.

«E a guerra, Eveline? Os milhares de mortos? O drama dos palestinianos a quem recusam uma Pátria?»

Eveline olhou-me. Passou as mãos pelos cabelos lisos, sorriu levemente e respondeu com um ar um tudo-nada duro:

«Israel é a nossa Pátria. Temos que nos defender. Os palestinianos não vivem lá porque não querem. São uns terroristas».

Quando o avião tocou no chão de Telavive todos os judeus que iam no seu bojo bateram palmas de contentamento. E o coro voltou a entoar meigas canções que falavam de Paz, Amor e Deus.

A barbárie sionista

Como jornalista, e para poder circular em Israel e ter autorização para entrar no Líbano, tive que pedir uma credencial ao departamento respectivo do Exército israelita.

Simpática, uma senhora ainda relativamente jovem, com o posto de tenente-coronel, dispôs-se a explicar-nos (havia mais um jornalista português) as origens do actual conflito que levava as tropas judaicas às portas de Beirute.

Foram duas horas de penosa lavagem ao cérebro — mas a senhora fez o melhor que pôde. Depois, largou-nos nas mãos de um jovem tenente chamado Gabriel Steinhart que falava português.

Para ser mais rigoroso: Gabriel, filho de Inácio (correspondente da rádio e televisão portuguesas) é um judeu português que há seis anos resolveu, com a família, ir viver para Telavive. Está a concluir o curso de direito, há três anos que está a cumprir o serviço militar e é hoje porta-voz do Exército. Obviamente, fala de Israel como se da sua Pátria se tratasse, considera que tem todo o direito de ali viver, afirma que os elementos da OLP são uns terroristas, tem para si que os palestinianos não vivem na Palestina porque não querem. Aprendeu hebreu quando foi para Telavive e continua a falar de Lisboa com uma certa saudade.

Mas Gabriel foi impecável: arranjou-nos rapidamente a credencial, ajudou-nos em numerosos pormenores, deu-nos indicações utilíssimas.

E foi assim que dois dias mais tarde tínhamos alugado, por 525 dólares, um táxi cujo condutor nos levou, bem instalados, pelo Líbano dentro. Então, sempre acompanhados por um oficial do exército israelita e com a obrigação de vir dormir ao lado de cá da fronteira, fomos vendo um país arrasado pela barbárie vinda do sul. A barbárie sionista.

Que será destas crianças?

Antes do mais: o oficial que nos acompanhava era um judeu brasileiro chamado David. Tinha um «hobbie»: tirar fotografias. Casado, pai de dois filhos ainda crianças, lamentou o espectáculo que a nossa caminhada pelo Líbano dentro nos ia mostrando: cidades esvandradas, ruas esburacadas, escombros por todos os lados para onde nos virássemos. E David, sempre lamentando e dizendo baixinho que «guerra é guerra», «a culpa não é nossa, temos que nos defender» ia disparando a sua *Canon* último modelo. Queria ficar com recordações.

Até que, depois de termos passado pela outrora bela cidade de Tiro, hoje um monte de ruínas, chegámos a Sidon, onde, por indicações recolhidas antes em Telavive da boca de um jornalista que já por ali andara, procurámos um prédio de seis andares que nunca chegara ao fim da sua construção.

Ali, à vista de todos nós, amontoavam-se centenas de velhos, mulheres e crianças. Crianças descalças e semi-nuas, cujos pais ou estavam presos em campos israelitas que muitos chamam de concentração ou, então, tinham sido assassinados pelas bombas impiedosas dos aviões e tanques judeus.

«O que vocês aqui vêem são palestinos que viviam

num campo de refugiados que fica a dois quilómetros. Foi tudo arrasado e lá morreram centenas de pessoas» — contou-nos um jovem professor palestino que, de olhos brilhantes, nos disse ainda que não sabia o que iria ser agora das 1.300 crianças que frequentavam a escola daquilo que fora o campo de refugiados:

«Ou não têm pais ou não sabem deles. Já não têm escola. Perderam as suas roupas, os seus livros, os seus brinquedos. Que futuro para estas crianças? Como reagirão quando, já homens e mulheres, perceberem o que se passou?»

David, ao meu lado, nada dizia. Não sei se, como eu recordava Lisboa e os meus filhos, estaria também a

A MORTE DO GENERAL DO MOSSAD

Os israelitas ainda não anunciaram o número de baixas na sua invasão do Líbano, porém não puderam esconder a morte, nas proximidades de Tiro, de um dos seus oficiais mais brilhantes, o general de divisão Yakutiel Adam, ex-subcomandante do Estado-Maior, recentemente designado chefe do serviço secreto de Israel (Mossad). Antes de assumir esse cargo, o general Adam — que estava a efectuar cursos de especialização nos Estados Unidos — fora chamado a participar na operação «Paz para a Galileia», o nome dado à invasão do Líbano, de cujo planeamento foi um dos responsáveis.

Juntamente com ele morreu o coronel Hayim Selah, considerado um dos oficiais mais destacados do exército israelita. Não foram dados pormenores das circunstâncias em que ocorreu a morte de ambos.

Dias depois, foi ferido seriamente o general do exército israelita Aharon Tsadok, comandante da brigada «Golani». Aparentemente, Tsadok foi ferido num incidente ocorrido durante o quinto dia consecutivo em que o exército israelita tentava invadir um campo de refugiados palestinos nas proximidades de Beirute. Tsadok foi transferido para o hospital militar de Ashoumar, perto de Telavive.

Apesar das suas baixas terem sido muito menores que as sofridas pelos palestinos e libaneses, os israelitas declararam-se surpreendidos pelo alto preço material e humano da sua incursão no Líbano. Surgiram diversas críticas a esse respeito em Telavive e Jerusalém.

Não obstante a disparidade de meios militares, observadores independentes — diplomatas, militares e jornalistas — reconheceram a firmeza da resistência dos libaneses progressistas, palestinos e inclusive dos sírios, ao avanço israelita.

Para conquistar Tiro e Sidon — hoje em ruínas — os israelitas levaram mais de uma semana e, segundo



observadores da UNIFIL (as forças de Paz das Nações Unidas), perderam mais de 800 homens e dezenas de carros blindados. Depois de consumada a ocupação do sul, com Beirute cercada, pequenas unidades guerrilheiras palestinas prosseguiram com as operações de resistência e sabotagem. Diz-se que o general Adam morreu numa emboscada desses grupos.

O correspondente da IPS, Claudio Nino, informou que nas tentativas de desembarque no sul de Beirute e na zona do aeroporto, «comandos israelitas, apoiados pelo fogo de artilharia de mais de cem peças de 105 e 155 mm, não atingiram os seus objectivos e foram repelidos». Em Beirute, afirmou Nino, «as unidades palestinas organizam os primeiros socorros e preparam as fortificações, e, sobretudo não mostram a imagem dos exércitos 'derrotados', dos quais Napoleão nos fala nas suas memórias».

«Os israelitas depararam pela primeira vez com um inimigo digno desse nome no plano militar», escreveu um conhecido correspondente de guerra francês.

pensar nos seus, brincando sem preocupações em Telavive.

Objectivo militar

Ao lado do campo de refugiados, hoje um amplo terreno povoado exclusivamente de escombros, estava o que restava de um hospital.

David, sempre simpático, dizia com naturalidade que a aviação do seu país havia destruído aquela casa apenas porque «os terroristas» tinham colocado no telhado armas anti-aéreas.

«Só por isso, e para as fazer calar, é que os nossos aviões largaram aqui bombas. De resto neste hospital não havia doentes. Quem cá estava eram terroristas que julgavam que ficavam impunes».

O professor palestino e o guarda do que fora o hospital tinham porém, uma versão diferente: as anti-aéreas estavam colocadas, sim, mas no campo de refugiados palestinos. Como de resto se provou quando nos levaram ao local onde, semi-destruídas, jaziam silenciosas.

Antes, porém, fomos ver as ruínas do hospital: pelos corredores amontoavam-se lençóis e cobertores, fichas médicas estavam espalhadas por todo o lado, frascos de medicamentos, estilhaçados uns, inteiros outros, viam-se a esmo, instrumentos médicos e uma sala de raios X estavam queimados e transformados em objectos sem utilidade. Nas paredes — em muitas paredes-vestígios de sangue:

«Também aqui morreu muita gente» — explicou, seco, o professor.

E David, apontando para o chão onde se viam botas e velhos fardamentos de guerrilheiros da OLP, concluiu:

«Como vêem estavam cá homens armados. Era um objectivo militar».

Sempre o mesmo espectáculo

Deixámos Sidon, cidade que não tem um único prédio intacto mas onde a vida começava de novo a surgir. Filas inteiras de automóveis, muitos dos quais ainda com lenços brancos dependurados nas antenas, regressavam à cidade-mártir cheios de famílias inteiras e de objectos que tinham conseguido salvar antes da barbárie sionista ter chegado.

Olhámos ainda pela última vez para o que restava da cidade e pela estrada que corre ao longo da costa mediterrânica fomos caminhando tendo à frente dos olhos sempre o mesmo espectáculo: casas e fábricas destruídas, automóveis incendiados encostados para sempre às bermas da rua, tanques inutilizados, soldados israelitas acampados, material bélico circulando quer para Norte quer para Sul, regressando à base.

Até que, depois de passarmos por Damour — outra cidade reduzida a escombros — chegámos a Beirute.

Para lá entramos — na parte oriental, bem entendido — passámos primeiro por diversas barreiras montadas pelos israelitas que revistaram o carro e pediram por



AJUDA INTERNACIONAL

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) lançou um apelo à comunidade internacional para ajudar «rápida e generosamente» as vítimas da guerra no Líbano, calculadas num milhão de pessoas. Em mensagem dirigida aos principais países donatários, o director-geral da FAO, Edouard Saouma, assinala que «a dura luta e os bombardeamentos de vastas zonas no sul do Líbano — incluindo Beirute — perturbaram consideravelmente o país, provocando grandes sofrimentos humanos e destruindo os depósitos de alimentos». E acrescentou: «Grande parte da população ficou privada de tudo».

Antes do fim de Junho, a FAO tinha já enviado 11,4 milhões de dólares a título de ajuda alimentar urgente à população atingida pela guerra, incluindo 27 700 toneladas de farinha de trigo, 1600 toneladas de leite em pó, mais mil toneladas de açúcar e outras tantas de alimentos desidratados e arroz.

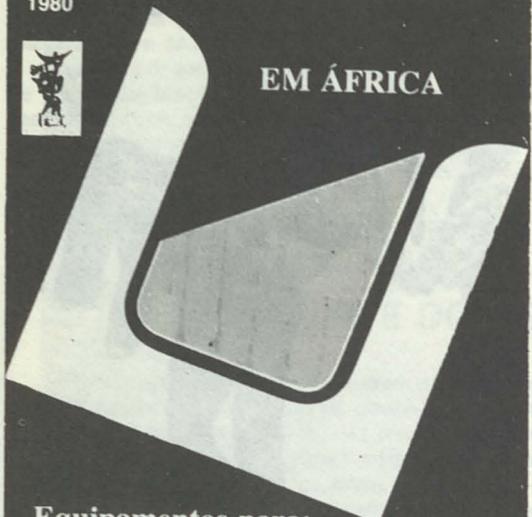
Por sua vez, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), através do seu secretário-geral, Phillip Potter, fez um apelo para a retirada imediata e incondicional das forças israelitas e afirmou ter sido solicitado a «todas as igrejas que integram a organização, o envio de donativos urgentes seja em dinheiro ou ajuda material». De acordo com porta-vozes diplomáticos, foram destruídos no Líbano 14 campos de refugiados e três cidades (Sidon, Tiro e Nabatieh). O saldo — até agora — é de 30 mil mortos e feridos e mais de 800 mil desalojados.

Prémio
CARAVELA
PORTUGUESA
1980



COMETNA

EM ÁFRICA



Equipamentos para:

- caminhos de ferro
- cimenteiras
- cerâmicas (barro vermelho)
- siderurgias
- centrais hidráulicas e térmicas
- construção civil
- saneamento básico (carros e contentores)

Válvulas industriais

Estudos e Tecnologia

METALOMECÂNICA

E METALURGIA



COMETNA
Companhia Metalúrgica Nacional, S.A.R.L.

Sede: R. Academia das Ciências, 5 • 1200 Lisboa
• Te.: 320011 • Telex 12819 COMEN P

Delegação na R.P. de Moçambique:
Av. Samora Machel, 39 - Flat 603-6.º C.P. 1402
telefone 29461 Maputo

diversas vezes a identificação. E por último fomos inclusivamente obrigados a ir ao quartel-general das forças israelitas pedir uma credencial especial, pois a que levávamos de Telavive não servia.

Ora, no quartel general, surgiu a primeira, digamos, surpresa: as sentinelas eram falangistas libaneses, que, com um desdém inaudito, «guardavam» a fina-flor do exército que invadira o seu país semeando a destruição e a morte.

Mas no que respeita a surpresas essa foi apenas a primeira: por muito que nos tivessem falado de Beirute nunca imagináramos que fosse assim. Na parte oriental, onde se misturavam com todo o à-vontade automóveis de luxo com tanques israelitas que por ali circulavam, alguns a velocidades incríveis, a vida seguia normal, como se mesmo ao lado não houvesse centenas de pessoas a morrer vítimas de bombardeamentos e muitos milhares a passarem os horrores da fome, da sede e da pressão psicológica contínua.

Os cinemas estão abertos, os restaurantes também, as piscinas e as praias idem, e até o casino funciona. Fomos almoçar num belo restaurante onde nada faltava: desde carne de primeira à cerveja importada, passando pelos oficiais e soldados vindos de Israel que enchiam as mesas e comiam ruidosamente. Soldados que, para que não lhes faltasse nada, até tinham ao seu serviço bancos móveis vindos propositadamente de Israel para lhes trocar o seu dinheiro por moeda libanesa...

...E no entanto, do outro lado da chamada linha verde, cercados por terra, ar e mar, 6.000 guerrilheiros da OLP e cerca de 500.000 civis palestinos e libaneses estavam continuamente ameaçados de morte, com as bombas dos aviões e os disparos dos tanques e dos vasos de guerra sempre e sempre a caírem com o seu ruído aterrador.

Já no regresso a Telavive, ao passar pelas montanhas que circundam Beirute e onde se desenrolaram cruéis batalhas que provocaram centenas de mortos e milhares de feridos, fomos vendo como os tanques e as tropas israelitas tomaram posições. Não há um cruzamento, não há um ponto considerado com algum interesse estratégico que não estivesse ocupado pelas forças sionistas, canhões apontados para a cidade onde os palestinos resistiam corajosamente, conscientes de que o tempo e a razão estão do seu lado.

E a prova é que, quando nesse dia cheguei de novo a Telavive, assisti ainda à parte final de uma manifestação de 100.000 israelitas que estão contra a guerra. Pelo menos, contra esta guerra, que tão alto preço — e para sua surpresa — custou já, em homens e material, ao exército sionista.

E os responsáveis que pensavam resolver o «problema» em 24 ou 48 horas, já lá estão (na altura em que este texto é escrito) há quase dois meses e sabem, agora, que não é possível aniquilar a OLP, representante único de um povo que luta pelos seus direitos inalienáveis. E enquanto não estiver resolvido o problema dos palestinos não haverá solução nem paz na região.

«É um erro manter na Internacional Socialista o Partido Trabalhista de Israel»

No quadro da ofensiva diplomática da OLP, Abdelchalik, responsável da organização em Madrid, sugere à Internacional Socialista que separe o «trigo do joio» e sustenta que a saída da crise do Líbano só é possível com uma mudança de atitude do mundo árabe.

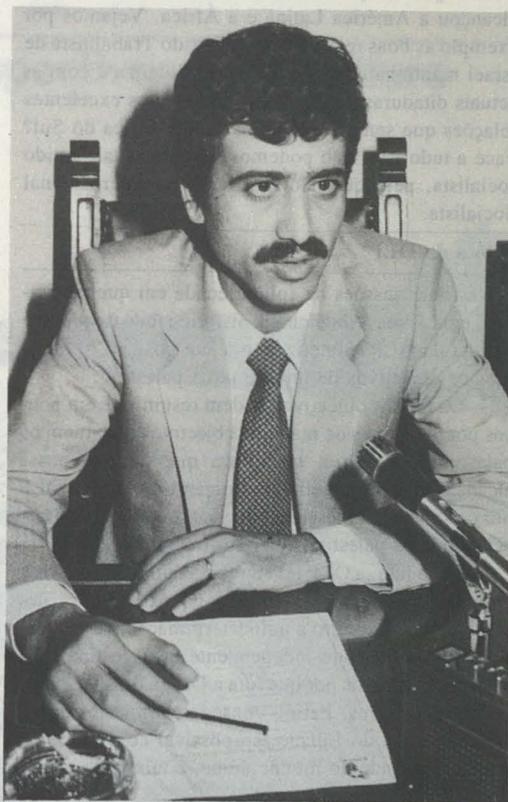
Natal Vaz*

É grande erro manter no seio da Internacional Socialista o Partido Trabalhista de Israel», disse, em entrevista aos **Cadernos do Terceiro Mundo**, Hussein Abdelchalik, responsável da OLP em Madrid, que esteve, recentemente, em Lisboa a convite do Centro de Informação e Documentação Amical Cabral (CIDAC).

Abdelchalik referiu que a OLP tem relações com quase todos os partidos que compõem a Internacional Socialista, mas que, no seu entender, o Partido Trabalhista de Israel nada tem de socialista:

— Para nós, aquele Partido Trabalhista não é socialista. Primeiro, porque foi ele que lançou quatro guerras no mundo árabe, quando estava no Poder. Em segundo lugar, é também interessante notar que é o único partido considerado socialista que logrou alcançar a simpatia e o apoio dos Estados Unidos. Isto não é possível: ou os EUA são socialistas — e sabemos bem como maltratam, matam e declaram guerra aos povos — ou o Partido Trabalhista de Israel não é socialista.

«Isto é lógico e científico: o imperialismo e o socialismo não podem coexistir pacificamente. E não é apenas uma questão de coexistir, mas de apoiar activamente com armas entregues ao Partido Trabalhista, antes de Begin ter chegado ao Poder. Em terceiro lugar, um partido que se considera socialista não pode ocupar terras alheias, não pode prender milhares e milhares de palestinos; não pode perseguir delegados da OLP e assassiná-los na Europa. Isto não é socialismo».



Abdelchalik: «Temos direitos a estar no Líbano»

* Jornalista do diário português «A Capital»



«Israel é uma máquina de fazer guerra»

Sobre a política externa do Partido Trabalhista, outras críticas foram apontadas:

— Não são apenas os palestinos os únicos atingidos por esta política que nada tem a ver com socialismo. Já alcançou a América Latina e a África. Vejamos por exemplo as boas relações que o Partido Trabalhista de Israel mantinha com a ditadura de Somoza e com as actuais ditaduras da América Latina. E as excelentes relações que sempre existiram com a África do Sul? Face a tudo isto, não podemos considerar tal partido socialista, pelo que não tem lugar na Internacional Socialista.

A luta da OLP

Nas duas sessões de solidariedade em que participou, em Lisboa, Abdelchalik historiou todo o processo de luta da OLP. Sintetizando a sua posição, referiu-nos os objectivos da luta do povo palestino:

— Os nossos objectivos podem resumir-se em poucos pontos. Antes de mais, os objectivos que unem os palestinos no exílio: lutar para que o povo possa alcançar uma vida melhor, esforçando-se aqui a OLP por criar hospitais, escolas, serviços sociais e instituições onde os palestinos possam trabalhar.

«Na sua luta, a OLP tem também como objectivos o reconhecimento dos direitos do povo palestino, nomeadamente o direito à autodeterminação e à reconstrução de um estado independente na Palestina. São estes os objectivos por que luta a OLP e que ainda não foram alcançados. Para o conseguir será necessária a saída da crise do Líbano, só possível com uma mudança de atitude do mundo árabe, e talvez de muitas forças internacionais.

«Deve haver uma mudança de atitude porque a invasão levada a cabo por Israel é muito superior às

dimensões da OLP. É a máquina de guerra dos Estados Unidos que está a invadir o Líbano, para dar cumprimento a um projecto político que visa a criação de pequenos estados sectários. O plano é instalar um governo libanês maronita e outro druzo. Criar na Síria tensões e problemas para que se fale num governo mulçumano e noutra cristão. Criar tensões no Iraque para que exista um governo chiita, um governo sunita e outro curdo. É a isto que se resume o plano americano para o Médio Oriente: estes pequenos estados vão ficar subjugados ao imperialismo e nunca poderão constituir uma resposta a Israel, que só terá a lucrar com esta divisão agravada por guerras internas.

A saída de Beirute

Hussein Abdelchalik esteve em Lisboa em finais de Julho, numa altura em que os israelitas massacravam Beirute com bombardeamentos e a Imprensa dava como «praticamente certa» a saída dos palestinos da capital do Líbano. O dirigente da OLP analisou assim a situação:

— Até agora não houve ainda acordos quanto à saída das forças palestinas do Líbano. Foram apenas feitas propostas que estão a ser estudadas e daí que as notícias que dão como certa a nossa saída de Beirute devam ser encaradas como parte integrante de uma guerra psicológica.

«De resto, acrescentaria aquele dirigente, a questão da guerra psicológica não surgiu apenas agora. Há cerca de um mês, dizia-se que a OLP ia abandonar o Líbano em barcos americanos, franceses e até gregos. Dizia-se que ia partir por via aérea e por mar; que ia para a Síria. Falou-se em muita coisa, mas nada se concretizou. Falou-se também na morte de Arafat, circularam rumores que tinham sido mortos os seus mais estreitos colaboradores. Enfim, tudo notícias que visavam e ainda visam provocar a desmoralização dos

guerrilheiros e do nosso povo.»

Ainda quanto à presença da OLP no Líbano, Abdelchalik deixou bem claro que se trata de «um direito»:

— Temos o direito de estar no Líbano porque, em primeiro lugar, se trata de um território árabe e nós somos árabes. Em segundo lugar, porque 600 mil palestinos vivem no Líbano e a OLP tem direito a estar junto do seu povo. Por último, porque a presença da OLP em Beirute está regulamentada por um acordo assinado pelo governo libanês, no Cairo.

Base do imperialismo

«Israel não é de modo nenhum um projecto exemplar, mesmo para os judeus», afirmou-nos Abdelchalik, para acrescentar que «é apenas uma base do imperialismo». E prosseguiu:

— Existe de facto discriminação entre os judeus. Um judeu que vem de Marrocos, do Iraque ou do Iémen do Sul é tratado de maneira diferente do que um outro que vem de França ou de Inglaterra. Um judeu dos países socialistas, ou um do Terceiro Mundo que chegue a Israel é colocado junto das fronteiras. No entanto, se vier do Ocidente, é logo instalado nas grandes cidades.

«As oportunidades são também diversas e, não é por acaso que nunca a política israelita nem os seus exérci-

tos foram dirigidos por sefarditas (judeus do Terceiro Mundo). Além disso, existem muitos choques sociais e contradições. Israel é uma sociedade falsa».

Quanto à natureza do Estado de Israel, o responsável da OLP em Madrid adianta que é «uma máquina de fazer guerra» e pergunta:

— Será que um país que não delimita as suas fronteiras e está em contínuas guerras, pode merecer um reconhecimento?

Por outro lado, a OLP não considera admissível que se diga que Israel é «um Estado nacional para judeus»:

— Aceitar tal situação seria o mesmo que dizer que ali não há lugar para muçulmanos nem para cristãos — salienta Hussein Abdelchalik — Não aceitamos tais princípios.

«Nós temos um projecto mais avançado e também mais complicado e difícil de alcançar: é a criação de um Estado democrático, onde podem conviver judeus, cristãos e muçulmanos. Quando propomos a luta contra Israel, não propomos a expulsão dos judeus de Israel, nem nos propomos matar os judeus. Procuramos acabar com o sistema político-militar. Quando o regime de Somoza caiu, a Nicarágua não desapareceu, nem tão pouco o povo nicaraguense. Lutamos contra um regime político e não contra os membros da sociedade.» □

o plástico abre novas perspectivas à agricultura

EM PORTUGAL FABRICAMOS MATÉRIA PRIMA



**SOMOS
CNP**

COMPANHIA NACIONAL DE PETROQUÍMICA, EP

Sede e Serviços Comerciais:
Av. Eng.º Duarte Pacheco, 17-19, 1092 LISBOA Codex. Tels. 65 80 71/65 90 01. Telex 18429 CNPLIS P. 13755 CNPRT P.

Delegação no Porto:
Rua Eng.º Ferreira Dias, 800-840, 4100 PORTO

Delegação em Leiria:
Av. Heróis de Angola, 95-2.º Esq. F. 2400 LEIRIA. Tel. 2 67 92

GAP/CNP

cadernos do

terceiro mundo

UMA
LEITURA
INDISPENSÁVEL

ASSINATURAS

PORTUGAL E ESPANHA

anual (12 números) 650\$00

semestral (6 números) 400\$00

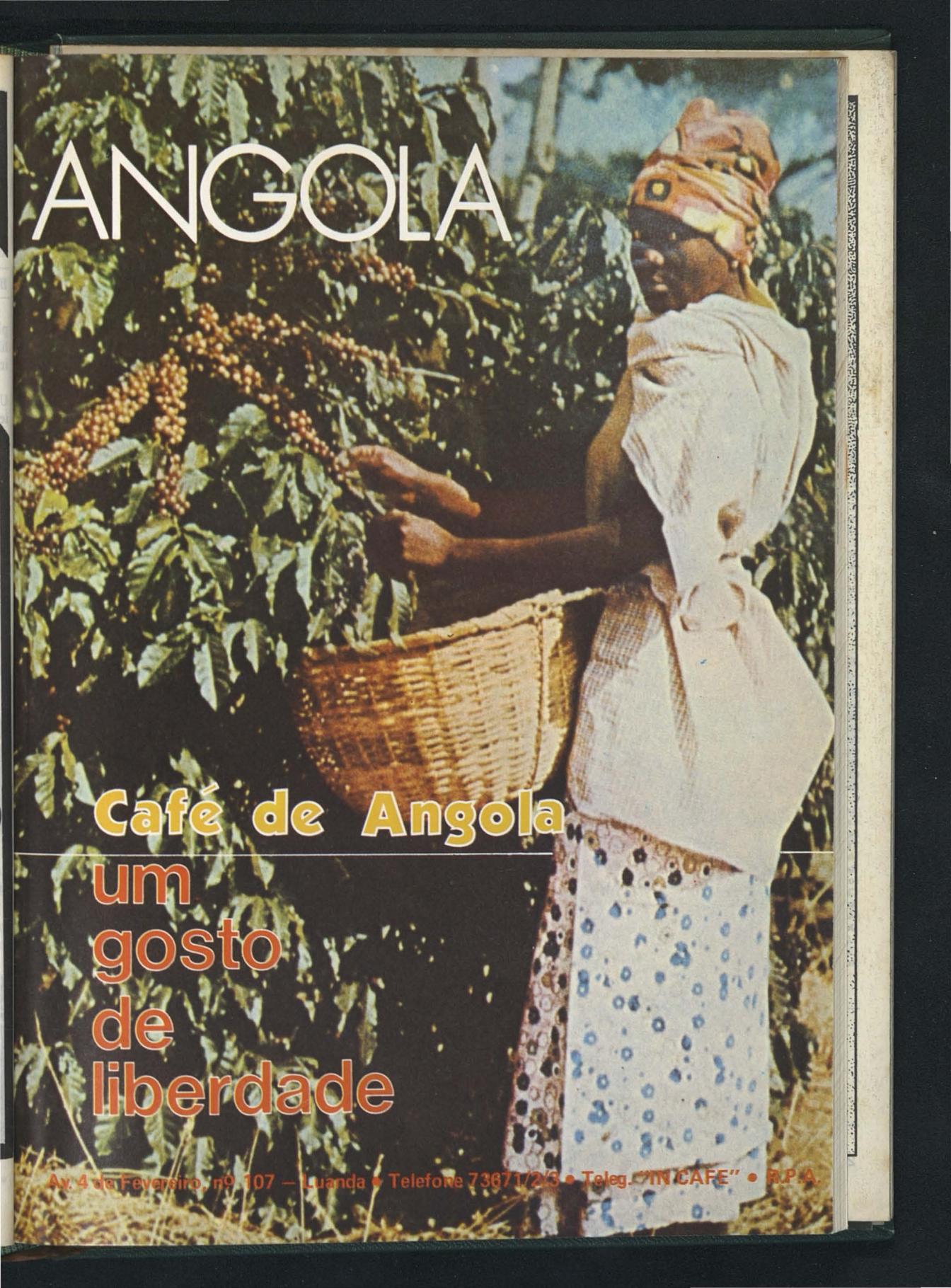
ESTRANGEIRO - Anual (12 números)

por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde,
Guiné e São Tomé e Príncipe

23 dólares USA,

Restantes Países 28 dólares USA

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants with ripe, dark brown beans.

ANGOLA

Café de Angola
um
gosto
de
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "IN CAFE" • R.P.A.

caixa postal 163 telex 6-530 e ou 6-409 pesca mo maputo moçambique

EXPORTAÇÃO DE CAMARÃO LAGOSTA HOLOTÚRIA
CARANGUEJO LAGOSTIM POLVO LULAS AMEIOJA
OSTRAS MEXILHÃO CONCHAS BÚZIOS ALGAS



**pescom
internacional**

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

UMA INDÚSTRIA DE PNEUS



AO SERVIÇO
DO DESENVOLVIMENTO
DE MOÇAMBIQUE



Caixa Postal 2341 Telex Mabor Mo 6488 Maputo Moçambique

A luta pelo socialismo

De 1975, ano da independência, até hoje, a Frelimo tem conduzido o país no caminho da participação popular nas decisões, na superação da herança colonial e na construção de uma nova sociedade

Etevaldo Hipólito



O poder popular tornou-se uma realidade para os moçambicanos que, pela primeira vez, sentem-se num país livre, independente e soberano

É o momento de se prestar contas ao povo, de se analisar se eram ou não correctos os nossos objectivos, se cumprimos ou não as tarefas definidas pelo 3.º Congresso, se serviram ou não as estruturas partidárias que criámos, se serviram ou não as pessoas que elegemos.

Estas palavras resumem o pensamento que orienta a realização do próximo congresso do Partido Fre-

limo. Também indicam, por outro lado, o clima que Moçambique viverá até Abril de 1983, marcado pelos debates em torno da efectividade da presença da organização revolucionária no seio das camadas populares.

Os trabalhos preparatórios tiveram início em Março e neles participaram militantes que servem no Partido, no aparelho de Estado e nos organismos de defesa e de segu-

rança. O 3.º Congresso foi realizado em 1977, apenas dois anos após a proclamação da independência.

Naquela altura, o país defrontava-se, de forma aguda, com sérios problemas internos e externos. A experiência administrativa adquirida nas zonas libertadas teve que ser ampliada a todo o território nacional. Isto deu-se, apesar da circunstância de que — como sempre resalta o presidente Samora Machel —

a luta de libertação não chegou a todo o território moçambicano, não penetrou nem destruiu todos os baluartes e trincheiras do colonialismo.

Esvaziamento económico

À medida que ia avançando a luta armada de libertação nacional, o ocupante português intensificava a repressão e a sabotagem económica. Com o advento do governo de transição, o esvaziamento económico foi feito de modo cada vez mais acentuado e premeditado. Milhares de dólares em depósito e em espécie foram transferidos ilegalmente para fora de Moçambique.

As operações fraudulentas realizadas com aparência de legalidade faziam-se acompanhar de outras mais grosseiras. No campo, por exemplo, os instrumentos agrícolas foram danificados pelos seus proprietários antes de empreenderem a fuga. Entupiram poços artesianos, retiraram veículos através da fronteira com a África do Sul, o Malawi e a então Rodésia.

O mesmo aconteceu com os rebanhos, com a agravante de que, em alguns lugares, os reprodutores ou foram afugentados para o mato ou pura e simplesmente metralhados. Os circuitos de comercialização e abastecimento sofreram um duplo impacto: o primeiro, causado pela saída dos colonos que os controlavam, e o segundo em consequência do início do desmoronamento da estrutura capitalista económica.

A esses problemas há que acrescentar, no plano externo, a guerra existente nas cercanias das fronteiras nacionais. Na Rodésia (actual Zimbábue), a Frente Patriótica intensificava os combates contra o governo minoritário, racista e ilegal dirigido por Ian Smith, os nacionalistas ganhavam terreno gradualmente, o que obrigou o imperialismo a acentuar as pressões militares.

Através da África do Sul, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) despejou toneladas de armamentos que foram utilizados por Smith e Muzorewa (o bispo

negro que tentava legitimar o regime de excepção na Rodésia) contra a população local, numa tentativa para eliminar o apoio aos guerrilheiros.

A guerra estendia-se até ao território moçambicano, não só para aterrorizar os milhares de refugiados que nele procuravam abrigo seguro, como ainda para desestabilizar o governo recentemente constituído. Apesar de todas as dificuldades surgidas, o poder popular tornou-se uma realidade para milhares de moçambicanos que, pela primeira vez, se sentem num país livre, independente e soberano.

Combate ao tribalismo

Do ponto de vista político, uma das conquistas mais significativas encontra-se, precisamente, nos avanços verificados no combate ao regionalismo, ao racismo e ao tribalismo, elementos manipulados pelo colonialismo para melhor subjugar.

Depois da independência, o *asimilado* (*) cede terreno ao *cidadão*, que viu reconhecidos todos os direitos civis. As eleições verificadas nesse período inicial de independência para as Assembleias Populares serviram para medir a capacidade de penetração da Frelimo e o seu poder de mobilização.

Milhares de trabalhadores — camponeses, operários, empregados nos mais diferentes ramos de comércio, funcionários públicos ou militares — responderam afirmativamente à convocatória lançada pelo Partido de vanguarda de Moçambique. Desde as mais remotas aldeias até à capital, Maputo, verificavam-se os registos dos candidatos e a escolha para os órgãos de poder situados nos diferentes níveis.

Ao contrário do que acontece na maioria dos países, as discussões e debates não se centravam em promessas eleitorais feitas para arrancar votos e depois caírem no esquecimento. Para se realizar um programa mínimo mas vital de trabalho para o país — que pode ser resumido

(*) Termo usado pelos colonialistas portugueses para designar o negro que aderiu à sua filosofia e cultura

em combater a fome, a nudez e o analfabetismo — eram debatidas as qualidades políticas e pessoais de uma pessoa proposta para a execução dessa tarefa.

Nos locais de trabalho e de residência, decidia-se de viva voz e na presença do candidato, se ele preenchia as condições exigidas para representar determinada comunidade nas assembleias locais ou a nível nacional.

Participação popular

A organização política e administrativa do país exigiu uma ampla e profunda participação popular para enfrentar os problemas criados com a ruptura verificada face ao domínio colonial e o repúdio ao regime capitalista.

A partir das decisões tomadas pelo governo revolucionário, o povo moçambicano teve que assumir concretamente o seu papel nos sectores económico, político e social, completamente transformados desde que foram promulgados os decretos relacionaados com as nacionalizações das terras, do ensino, habitação, saúde, entre outros. É também nesse período que, considerando-se cumprida uma importante etapa histórica pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), esse movimento é transformado num partido marxista-leninista.

A construção do socialismo na África, particularmente na zona austral, — sempre considerada pelas potências capitalistas como uma espécie de reserva natural e particular — tem levantado críticas de diferentes tonalidades, todas elas recorrendo a alguns argumentos supostamente científicos. Essa posição tornou-se mais acentuada após a criação do Partido Frelimo.

Durante uma conferência de imprensa colectiva concedida em Granada, onde se encontrava em visita oficial, o presidente Samora Machel voltou a esta questão ao responder a uma pergunta sobre uma pretensa incompatibilidade do socialismo, enquanto teoria e sistema, com a sociedade africana.

«Eu sou comunista», disse o diri-

gente moçambicano. «Eu faço a Revolução. Acredito na capacidade, no génio, na força e na inteligência do povo. A história é feita pelo povo e tem as suas próprias leis. Eu sou materialista, não sou idealista. Esse mito é idêntico ao da superioridade racial. Está carregado de racismo. Dizia-se que os pretos não podiam lutar e vencer. Nós lutámos e vencemos. Agora, dizem que os pretos não podem decidir por si próprios o seu destino. Que não pensam por si próprios e precisam de alguém que injecte idéias na sua cabeça.»



Batalha económica

Nesta fase de construção, o povo moçambicano depara-se com um dos momentos mais difíceis no processo de uma nação que só recentemente se livrou das malhas do colonialismo. Ainda são grandes as sequelas do rompimento com o modelo económico e social vigente antes da independência, duramente conquistada na guerra de libertação. Mas essa independência só se completará quando o país for reconstruído em bases radicalmente novas.

O que se sente neste momento é que, em Moçambique, se encontra em curso uma verdadeira batalha na frente de produção, destinada a promover alterações de vulto no decorrer da presente década, com as consequentes repercussões no campo político. O papel director dessa «frente» popular cabe ao PPI — Plano Prospectivo Indicativo —, o instrumento de análise e planeamento para que determinados objectivos sejam alcançados.

Após demorados estudos, o PPI foi aprovado numa sessão do Conselho de Ministros, em Agosto de 1979. Dois anos depois, coube à oitava sessão da Assembleia Popular analisar e dar forma definitiva ao documento, passando este a constituir um tema de discussão obrigatória em todos os centros de trabalho, organizações populares e locais de ensino.

O sucesso desse plano depende fundamentalmente da forma ordenada de se abordar os problemas económicos e de produção, o que

As forças armadas devem participar nos trabalhos produtivos realizados nas aldeias comunais e nas cooperativas, de acordo com a opinião de Samora Machel: «exército de caserna é exército de parasitas»



exige uma participação das camadas populares enquanto principal agente do processo, como bem assinalou o presidente Samora Machel na mensagem lida aos participantes da Assembleia:

«O PPI não é matéria apenas reservada a especialistas, é assunto de todo o povo».

Objectivos a alcançar

O Plano surgiu de uma análise feita sobre a situação económica de Moçambique e da necessidade e possibilidade de recuperá-la, reorientá-la e torná-la sólida, num determinado espaço de tempo. Dessa

análise, foi ressaltada a importância da dependência externa como fenómeno que coloca Moçambique numa posição vulnerável face à crise que abala os países capitalistas. O consequente saldo negativo da balança de pagamentos é agravado pelo quadro interno nacional que, como parte da herança colonial, apresenta uma indústria incipiente, dependente da importação de matérias-primas e equipamentos.

Por outro lado, verificam-se distorções como, por exemplo, o consumo acima das possibilidades reais e a importação de bens (cerca de um quinto das compras feitas no exterior) que podem ser produzidos no país para o seu próprio abastecimento e também para a exportação. A maior parte da comercialização de produtos ainda se realiza em termos de uma economia familiar, cuja tecnologia é bastante rudimentar.

A mensagem lida por Samora Machel estabelece como objectivos essenciais a serem alcançados pelo Plano Prospectivo Indicativo: «a) a promoção de uma transformação radical da estrutura económica e social com a criação de um sector socialista dominante; b) o aumento do nível de vida de todo o povo, com vista a satisfazer as suas necessidades básicas; c) a consolidação do poder político, fortalecendo a base social da Revolução, com o crescimento de uma combativa classe operária e de um campesinato forte; d) a conquista, pelo povo moçambicano, do essencial daquilo que constitui o património científico e técnico de toda a humanidade».

Traduzido em outros termos, isso quer dizer que, para que esses objectivos sejam alcançados, Moçambique deverá concentrar esforços na socialização do campo, na industrialização do país e na organização e preparação da sua força de trabalho, tarefas que, por si sós, já são suficientes para mobilizar todo o povo num caminho de união e participação.

Movimento cooperativo

O plano prevê que, até ao fim desta década, deverão ser integrados

em cooperativas cerca de 10 milhões de camponeses, ao mesmo tempo que outro contingente considerável constituirá o operariado agrícola. Do ponto de vista económico, essa medida levará não só a triplicar da produtividade, como ainda à introdução de modernas formas de exploração do campo.

Os benefícios sociais decorrentes, nesse caso, deverão ser canalizados através das aldeias comunais, organizadas ao lado dos centros de produção do Estado ou colectivos. Espera-se — e essa espera significa trabalho árduo — que, politicamente, o aprofundamento do movimento cooperativo provocará uma intensa campanha de mobilização, campanha essa que procurará transformar os camponeses em elemento dinâmico num novo tipo de sociedade.

O documento aponta ainda, como outra consequência da criação do operariado agrícola e do campesinato cooperativista, «o reforço da aliança operário-camponesa, condição indispensável para a consolidação, do poder político».

Nesse quadro, a industrialização é apontada como factor dinamizador, cujo desenvolvimento deverá, com a adopção de uma tecnologia mais avançada, aumentar os actuais índices de produção e produtividade. Como tarefas principais, a ela estão atribuídos o rompimento gradativo da dependência económica em relação a outros países e a sua transformação em suporte adequado para a socialização do campo. Ao mesmo tempo que permite reduzir as diferenças entre o campo e a cidade — com repercussões no desenvolvimento geral do país — abrirá o caminho para que surja uma forte classe operária.

Todo este processo vai exigir uma grande soma de esforços para a formação de quadros, o que implicará uma revisão dos métodos até agora empregados; abrangendo uma área que vai das escolas primárias aos cursos de alfabetização e educação de adultos.

Isso requer um estudo mais aprofundado no sentido de se determinar a força de trabalho disponível, a

definição de critérios para a formação dos quadros no país e no exterior e, neste caso, a criação de um organismo próprio que se encarregue da coordenação de todas as acções programadas.

Integração das forças populares

«Exército de caserna não é exército popular; exército de caserna é um exército de parasitas», afirmou o presidente Samora Machel numa das várias reuniões mantidas com soldados e oficiais das forças armadas, as FPLM — Forças Populares de Libertação de Moçambique. O tema desses encontros era exactamente a discussão da integração dos combatentes nas tarefas de produção, ou seja, de como cada militar pode participar directamente nos trabalhos produtivos, sem prejuízo da actividade exercida nos campos da defesa e da segurança nacionais.

A história da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), desde a fase da luta armada, sempre se pautou pela preocupação em educar os seus quadros, utilizando o trabalho manual como forma de luta contra a elitização e a alienação. Durante a guerra popular de libertação nacional, os guerrilheiros uniam o combate directo contra o inimigo colonial àquele que se desenvolvia na frente económica. Além de produzirem a sua própria comida — ajudados pelos camponeses —, abriam estradas e dedicavam-se a diversas actividades nas *machambas* (terrenos plantados que podem ser estatais, particulares ou cooperativados) situadas nas áreas libertadas.

O campo de treinamento de Nachingwea é um exemplo concreto da importância que se tem dado à integração dos combatentes nas tarefas de produção. Esse campo, que serviu para a formação político-militar de um sem-número de quadros, atravessou um período caracterizado pela desorganização e indisciplina. Para evitar que as forças reacionárias, aproveitando-se dessa situação, desvirtuassem os objectivos dos planos traçados, a ala revolucionária da Frelimo lançou uma ofensiva para que o centro de



O êxito da batalha actualmente em curso no país depende da participação das camadas populares enquanto principal agente do processo

treinamento fosse totalmente transformado.

Os frutos da integração

Inicialmente, limpou-se todo o terreno e organizaram-se as infra-estruturas necessárias para o desenvolvimento de actividades culturais. Depois, iniciou-se a aplicação de um programa concebido para tornar real o empenhamento do exército nas tarefas de produção. Como foi ressaltado naquela ocasião, não se tratava apenas de manter ocupados instrutores e recrutas, mas

principalmente de acabar com as concepções erradas sobre o trabalho manual. Tratava-se, na verdade, de um problema político que exigia uma resposta imediata: definir a posição das forças de libertação diante da sociedade (de onde provinham os seus quadros), a qual teria — por força do processo de independência — de ser libertada e transformada.

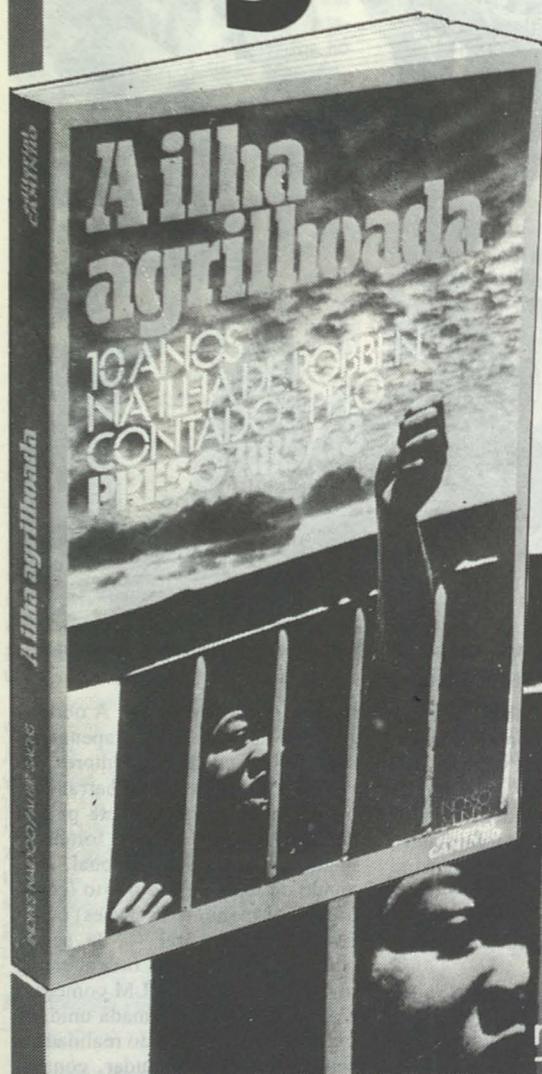
Os frutos dessa experiência são notórios: actualmente, as forças armadas devem participar nos trabalhos produtivos realizados nas aldeias comunais, nas *machambas* es-

tatais e nas cooperativas. A obrigação dos militares não é apenas de defender os centros produtores, as vias de transporte ou as barragens, mas colaborar directamente para o desenvolvimento e para o fortalecimento da economia nacional, deixando de ser um peso morto (como acontece em inúmeros países) ou — como é regra geral — de actuar como suporte de uma ordem social injusta. Assim, as FPLM começam a alcançar a tão reclamada unidade exército-povo, tornando realidade o seu próprio lema: estudar, combater, produzir. □

A ilha agrilhoadada

PRESO 885/63

Relato impressionante
da experiência de dez anos como
Preso 885/63 no tristemente
célebre presídio
da Ilha de Robben, na África do Sul



Um livro comovente
e cheio de força, escrito com
o coração nas mãos, que reafirma
a certeza de que a luta contra
o apartheid será vitoriosa

na estrada do futuro **editorial CAMINHO**

Povo moçambicano novamente em armas

Enfrentar as agressões dirigidas do exterior, dar combate à reacção interna para defender a Revolução e a soberania nacional



COM a frustrada tentativa de golpe de estado nas Seychelles, em Novembro do ano passado, ficou evidente que a África do Sul encontra-se empenhada num amplo projecto de liquidação de regimes progressistas, tornando-se pouco relevante a distância geográfica entre Joanesburgo e qualquer outra capital localizada dentro da sua área de interesses. As declarações feitas pelos envolvidos na operação, em particular por Martin Doolinck (1), vieram confirmar as denúncias com insistência saídas de

porta-vozes autorizados de vários países, segundo as quais os dirigentes sul-africanos recorrem a todos os meios ao seu alcance para atingir os fins visados, o que inclui o suborno, a violência armada ou o mercenarismo. Este intento permitiu verificar também que o pensamento político que o orientou é ambicioso, expressando uma visão geopolítica que, além do continente africano propriamente dito, abrange as águas dos oceanos Atlântico e Índico.

No tocante aos seus vizinhos imediatos, as pressões mais fortes

têm sido feitas contra Angola, Zimbábue, Lesoto e Moçambique. Enquanto o governo de Luanda enfrenta uma agressão militar sem rodeios, os demais países suportam investidas menos grosseiras e brutais, às vezes quase sofisticadas, e que trazem em si os elementos necessários para caracterizar toda uma etapa de desestabilização. Desta forma, a guerra psicológica lançada através de programas especiais de rádio vem juntar-se a manobras para dividir partidos e movimentos progressistas e à realização de atenta-

dos contra figuras de projecção política. Como pano-de-fundo, tenta-se criar um clima de instabilidade com o financiamento de actos de banditismo, o apoio à sabotagem económica e a criação de organizações fantoches.

Se em Angola os racistas têm na UNITA de Jonas Savimbi uma extensão das suas Forças Armadas, contra o regime de Maseru lançam o «Exército de Libertação do Lesoto», no Zimbabwe recorrerão ao que ainda resta das tropas privadas de Muzorewa, Sithole, Chirau ou Ian Smith, utilizando contra Moçambique o auto-intitulado «Movimento de Resistência Nacional». Na falta de uma base popular que poderia conferir credibilidade e força a tais grupos, eles são reforçados com mercenários, de preferência originários da própria região, preponderando em alguns casos o desempenho militar sobre a fachada política. Por outro lado, a contratação de assassinos de outros continentes — como a agressão contra o governo do presidente Albert René, das Seychelles, oferece a mais recente prova — é uma prática corrente e demonstra também que os dirigentes sul-africanos reconhecem as limitações impostas pela luta que têm de suportar, dentro do seu próprio território, contra o Umkonto we Sizwe, o braço armado dos nacionalistas do African National Congress (ANC).

Contra Moçambique

Sete anos após a independência do colonialismo português, o povo moçambicano foi chamado uma vez mais a empunhar armas para enfrentar novas tentativas de dominação estrangeira. O ponto de partida para a mobilização geral foi marcado durante um comício assistido por milhares de pessoas na Praça da Independência, no mês de Junho, quando o presidente Samora Machel anunciaria a decisão do Partido Frelimo de distribuir armas a sectores organizados da população. Esta resolução é uma consequência directa da violência desencadeada pela África do Sul através de grupos infiltrados em Moçambique. Empre-

gando diferentes formas de acção, estes bandos pressionam algumas áreas das províncias de Manica e Sofala e tentam lançar a intranquilidade em Maputo, a capital.

Braço Armado dos Boers

Estas declarações são apenas umas das numerosas marcas deixadas pelos sul-africanos. Outras igualmente importantes foram encontradas entre papeis e documentos abandonados de forma precipitada por oficiais sul-africanos em diferentes redutos. Em Dezembro de

«Os espões, os boateiros, os sabotadores, os candonqueiros(5), os comerciantes desonestos, os ladrões, os violadores de menores representam o prolongamento dos bandidos armados. Todos esses passarão pelo Tribunal Militar Revolucionário.»

1981, por exemplo, os altos chefes que dirigiam uma base em Carágua, na província de Manica, não tiveram tempo de recolher uma preciosa colecção de documentos sobre o desenvolvimento do plano de desestabilização contra a República Popular de Moçambique. Entre eles estava a acta de uma reunião realizada pelo coronel Van Nikerke, dos serviços secretos de Pretória e representante dos racistas junto do MRN, com Afonso Dhlakama, nominalmente o dirigente deste grupo. O encontro decorreu em Zoabstad, África do Sul, a 25 de Outubro de 1980 e nele o militar ordenou que se acentuassem as operações de sabo-

tagem, fossem abertas novas frentes e que *deveriam ser criadas condições de distúrbios nas principais cidades*, em particular Maputo e Beira.

Outra prova mais da verdadeira origem do MRN surgiu na própria África do Sul e dentro de uma unidade militar. Ainda em 1981, Afonso Dhlakama foi empossado no cargo de coronel do Exército sul-africano.

O acto teve lugar na localidade de Phalaborwa e esteve a presidi-lo o general Magnus Malan, titular da pasta da Defesa. Segundo a notícia divulgada pelo Centro de Informação e Documentação «Amilcar Cabral» (CIDAC), em Lisboa, Malan declarou textualmente a Dhlakama que «o vosso Exército é uma parte das forças de defesa sul-africanas».

O grupo denominado «Movimento de Resistência Nacional» foi criado pelos serviços secretos rodesianos, o Special Branch, em princípios de 1976, para impedir que Moçambique continuasse a apoiar a Frente Patriótica na sua luta pela independência do país. Os seus integrantes foram recrutados entre ex-membros dos corpos repressivos organizados pela polícia política portuguesa — Comandos, Flechas, Grupos Especiais, Grupos Especiais de Paraquedistas, Organização Provincial de Defesa Civil, etc. Este contingente de assassinos seleccionados veio receber reforço com a contratação de mercenários de vários países.

Neste mesmo período, os racistas de Salisbúria dão início às transmissões da emissora «Voz da África Livre». Ao contrário do que esperavam, a reacção popular é negativa. O baixo nível das mensagens contidas na programação e a estreita vinculação dos seus dirigentes com a mentalidade colonial, tribal e racista do passado, levou a que fosse rebatizada «Rádio Kizumba». Na maior parte das línguas do grupo bantu, *kizumba* quer dizer *hiena*, um animal desprezado pela sua covardia e que na tradição africana personifica ainda a duplicidade e a intriga. Com a independência do Zimbabwe, os agentes rodesianos que controlavam



«Voltaremos a empunhar as armas, não há contemplação para a reacção» — afirmou o presidente Samora Machel por ocasião do comício comemorativo do 7.º aniversário da independência

o MRN retiram para a África do Sul, onde recebem apoio aberto para o reinício das operações contra Moçambique. Verifica-se então a troca de patões.

Para dar «cor local» ao agrupamento terrorista e poder apresentar uma fachada política, foi colocado à frente da organização o antigo latifundiário Domingos Arouca, descrito pela imprensa de Maputo como «um cidadão português de pele preta fugido de Moçambique antes da independência». Outros elementos de destaque são o português Orlando Cristina, conhecido pelos crimes de guerra cometidos no período colonial, e Jorge Jardim, membro da Internacional Fascista que depois de se distinguir como agente dos ditadores António Salazar e Marcelo Caetano tentou sem sucesso uma saída neo-colonial para Moçambique. Também é apontado como ocupando um lugar de importância

conhecido agente da ex-PIDE e assassino profissional Casimiro Emérito Rosa Teles Jordão Monteiro. Natual de Goa, tornou-se muito conhecido ao assassinar friamente o lutador antifascista português, general Humberto Delgado e a sua secretária, a brasileira Arajacer Campos, na Espanha, em 1965. Em Moçambique dirigiu os Flechas em vários massacres, tendo ainda estado envolvido no assassinato de Eduardo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Frelimo. Actualmente reside na África do Sul sob nome falso.

Porque a desestabilização

Ao sair vitorioso do seu combate contra o colonialismo português, o povo moçambicano tinha percorrido apenas uma etapa da grande luta pela construção do socialismo. A independência estaria incompleta se

se detivesse apenas nas consequências militares da rebelião — a derrota do inimigo e a sua expulsão — e não se propusesse, como fez através da Frelimo, reconstruir o país em bases radicalmente novas. Mas desde o princípio da revolta o que se verifica é o rompimento com um determinado modelo económico e social.

No interior do país, empregando uniformes e equipamento militar, eles atacam centros de produção como as *machambas* (2) estatais e as cooperativas agrárias de produção, destruindo plantações, colheitas, maquinaria e instalações agrícolas. Outros alvos são as aldeias comunais, algumas delas transformadas em montões de cinzas logo após a sua passagem. Para semear o terror e intimidar a população, liquidam fisicamente os membros do Partido e as pessoas com responsabilidade na



administração destes locais, mutilando ainda crianças, homens e mulheres de todas as idades. Estas operações terroristas incluem também o rapto de pessoas e o roubo de quaisquer tipos de bens que possam ser transportados.

Em Maputo, até há dois anos uma cidade pacata e tranquila, tiveram início alguns actos de subversão, mas obedecendo agora a uma nova táctica.

A intranquilidade é lançada através de ondas de boatos sobre dificuldades no sector de abastecimento, conflitos no interior do Partido e do governo e a realização de acções armadas nunca concretizadas. Ao mesmo tempo que eram feitos telefonemas anónimos ameaçadores contra os familiares de quadros do aparelho de Estado, começaram os roubos e assaltos em várias partes da cidade. As investigações levadas a cabo indicaram que havia uma estreita relação entre todos estes acontecimentos: os actos de banditismo tinham um fim político e respondiam a orientações emanadas de Pretória.

Provas da ingerência

Como resultado das operações levadas a efeito contra os redutos ins-

talados no seu território, o governo moçambicano recolheu em diversas ocasiões um farto material militar de procedência sul-africana. As revelações prestadas por prisioneiros feitos nesta áreas pelas Forças Populares de Libertação de Moçambique ou ainda por pessoas que conseguiram escapar dos acampamentos dirigidos pelos *boers* (3) indicam que se encontra em curso uma verdadeira guerra não declarada pelos racistas de Pretória. Os grupos contam com a assessoria de militares sul-africanos em alguns locais de operações, sendo por outro lado abastecidos, à noite, por aviões tipo «Dakota».

Os aparelhos despejam caixas de munições, quantidades de armas «AKM», granadas, minas e obuses de morteiro. Também não faltam os fardamentos completos e uma sofisticada aparelhagem de comunicação, além de sacos contendo alimentos. Em fins do ano passado o governo da África do Sul chegou a utilizar um submarino para o desembarque de material e especialistas em sabotagem. Como resultado desta operação foram na altura danificadas cerca de oito bóias do importante porto da Beira.

Um depoimento de grande valia neste sentido foi prestado pelo cida-

«Disseram que as pistolas não nos ficavam bem. Tirámos as pistolas. Ficámos com a elegância e eles ficaram com as nossas armas. Cometemos esse erro mas não voltaremos a cometê-lo. Fazemos o juramento que voltamos a carregar as nossas armas.»

dão sul-africano Wilson Chivaze Bila perante o Tribunal Militar Revolucionário, no mês de Junho último. Depois de desmobilizado pelo Exército do seu país, veio a ser enviado para actuar, juntamente com outros mercenários, na região de Pafuri, situada na província de Gaza. Tinha como missão localizar as residências de compatriotas seus refugiados em Moçambique, bem como de membros e dirigentes do ANC. Posteriormente é integrado num grupo de fogo e participa em diversos combates contra as FPLM, tendo sido aprisionado numa destas ocasiões.

Quando comparece nas sessões de julgamento que é submetido em companhia de outros assassinos, não só confirma as acusações que lhe são feitas como fornece pormenores sob os métodos de operação utilizados. Da sua sinistra folha de serviços constam emboscadas e assaltos a camiões em trânsito pela Estrada Nacional n.º 1, saqueios de lojas, torturas e assassinatos de pessoas para arrancar-lhes informações e obter géneros alimentícios. Todas estas declarações — inclusive a de que ignora o total de civis e militares que pessoalmente assassinou — foram feitas de forma fria, sem o menor indício de arrependimento ou constrangimento.

Não resta a menor dúvida de que nem a África do Sul nem os Estados Unidos, o seu mais forte aliado, aceitam a consolidação de um governo socialista em Moçambique. E muito menos quando, em consequência da aplicação de uma política objectiva e realista, as autoridades de Maputo conseguem impulsar o projecto de criação da Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Os planos propostos, alguns deles já em fase de execução, permitirão que não apenas Moçambique mas todos os demais membros deste grupo — Angola, Botswana, Zimbábue, Zâmbia, Suazilândia, Tanzânia, Lesoto e Malawi — rompam os pesados vínculos económicos existentes com Pretória. Isto significa, de facto, liquidar o sonho sul-africano de uma «constelação de Estados» gravitando em seu redor. Para alcançar os seus objectivos, recorre a todas as formas de pressões, inclusive a militar, contra Moçambique, Angola, Zimbábue ou a Zâmbia, esforçando-se por impedir que sejam levados à prática os acordos estabelecidos em áreas como educação, transportes, telecomunicações, saúde ou energia.

Povo em armas

No comício realizado em Maputo na semana comemorativa dos sete anos da independência de Moçambique e vinte de criação do Partido FRELIMO, o presidente Samora foi o primeiro a afivelar de novo a sua pistola à cintura. *Voltaremos a carregar as armas, não há contemplação para com a reacção* — declarou ao iniciar a distribuição de armas. A partir deste momento, todos os dirigentes do Partido e do Estado com patentes de oficiais deverão andar fardados e armados. Os Grupos Dinamizadores, as Milícias Populares e outras organizações que garantem o poder popular em todo o país receberão equipamento militar, ao mesmo tempo que será desenvolvido um amplo trabalho de mobilização no seio da população.

Nas últimas semanas, novas armas foram distribuídas aos mem-

«Os bandidos armados não constituem oposição. Não há oposição na República Popular de Moçambique. Eles não constituem a contra-revolução. São bandidos armados para roubar, para violar mulheres, para mutilar homens, mulheres e crianças, para assassinar e massacrar.»



bros das Milícias Populares formadas para a defesa de bairros e empresas. Os comandantes destes destacamentos — um posto ocupado indistintamente por homens e mulheres — submeteram-se a uma reciclagem, enquanto que os quadros recém-ingressados passaram a frequentar cursos especiais de preparação político-militar. As reacções mais insistentes à decisão do Partido FRELIMO partiram exactamente dos moradores daqueles locais em que o inimigo actuou com violência redobrada, numa indubitável demonstração de que os actos de agressão, longe de intimidar, ajudaram pelo contrário a elevar o nível de consciência da população. O espírito de decisão reinante pode ser encontrado na seguinte passagem de uma canção entoada durante os exercícios de treinamento: «Povo morre dia a dia / por causa dos assassinos de Botha / é com a Unidade / é com o Trabalho / é com a Vigilância que venceremos Piether Botha» (4). Para garantir a vigência de uma liberdade duramente conquistada, o povo moçambicano empunha novamente as armas. □

(Etevaldo Hipólito)

(1) Martin Dolincheck, 43 anos, mercenário de nacionalidade sul-africana, declarou em tribunal ter pertencido aos serviços de espionagem do seu país. Com base nas suas informações confirmou-se que os planos do ataque contra as Seychelles foram traçados pelo governo da África do Sul e contaram com o apoio financeiro dos Estados Unidos. Por ter sido considerado culpado de crimes de espionagem, Dolincheck foi condenado em princípios de Julho a 20 anos de prisão.

Por outro lado, em Abril último, o jornal «Star», de Joanesburgo, confirmava o envolvimento de agentes secretos e do Alto-Comando do Exército sul-africano na tentativa de derrubar o presidente Albert René. Este facto chegou a ser confirmado pela comissão especial da ONU que realizou um inquérito sobre a questão.

(2) *Machambas* estatais: fazendas do Estado.

(3) *Boers*: originariamente o descendente do colono holandês. Nos dias actuais designa o racista branco defensor do *apartheid*.

(4) Pieter Botha: primeiro-ministro sul-africano.

(5) *Candongueiro*: indivíduo que explora o povo com negócios clandestinos.



Combates contra agressores estrangeiros

□1979 – Novembro: Um contingente militar do governo minoritário de Ian Smith invade Moçambique e tenta estabelecer uma base de operações. Uma vez detectados, os agressores refugiaram-se na serra de Gorongosa, situada na província de Sofala. O total de efectivos foi calculado como equivalente a mais de um batalhão, sendo integrado por mercenários de vários países e traidores moçambicanos. Depois de doze dias de operações, as FPLM desbarataram totalmente o inimigo, que deixou no local os corpos de mais de 100 mortos e inúmeros feridos. Enquanto os oficiais rodesianos que participaram na invasão conseguem fugir em helicópteros, os demais participantes na incursão embrenham-se no mato. Com o apoio dos moradores do local, vários deles são posteriormente detidos.

1980 – Julho: É destruído o principal acampamento situado na serra de Sitaonga, na província de Manica. O inimigo perde grande quantidade de armas, deixa 272 mortos das suas fileiras, 68 elementos armados detidos e 44 colaboradores feitos prisioneiros. Instrutores militares sul-africanos, portugueses e de outras nacionalidades fugiram de helicóptero, logo após o início das operações de cerco e aniquilamento. O acampamento estendia-se por uma área de 5 quilómetros de comprimento por 4 de largura e era servido por uma pista de aterragem para helicópteros. Além destes aparelhos, aviões «Nord-Atlas» lançavam de pára-quedas material bélico.

1981 – Dezembro: Com base em informações fornecidas pela população, as Forças de Defesa e Segurança localizam e ocupam, em Garágua, o principal centro de coordenação das acções dos sul-africanos em território moçambicano. O local encontra-se a cerca de 50 quilómetros da fronteira com o Zimbábue e não muito distante da África do Sul. Além de farto material bélico são encontrados documentos importantes, actas de reuniões e planos de operações. Há ainda relatórios de contactos feitos pelo MRN em Portugal, França e Alemanha Federal. Em Portugal, houve encontros com o arcebispo de Braga, D. Eurico Nogueira, e com o cônego Eduardo de Melo, que prometeram encaminhar ao Papa o pedido de audiência formulado pelos testas-de-ferro da África do Sul.

1982 – Junho: Uma vez mais, o povo colabora na localização de uma base organizada pelos sul-africanos. Localizados na província de Manica, fogem para a serra de Nhandje, na província de Tete. São mortos 27 bandidos, capturados 8 e recolhido farto material militar.

O homem contra o deserto

Atravessar o Sahara pela estrada da «Unidade Africana» que liga Argel a Tamanrasset é uma viagem de mais de mil quilómetros que muitos dos nossos leitores gostariam decerto de realizar. Foi o que o nosso colaborador, integrado numa equipa de cinco portugueses, fez em Março, aproveitando as condições climáticas favoráveis que normalmente se verificam no princípio do ano. Do muito visto, José Cabral realça o trabalho que em condições duríssimas os jovens argelinos do Serviço Nacional levam a cabo no Grande Sul

José Cabral



○ Serviço Nacional criado há 12 anos, destina-se fundamentalmente a dar aos jovens de idade superior a 19 anos a possibilidade de participar activamente nas grandes tarefas de construção nacional.

O objectivo essencial visado por esta mobilização é o de assegurar a

defesa nacional, considerada em sentido lato, isto é, por um lado a defesa armada do território e, por outro, a defesa dos interesses económicos vitais, sobretudo considerados numa perspectiva do desenvolvimento das potencialidades internas.

Trata-se, assim, de um duplo in-

vestimento, de alcance inegável. Investimento humano, já que o Serviço Nacional, através da formação técnica e ideológica que proporciona, constitui um verdadeiro meio de promoção humana. Investimento económico, já que permite, através de uma utilização coordenada dos meios ao seu dispor, a

realização de numerosas operações de desenvolvimento em todos os sectores da economia, de acordo com as grandes prioridades do desenvolvimento nacional.

Os resultados obtidos durante os 12 anos desta experiência são hoje uma realidade tangível constituindo a mais importante prova da sua validade.

Mas, mobilizando a juventude argelina para as grandes tarefas nacionais, cujo objectivo final é o de fazer a Argélia sair definitivamente do subdesenvolvimento, o Serviço Nacional permite ainda perpetuar o esforço da juventude argelina que, sobretudo a partir de 1 de Novembro de 1954, tudo sacrificou para atingir o grande objectivo de uma verdadeira independência nacional, nos seus aspectos político, económico e social.

Em termos gerais podemos dizer que o Serviço Nacional constitui uma missão de carácter político e económico atribuída ao Ministério da Defesa, que dispõe de um instrumento técnico de concepção e execução, o Alto Comissariado para o Serviço Nacional.

Este Órgão do Ministério da Defesa tem, assim, a seu cargo um conjunto de missões que podemos resumir nos seguintes pontos:

— Estabelecer, em coordenação com outros Ministérios e Organismos interessados, o inventário periódico das necessidades e dos meios materiais e humanos disponíveis para lhes fazer face.

— Organizar e promover a formação de quadros técnicos no seio de Serviço Nacional com vista a uma formação profissional pós-escolar.

— Centralizar as necessidades de quadros dos diferentes organismos estatais e decidir sobre as afectações civis do Serviço Nacional.

Assim, ao mesmo tempo que é chamado a contribuir para o desenvolvimento das regiões economicamente menos beneficiadas, o Serviço Nacional permite, aos jovens que o integram, adquirir um conhecimento directo das diferentes

realidades nacionais e dos seus principais problemas, promovendo, deste modo, uma maior consciencialização da juventude em relação às grandes tarefas colectivas de desenvolvimento nacional.

Por outro lado, permite a planificação-execução de grandes projectos a médio e longo prazo graças a uma mão-de-obra suficiente e sempre renovada, e à concentração-gestão conjunta de meios materiais apreciáveis que nenhum organismo estatal por si só estaria em condições de assegurar.

Ao permitir que os jovens saídos da escola adquiram uma qualificação profissional específica adequada aos diferentes sectores e fundamentada numa acção prática, contribui para a formação rápida de quadros técnicos com custos materiais e humanos reduzidos. Por outro lado, o Serviço Nacional possibilita também aos jovens que dispõem já dessas qualificações exercerem esses conhecimentos e capacidades no seio de estruturas com um enquadramento eficaz, constituindo um autêntico complemento da sua formação.

Os aldeamentos agrícolas socialistas

Baseados em diversas experiências de agricultura comunitária, estes aldeamentos destinam-se a criar as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento agrícola das regiões menos favorecidas, promovendo simultaneamente as condições propícias a uma sedentarização progressiva das populações nómadas. Este desenvolvimento é feito de acordo com os diversos projectos de desenvolvimento regional integrados nos planos quadrienais a nível nacional que começaram a ser estabelecidos desde 1970. Disseminados em todo o território argelino estes aldeamentos obedecem normalmente a um esquema-tipo executado por fases e adaptado às necessidades concretas dos diversos locais onde são instalados.

Cada aldeamento, constituído normalmente por 150 a 300 habitações, possui um equipamento social

devidamente dimensionado que compreende um centro comercial, um armazém, uma estação de correios, um posto médico, uma agência de crédito bancário, cafés, um centro de convívio e de animação cultural, e uma mesquita.

Tomando como exemplo um aldeamento com 200 habitações, a repartição de áreas é basicamente a seguinte:

- 50% para a superfície de habitação
- 20% para a construção de edifícios públicos
- 11% para ruas e praças
- 7,5% para recolha de gado e de produtos agrícolas
- 5,5% para espaços verdes

A importância da criação deste tipo de aldeamentos é evidente tanto no ponto de vista do desenvolvimento económico como no do desenvolvimento social. Por um lado, ao melhorar as condições de vida dos camponeses das regiões menos favorecidas, cria possibilidades para suster, e mesmo inverter em certos casos, o êxodo rural. Por outro lado, ao permitir o agrupamento, em locais apropriados, de diversas famílias camponesas lança as condições para a criação e desenvolvimento de cooperativas agrícolas a partir dos recursos naturais e dos meios disponíveis colocados ao serviço da comunidade.

A «Barragem Verde»

Planeada numa extensão de cerca de 1500 km no sentido Leste-Oeste, este vasto programa de arborização tem por finalidade conter o movimento tendencial para Norte das areias do deserto combatendo, assim, os reflexos ecológicos negativos que daí advêm. Este fenómeno de desertificação que vem assolando desde há séculos a região, consiste na transformação progressiva das regiões de estepe em deserto, dificultando e tornando mesmo, por vezes, impossível qualquer manifestação de vida organizada.

Tarefa sem dúvida gigantesca, que embora iniciada já há vários



anos ainda se encontra longe de estar concluída, a «Barragem Verde» foi inicialmente prevista numa área de 30 000 Km². Posteriormente, a largura média das áreas de plantio foi diminuída para cerca de 10-12 Km, embora esta largura seja na prática variável consoante as próprias possibilidades de cada zona. Desde a fronteira com Marrocos até à fronteira tunisina foram definidas cinco regiões (Ngaous, Tadmait, Aflou, Elma Labiad e Bou Saada) que constituem outros tantos pólos de desenvolvimento do projecto global a cargo dos jovens do Serviço Nacional.

No interior de cada uma destas

regiões os trabalhos têm prosseguido de forma regular a partir de zonas-piloto escolhidas, procurando partir — regra geral — do mais fácil para o mais difícil. A existência de condições climáticas mais favoráveis, a facilidade de penetração, a existência de infra-estruturas locais e a possibilidade de articulação com outros empreendimentos no quadro dos respectivos projectos de desenvolvimento regional, são os critérios que presidem a essa escolha. O quadro seguinte dá a ideia global dos progressos conseguidos nos últimos anos em termos quantitativos:

Se estes resultados são em si

mesmo impressionantes, as modificações qualitativas operadas têm sido espectaculares, na medida em que facilitando enormemente os trabalhos de defesa e restauração dos solos já atingidos pelas areias, tem sido possível travar a degradação e a desertificação das áreas vizinhas, contribuindo, desde logo, para um aumento da superfície de terras cultiváveis, no futuro.

Para além disso, o projecto reveste-se ainda de um outro aspecto que virá a ter uma enorme influência sobre as condições climáticas futuras da região. É que um projecto de arborização desta envergadura criará, inevitavelmente, regiões de micro-clima favoráveis ao desenvolvimento da fauna e da flora e, a partir de um determinado estado de desenvolvimento, poderá mesmo permitir à economia argelina desembaraçar-se das imposições de importação de madeiras e seus derivados.

No aspecto do desenvolvimento social e humano o projecto tem igualmente consequências muito importantes. Através da construção e desenvolvimento de diversos tipos de infra-estruturas (aldeamentos florestais, áreas de cultivo de árvo-

Ano	Floresta		Árvores de fruto	
	Superfície em hectares	N.º de árvores plantadas	Superfície em hectares	n.º de árvores
74-75	3,08	6 154	140	14 000
75-76	913,27	1 826 512	81	8 100
76-77	1 089,06	2 178 122	277	27 700
77-78	1 110,62	2 221 244	20	2 000
78-79	1 705,50	3 411 092	230	23 000
79-80	1 871,77	4 679 470	164,95	16 415

res de fruto, e as correspondentes vias de comunicação) criam-se condições favoráveis para uma progressiva sedentarização das populações e, através da modificação das relações de produção daí resultantes, a promoção socioeconómica das populações e a melhoria da qualidade de vida.

A via transahariana, a estrada da unidade africana

Inscrevendo-se, tal como os projectos anteriormente focados, no quadro do desenvolvimento económico e social do país, este projecto foi aquele que, até ao momento, mobilizou maiores recursos materiais e humanos e o que se encontra em fase mais adiantada de acabamento.

No quadro interno permite, pela primeira vez, a ligação efectiva durante todo o ano entre o Norte e o Sul. No plano internacional facilita grandemente a ligação entre a costa argelina e os países vizinhos do Sul — o Níger e o Mali — constituindo o principal eixo de ligação entre o norte do continente e a chamada África Negra.

Este duplo objectivo, uma vez plenamente alcançado, permite contrariar o desenvolvimento desigual e compartimentado das regiões do Norte e do Sul, herança da ocupação colonial, e oferece aos países do interior da África novas perspectivas de incremento das trocas comerciais no quadro da cooperação inter-africana, permitindo-lhes fugir, de certa maneira, ao controlo que as grandes potências exercem sobre os circuitos comerciais.

A herança colonial

As políticas coloniais repousam invariavelmente na subjugação das populações pela força, na delapidação das riquezas naturais e na tentativa de substituição da cultura local pela cultura do país colonizador.

Despersonalizar as populações, impedir o desenvolvimento económico e social próprios e transformar homens e terra em instrumentos ao serviço dos grandes interesses

económicos da potência colonizadora, são características comuns aos impérios coloniais.

Anexadas as zonas litorais do que é hoje a Argélia, os ocupantes franceses estenderam a sua influência, não sem grandes dificuldades, ao sul argelino, ao Sahara. A rede de vias de comunicação construída durante o período colonial foi planeada e executada de acordo com duas ordens de interesses:

- facilitar o transporte das matérias primas (ferro, cobre, petróleo e urânio) para os grandes portos do Mediterrâneo e facilitar o controlo militar das zonas mais afastadas.

- os planos para a construção de uma via transahariana apareceram pela primeira vez em finais do séc. XIX e obedeciam à dupla exigência de facilitar a deslocação de meios para as regiões do Sul e de ligar a actual Argélia aos outros territórios coloniais franceses situados do outro lado do Sahara.

As vantagens da abertura de uma tal via, para a França colonial, resumiam-se aos seguintes pontos:

- assegurar o controlo completo do Sahara argelino;

- reforçar a sua capacidade de intervenção, sempre que necessário, contra qualquer sublevação local;

- aumentar a exploração dos recursos naturais dessa região;

- facilitar a colocação dos produtos franceses nos mercados potenciais dos países limítrofes da actual Argélia.

Mas a estas vantagens opunham-se dificuldades e inconvenientes reais e nenhum dos diversos projectos elaborados durante todo o tempo da ocupação colonial acabou por ser realizado. Esses inconvenientes, do ponto de vista da França, eram basicamente os seguintes:

- a rudeza do clima sahariano e a sinuosidade do seu relevo;

- o tempo e os investimentos colossais que a empresa necessitava e cujos benefícios só a longo prazo poderiam vir a ser obtidos;

- a pouca disposição dos colonos para abandonarem as ricas terras do norte, na proximidade dos grandes centros urbanos, onde leva-

vam uma existência relativamente fácil.

O isolamento do Sul em relação ao norte tinha paralelamente outras vantagens do ponto de vista colonial francês.

Permitia explorar mais facilmente as rivalidades tribais e manter praticamente inacessível uma região onde, a partir da década de 50, os franceses desenvolveram uma série de trabalhos secretos, nomeadamente no campo nuclear.

Imecker foi, com efeito, o grande centro de ensaios nucleares da França durante todo aquele período. O isolamento crescente das regiões do Sahara e a consequente pauperização das populações constituiriam por isso a maior herança do colonialismo francês nessas regiões.

Na perspectiva da Revolução Argelina

Após o triunfo da Revolução Argelina, o projecto da abertura de uma via de comunicação que facilitasse a liquidação das disparidades regionais a nível nacional e permitisse a aproximação, sob todas as formas, com os países vizinhos do Sul, passou a estar na ordem do dia.

Chamada desde o início a estrada da Unidade Africana, a Transahariana retira o seu verdadeiro significado da criação de uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento de uma verdadeira cooperação entre os países africanos da região no domínio das trocas comerciais e do desenvolvimento industrial e agrícola baseada na complementaridade económica e cultural.

Este objectivo insere-se num outro ainda mais vasto que é o da promoção de todo o continente africano através de uma unidade de esforços com vista à defesa dos seus interesses comuns.

A Transahariana pode assim considerar-se um projecto a que a Revolução Argelina conferiu uma dimensão estratégica de longo prazo, projecto destinado a criar uma artéria fundamental para a concretização de grandes objectivos: fraternidade, cooperação e so-



Aldeamento socialista a «estrear» (foto em cima): promover adequadamente a progressiva sedentarização das populações nómadas. (Na foto ao lado) o veículo todo-o-terreno que transportou o nosso colaborador e os seus companheiros pelo «Grande Sul» argelino

lidariedade entre todos os povos africanos.

Através da sua realização prática pretende-se igualmente incentivar outros países da região a realizarem obras complementares ao mesmo objectivo, apostando no futuro da África, e conseguindo uma libertação progressiva da tutela que ainda hoje sobre eles exercem certos países europeus e as grandes transnacionais.

Lançado em 1971, o primeiro troço desta obra, uma extensão de 420 Kms, foi inaugurado em 1973, permitindo a ligação entre El-Golea e In-Salah. Desde então foram concluídos os troços entre In-Salah e El-Arak e entre esta última localidade e Tamanrasset. Cerca de 1.200 Kms de estrada alcatroada permitem, desde Junho de 1978, a ligação entre esta última cidade e as regiões do norte do país. Prosseguindo na mesma direcção, o projecto contempla duas vias: uma, na extensão de 357 Kms, em direcção ao Niger, já concluída, e outra, numa extensão

de 469 Kms, em direcção ao Mali, em fase de construção.

Tivemos ocasião de percorrer esta estrada até Tamanrasset e podemos assim ter uma ideia dos obstáculos que os jovens do Serviço Nacional tiveram, e têm, que vencer (dureza do clima, dificuldades do terreno e inexistência de infra-estruturas) e que só uma testemunha ocular pode descrever em toda a sua dimensão.

A «estrada do inferno» — como também lhe ouvimos chamar — embora terminada em fins de 1978 continua a dar muitas dores de cabeça aos jovens do Serviço Nacional encarregados também da sua conservação. Foi sobretudo este último aspecto que pudemos presenciar. É de facto gigantesca a luta que continuamente têm de travar contra uma natureza manifestamente adversa.

Atravessando uma vasta zona que apresenta as maiores amplitudes térmicas diárias e onde os recursos vitais escasseiam, o trabalho exige um espírito de sacrifício notável e uma vontade sem desfalecimentos

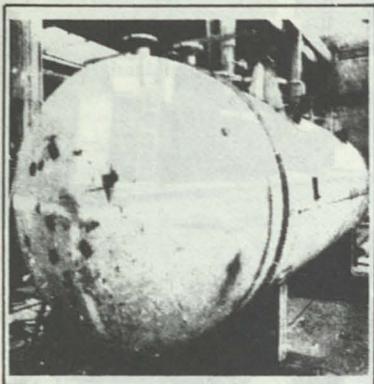
só possíveis com uma grande consciência política.

Três anos após a sua conclusão, o asfalto apresenta, à medida que caminhamos para o Sul, os efeitos desgastantes das amplitudes térmicas e da acção do vento que, transportando as areias do deserto, exerce uma destruidora acção erosiva. Não nos atrevemos a fazer uma estimativa dos custos de manutenção desta via. Sentimos, sobretudo, que muito «sangue, suor, e lágrimas» correram para que ela fosse possível e correrão ainda para que continue a ser uma realidade.

Para além do traçado principal, devemos referir os inúmeros itinerários secundários que têm sido construídos e outras obras de beneficiação local, principalmente junto dos centros populacionais que atravessa. Todas estas modernas realizações contrastam com o que existia anteriormente, dando origem a curiosas combinações entre o passado e o presente, mas onde se vislumbra já um futuro melhor. □

Compelmada

SOC. COOP. MONTAGENS METÁLICAS SCARL



★ PROJECTO, FABRICO E MONTAGEM DE:

Reservatórios de pressão
Reservatórios de armazenagem
Tubagens industriais
Estruturas metálicas
Permutadores de calor
Pontes e pórticos rolantes
Aparelhos de processo
Silos em aço carbono,
aço inox e alumínio

- ★ Mecânica geral
- ★ Reconstrução de motores
- ★ Manutenção fabril

Casal do Marco

SEDE E FÁBRICA:
Pinhal dos Frades - Casal do Marco - Seixal

Telefones: 2211174/2211913/2211982/2211934

Telex: 15264 COMPEL-P

Moreira da Maia (Porto)

Cova da Piedade

Sines



O elo fraco da cadeia

Historicamente condenado, o regime do «apartheid» subsiste por se tratar de um aliado essencial dos interesses políticos, estratégicos e económicos do imperialismo

Alice Nicolau



HISTORICAMENTE derrotado, numericamente em situação de esmagadora inferioridade (4 milhões contra 22 milhões), geograficamente isolado, politicamente banido do contexto das nações, o poder branco da África do Sul sobrevive. E não só sobrevive, como tem grandes possibilidades de se manter, sob o ponto de vista estritamente económico. Para além das razões históricas que explicam este anacronismo implantado na África Austral, há outra: o regime do *apartheid* subsiste, porque é um elo essencial da cadeia do imperialismo. O exemplo da África

do Sul demonstra, por si só, a incompatibilidade fundamental que existe entre o sistema capitalista mundial e a libertação dos povos.

As circunstâncias históricas muito peculiares da formação do Estado sul-africano explicam que o poder branco aí tenha sobrevivido à derrocada dos impérios coloniais. Apesar da situação tipicamente colonial que subsiste na África do Sul, o certo é que a «potência colonizadora» é um segmento da população, que vive com os «colonizados» dentro das fronteiras de um Estado já existente, como tal, à data da descolonização. De salientar ainda

que o poder colonial é exercido por uma minoria que vive há muitas gerações no território e cujos laços com o seu continente de origem (a Europa) estão cortados.

Para os africanos, mestiços e asiáticos (englobados pelo movimento de libertação na designação de *black*) a situação económica, social e política é tipicamente colonial: exploração impiedosa, salários mínimos (muitas vezes abaixo do nível de subsistência) pobreza abjecta, má nutrição generalizada, doenças endémicas, elevada taxa de analfabetismo, denegação total dos direitos políticos, civis, sindicais,

econômicos, sociais, formas variadas de trabalho forçado.

Diga-se, porém, que a situação colonial da África do Sul não se esgota nas relações poder branco-população *black*. Hoje e cada vez mais, as necessidades de sobrevivência do domínio colonial do interior levam a camada opressora a colocar a própria economia do país em regime de pilhagem colonial, que é exercida por multinacionais e bancos estrangeiros.

As razões do «apartheid»

No fim da II Guerra, depois da derrota do nazifascismo, do aparecimento do campo socialista e do despertar dos povos colonizados, o poder branco da África do Sul institucionalizou o sistema do «apartheid» como instrumento de sobrevivência. Se o racismo sempre caracterizou a sociedade sul-africana, o certo é que só após o «choque» de 1945 se criou o «apartheid», tal como hoje vigora.

As grandes campanhas de massas, conduzidas depois do fim da guerra pelas populações trabalhadoras, maioritariamente *black*, em luta pela conquista dos seus direitos políticos e econômicos, foram o sinal de alerta para que os brancos se defendessem do perigo iminente. A conquista do poder pelos «*boers*» coincidiu com a instauração de um regime tipicamente fascista adaptado às condições coloniais. No começo dos Anos 50 foi banido o Partido Comunista Sul-Africano e começaram a ser decretadas as diversas leis que codificam o «desenvolvimento separado», ou regime de «apartheid». À resistência que os oprimidos opuseram a essas medidas, respondeu o poder com o terrorismo de Estado e com a anulação dos modestos direitos que antes haviam sido concedidos aos mestiços e aos indianos. Todos os passos tendentes à igualdade racial e ao entendimento entre as várias etnias foram liquidados.

A institucionalização deste regime, o único dos tempos actuais

que erige a desigualdade racial como princípio de Estado, não impediu, porém, que as potências «democráticas burguesas» explorassem o *apartheid* também em seu próprio proveito. A verdade é bem outra: econômica, política, militar e estrategicamente, a África do Sul é um parceiro plenamente integrado no sistema imperialista e mantém laços estreitos com as principais potências capitalistas. Essa ligação, longe de diminuir, estreita-se cada vez mais, à medida que a margem de manobra do sistema imperialista diminui, em virtude da evolução produzida na África Austral, após a queda do colonialismo português e a independência do Zimbawe.

Um elo do sistema

Do ponto de vista econômico, a África do Sul é, depois dos territórios petrolíferos do Médio Oriente, o mais importante reservatório de matérias-primas do Ocidente. Alguns exemplos: a África do Sul fornece 51% do crómio consumido no mundo ocidental e possui 84% das reservas ocidentais desse minério; 36 por cento do manganês (reservas: 93%); 56% do vanádio (90%); 91% da platina (89%) e 73% do ouro (64%). Além disso, a África do Sul extrai e exporta carvão (cujos fornecimentos à CEE triplicaram nos últimos três anos), titânio, antimônio, diamantes, urânio, etc. Quarenta e duas empresas ocidentais estão a proceder a prospecções geológicas e mineralógicas. As indústrias ocidentais de vários tipos e sobretudo a do armamento mais moderno — dependem em grande medida de importações da África do Sul. Exs: os EUA importam 48% do crómio, 82% da platina, 73% do vanádio, 80% do ferro-cromo, 50% do antimônio, 87% do manganês, 45% do ferromanganês e 67% do ouro que consomem e utilizam. A França em 1979 importou 40% do manganês, 48% do ferro-cromo, 40% do minério de cromo, 25% do vanádio e 41% do urânio que consumiu e utilizou. Segundo um estudo da Agência Internacional de Energia, em 1990 os países da área

da OCDE dependerão em 61% das importações do carvão sul-africano para as suas necessidades desse combustível.

A esta riqueza natural soma-se o estado relativamente avançado da indústria e da infra-estrutura da África do Sul, circunstância que permite retirar grandes lucros em lapso de tempo, relativamente curto. De ano para ano aumentam os investimentos ocidentais. Em 1978 os investimentos estrangeiros totalizavam 25 540 milhões de dólares, distribuídos percentualmente da seguinte forma: CEE, 56%; outros países da Europa, 10%; EUA e outros países americanos, 24%; Ásia, 2,2%; África, 3,3%. Significa isto que o mundo capitalista euro-americano controlava 80% dos investimentos contra 70% avaliados por outras fontes em 1975. Os superlucros obtidos cifram-se entre 21 a 26%. Os principais parceiros comerciais são os EUA, a RFA, o Japão, a Suíça. Existem no país 1200 empresas britânicas, 375 americanas, e 350 alemãs.

Colocando-se em dependência tipicamente neocolonial, a África do Sul oferece incentivos vários aos investimentos estrangeiros (que são maioritariamente privados, dado que as entidades públicas não ousam, pelo menos abertamente, desrespeitar as sanções internacionais): as despesas de investimentos podem ser pagas em randes financeiros (inferior ao rande comercial em 25 a 28%), isenções fiscais por certo tipo de despesa de equipamento e formação de mão-de-obra africana; atenuação da fiscalização dos câmbios; redução dos impostos sobre as sociedades; facilidades de repatriamento dos investimentos.

Por outro lado, as garantias que o sistema oferece de uma mão-de-obra «domesticada», abundante e barata para os trabalhos não qualificados criam uma cumplicidade total entre os investidores ocidentais e os *apartheidistas* sul-africanos.

Do ponto de vista político, o papel da África do Sul tem sido desde sempre de importância vital para os imperialistas — trata-se de um espaço de perpetuação de rela-

ções colonialistas numa zona «conturbada» do mundo. Desde o advento da Administração Reagan nos EUA, o papel da África do Sul é claramente reconhecido por Washington, que considera o regime de Pretória um meio eficaz de contenção da falaciosa ameaça soviética. A actuação de Pretória no Zimbábue pré-independentes, as suas constantes agressões militares à República Popular de Angola, o seu estado de guerra não declarada contra os restantes países da Linha da Frente constituem uma forma eficaz, pelo menos no plano imediato, de impedir a recuperação económica e o desenvolvimento dos povos dos Estados vizinhos e de retardar a libertação da Namíbia e das próprias populações sul-africanas. Mas não se esgota nisto o papel político do regime do *apartheid* no contexto global imperialista: enquanto o poder branco se mantiver na África do Sul, permanece a influência capitalista no próprio território sul-africano; os Estados vizinhos — cujas economias são muito dependentes da de Pretória — estão perpetuamente sujeitos a pressões, boicotes, embargos e outro tipo de guerra económica. A África do Sul tem procurado, aliás, apresentar-se como uma alternativa regional aos dois blocos e congregar, em torno de si, como subpotência económica, os Estados já satelizados (o «grupo BSL» — Botswana, Suazilândia e Lesoto) mais o Malawi, o Zimbábue, a Namíbia (independente ou não) Moçambique, a Zâmbia, que, deste modo, viriam a ser reinseridos no sistema económico imperialista, com todas as consequências daí decorrentes.

Do ponto de vista militar e estratégico, a África do Sul está incluída nos planos globais da NATO, que coopera com Pretória militar e nuclearmente. Os racistas concentraram nas suas mãos a maior potência militar do continente africano, em consequência dos fornecimentos de armas que têm vindo a receber ao longo dos anos do Ocidente. Por outro lado, Pretória é elemento essencial da «defesa do Atlântico Sul». Situada no cruzamento entre o Atlântico e o Índico,



Oliver Tambo, líder da ANC: banir o apartheid, construir uma sociedade democrática e multirracial

controlando a rota do Cabo (por onde passam mais de 25 mil barcos e que é um canal fundamental para o fluxo do petróleo) a África do Sul dispõe dos portos de Durban, East London, Port Elizabeth e Cidade do Cabo e da base naval e submarina de Simonstown, aberta a todos os aliados do Pacto do Atlântico. Os sistemas de radar e radio instalados em abrigos atómicos construídos numa mina de prata abandonada tinham em 1975 um raio de acção de mais de duas mil milhas náuticas o que lhes dava o controlo do hemisfério sul. Duas empresas oeste-alemãs foram as principais instaladoras desse equipamento que fornece dados à NATO em Bruxelas e a Washington. Dada a cadeia de bases aéreas, navais e marítimas que se estendem do Cabo da Boa Esperança até à ilha de Guan, pode afirmar-se que os territórios africanos, asiáticos e árabes estão sob um controlo estratégico de que Pretória é parte importante.

A RFA tem na África do Sul filiais de todas as suas companhias de armamento mais importantes, e, segundo revelações nunca desmentidas do Congresso Nacional Africano em 1975, o próprio governo de Bona está directamente envolvido

em cooperação militar e nuclear com Pretória através de empresas estatizadas. Vejamos muito por alto que empresas e que países fornecem armas a Pretória: *Inglaterra* (Hawker Siddeley Group, Vickers, Alvis 00., Westland Aircraft, Association of the Aircraft and Global Missile Industry, etc.); *França* — Daccot, Nord Aviation, Sud Aviation, Matra, Panarde, Dubigon; *Itália* — Dacci; *RFA* — Bolkow, Bayer — Leverkusen; Hoechst, Telefunken e os monopólios estatizados STEAG e Urangesellschaft; *EUA* — Ellis Chalmers (que construiu o primeiro reactor nuclear da África do Sul), Ford, General Motors, Chrysler, Lockheed, Avco-Lycoming, Cessna, Honeywell, Foxboro International, Hewlett-Packard, General Electric, Leeds, Nothrup.

Se considerarmos — o que será correcto — que num Estado terrorista, em guerra não declarada contra os Estados vizinhos, e em situação de potência colonial contra a esmagadora maioria da sua própria população, os fornecimentos para fins bélicos vão muito além dos directamente militares, abrangendo os de reservas estratégicas e outros, então alongaremos muito esta lista. E teremos que 75% dos investimen-

tos directos dos EUA são assegurados por 12 «gigantes» que controlam a energia, transportes e informática; 40% do mercado do petróleo e 42% das refinarias são controlados pela Mobil e pela Caltex; a empresa americana FLUOR tem a seu cargo todos os planos de engenharia civil ligados ao empreendimento SASOL (destinado a extrair petróleo do carvão e que é elemento essencial da sobrevivência da África do Sul racista); a IBM controla só por si 38% a 50% do mercado sul-africano da informática.

As sanções

Daqui facilmente se infere que as sanções decretadas pela ONU não surtiriam praticamente nenhum efeito. Muito pelo contrário: entre 1960 e 1980 os investimentos dos EUA triplicaram; entre 1972 e 1973 as trocas comerciais RFA-África do Sul aumentaram... 36%; durante os Anos 60, o Japão aumentou as suas trocas com Pretória em 500%. A isto há a acrescentar a importância cada vez maior da cooperação militar e nuclear entre Israel e a África do Sul, facto extremamente significativo pois Israel é a África do Sul do Médio Oriente, e ambas as subpotências podem servir de intermediárias para muitas transacções em que o mundo ocidental não queira envolver-se directamente.

Saliente-se ainda que um relatório da ONU tornado público em 1980 demonstrava que, de 1972 a 1978, todos os países ocidentais sem excepção contribuíram em diversos graus para o financiamento da economia sul-africana: 382 estabelecimentos bancários de 22 países diferentes enviaram durante esses seis anos capitais no montante de 5,4 mil milhões de dólares! A RFA fica à cabeça da lista com 72 empréstimos num montante global de 2,4 mil milhões de dólares. Seguem-se os EUA (69 empréstimos), a Grã-Bretanha (42), a Itália (33), a França (31), o Canadá (13).

As fragilidades da economia

Apesar do ritmo acelerado com que a economia sul-africana tem

crescido desde a II Guerra (8,3% entre 1946 e 1966, 10% entre 1967 e 1972), o sistema denota certas fragilidades. A primeira prende-se com o comércio externo de que a economia sul-africana depende em elevado grau. As crises do capitalismo repercutem-se imediatamente na economia sul-africana: assim se explica que nos últimos anos a taxa de crescimento se tenha cifrado apenas em 4%.

Outro «calcanhar de Aquiles» é o petróleo: até à queda do regime monárquico iraniano, Teerão fornecia a Pretória 90% do petróleo consumido. O novo regime cortou esses fornecimentos e há indicações segundo as quais Pretória não terá ainda conseguido recuperar a totalidade dos fornecimentos. Sabe-se também que Pretória dispõe de imensos *stocks*, cujo montante é um segredo de Estado, e, como já se disse, o projecto SASOL é um dos principais meios a que o regime racista deitou mão para, a longo prazo, deixar de depender do petróleo importado.

O próprio regime do *apartheid* constitui, por outro lado, um obstáculo ao desenvolvimento económico da África do Sul, a longo prazo, encarado na óptica capitalista.

A esse respeito são elucidativas as posições defendidas por certos monopolistas sul-africanos, por partidos brancos locais, por correntes reformistas do Ocidente e por políticos norte-americanos. As ideias básicas são estas: conceder direitos iguais, independentemente da raça ou da cor da pele; criar uma classe média africana capaz de desenvolver a iniciativa privada e de aderir ao sistema; estabelecer uma federação de estados sul-africanos, que, diferentemente dos «bantustões», não sejam baseados na separação das raças.

A igualdade perante a lei funcionaria como uma válvula de escape para os africanos e habilitaria os mais «talentosos» e ambiciosos a ascender ao estatuto de classe média; a «educação» e a qualificação profissional seriam mais abertas para garantir uma maior mobilidade

social. Neste sistema o determinante para diferenciar as classes deixaria de ser a cor da pele, passando a ser a posição social e a educação. Como os brancos dispõem já à partida do controlo das posições-chave e se situam a uma distância que não seria ultrapassável (as diferenças salariais e económico-sociais em geral vão-se agravando à medida que os anos passam), a viragem assim operada no sistema nem chegaria sequer a pôr em causa a supremacia dos colonizadores de hoje.

Para certas indústrias de tecnologia de ponta e para o alargamento do mercado, estas alterações são essenciais no contexto sul-africano. Segundo o maior empresário da África do Sul, Harry Oppenheimer, «o tipo de organização industrial existente, com um trabalho altamente intensivo, que recorre a unidades muito vastas e indiferenciadas com baixa produtividade e baixos salários, tem que acabar (...) Deve ser substituído por uma organização intensiva de alta produtividade, elevados salários, tal como existe nos países industrializados avançados (...). Essa nova organização é incompatível com a segregação racial na indústria e com o sistema de trabalho migratório».

Para responder a este tipo de críticas e para fazer face à crescente agitação social, num país onde mais de dois milhões de negros estão no desemprego, e onde mais milhões ainda se deitam com fome e acordam sem quaisquer perspectivas de futuro, numa ilha de escravidão rodeada de Estados negros que ascenderam à independência e soberania, o *apartheid* tentou reformar-se. Certas regras do chamado «petty *apartheid*» foram suprimidas, os sindicatos negros foram permitidos (mas sob a condição de não fazerem política e de se registarem). Que efeitos podem ter tais paliativos? Do lado negro, chegam tarde e, quer as organizações sindicais revolucionárias, como o SACTU, quer as estruturas do movimento de libertação nacional não se deixam iludir. Do lado branco, a extrema-direita *boer* agita-se numa tentativa de derrotar as reformas, por mais tímidas

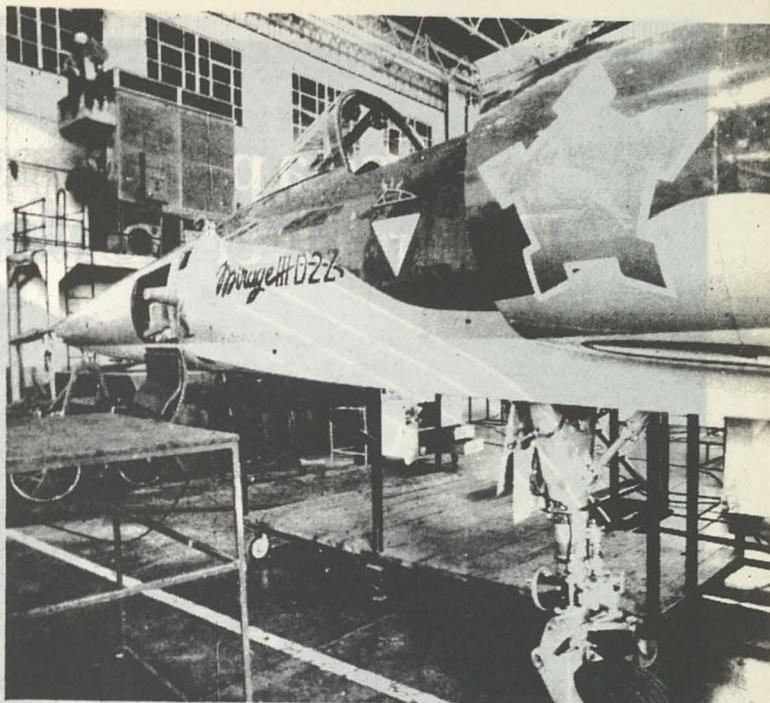
que sejam. Facto muito significativo: em Março de 1979 os mineiros brancos entraram em greve pela primeira vez desde 1948 para protestarem contra o acesso de mineiros negros a posições que até então lhes eram interditas. A greve foi derrotada, mas trata-se de mais um indício da incapacidade que o sistema tem de se auto-reformar.

No entender dos especialistas da economia, tudo vai bem por agora nesta frente para o regime do *apartheid*. As inquietações quanto ao futuro, as fragilidades manifestadas não permitem quaisquer prognósticos de falência a breve prazo.

É certo que a pressão internacional vai aumentando em relação ao regime do *apartheid*, mas não menos certo é que os monopólios que saqueiam o país têm manifesto interesse em que ele se mantenha, porque essa é uma das principais razões do grande atractivo para os investimentos estrangeiros na África do Sul. Realmente em poucas zonas do mundo têm hoje os grandes consórcios transnacionais tão boas oportunidades de superexplorar a mão de obra.

Por outro lado, se a África do Sul está isolada no contexto regional, em matéria política, não o está economicamente. Os países africanos independentes da África Austral (e não só) são, em muitos aspectos, tributários da economia de Pretória.

Isto não impedirá a luta política desses Estados contra o regime do *apartheid*, mas coloca-os em situação de grande fragilidade: Pretória poderá, com maior sacrifício para os Estados africanos que para o próprio regime do *apartheid*, exercer uma guerra económica directa contra eles. É o que já começa a acontecer: graças aos bantustões, a África do Sul — que se enriquece constantemente de mão-de-obra branca para perpetuar a divisão das camadas trabalhadoras e aumentar o contingente da raça predominante — pode dar-se ao luxo de dispensar os trabalhadores africanos migrantes. No princípio de Junho, a agência PTL informou de Durban (África do Sul) que milhares de cidadãos do Zimbabwe actualmente assalariados no país do



Apartheid: um regime odioso estribado numa poderosíssima máquina militar

apartheid iam regressar ao seu país. Os seus contratos não serão renovados. Idêntica medida foi adoptada em relação a grande número de trabalhadores procedentes de Moçambique, Malawi, Lesoto, Suazilândia e Botswana. Dora-vante, Pretória irá dispensando a mão de obra dos países africanos vizinhos para recrutar preferencialmente trabalhadores dos *bantustões*.

Desnecessário será dizer que estas acções e outras que a África do Sul pode adoptar em relação, por exemplo, a importações, exportações, facilidades de transporte, são um elemento valioso na luta contra os jovens Estados africanos independentes. Conscientes dessa ameaça que paira sobre as suas economias, os países da África Austral uniram-se numa associação que visa diminuir a sua dependência face a Pretória — o SADCC. Mas os frutos dessa associação tardam muito e ela parte de premissas incomparavelmente mais débeis que as do inimigo.

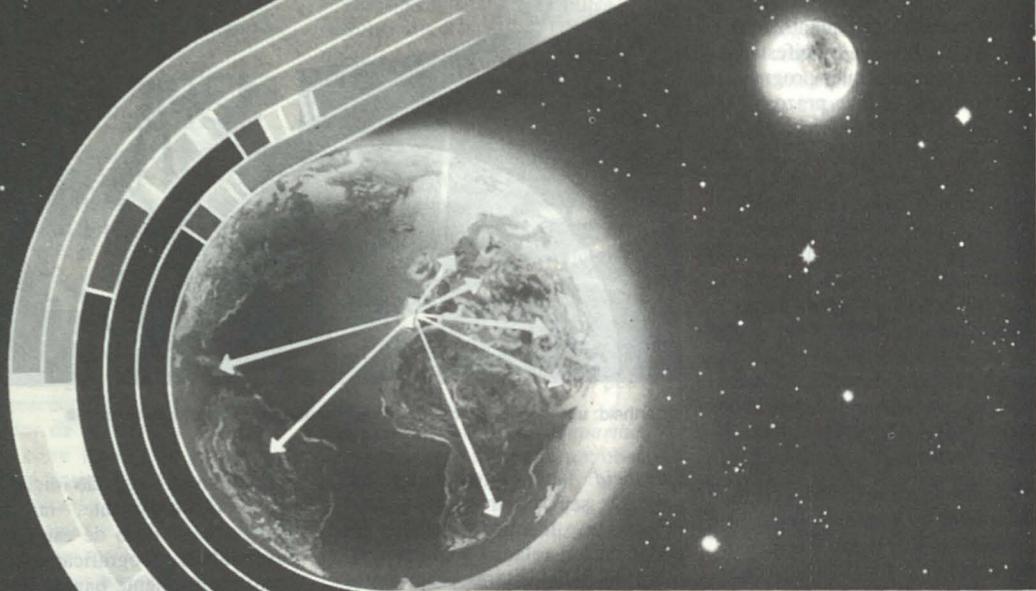
E voltamos à questão inicial: derrotada historicamente, numericamente em situação de esmagadora inferioridade, geograficamente isolada, politicamente banida do contexto das nações, a África do Sul subsiste. Até quando? Ninguém duvida de que, pelas razões apontadas, Pretória constitui um dos elos mais fracos da cadeia do imperialismo.

A vitória sobre esse elo fraco depende da luta do próprio povo sul-africano, da coesão dos Estados da África Austral, da unidade de todo o continente, da correlação de forças a nível mundial, de factores, enfim, que escapam a todas as previsões. □

Nota: os dados constantes deste trabalho foram colhidos de textos apresentados à Sessão Internacional sobre a natureza imperialista do racismo na África do Sul, realizada em Berlim (RDA), em 16 de Junho de 1976; de documentos oficiais da África do Sul; de documentos da ONU; de informações do «África Guide» (World of Information, Grã-Bratânia) e de notícias avulsas em diversos órgãos de Imprensa.

Pasta para papel

Desenvolver e Diversificar



108 801	869	-	-	8 529	-	9 863	1977 • 128 062 Ton
83 129	763	-	6 321	3 858	-	7 985	1978 • 102 056 Ton
104 498	1 776	105	13 297	2 944	-	13 131	1979 • 140 711 Ton
155 127	11 752	7 567	22 295	6 914	8 320	31 453	1980 • 253 428 Ton
154 021	9 095	1 587	24 046	14 104	8 237	30 147	1981 • 241 247 Ton

A meio caminho entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo dispomos de posição ideal face ao mercado

Possuímos também o domínio da tecnologia em todas as fases de fabrico

Diversificamos mercados fazendo crescer a nossa influência

Temos no espaço económico europeu a nossa área natural de desenvolvimento contribuindo para suportar outros desenvolvimentos

Somos um fornecedor seguro para a indústria não integrada

- CEE
- EFTA
- PAÍSES DE ECONOMIA PLANIFICADA
- PAÍSES AFRICANOS
- PAÍSES ÁRABES
- PAÍSES DO EXTREMO ORIENTE
- OUTROS



nós somos a

PORTUCEL

EMPRESA DE CELULOSE E PAPEL DE PORTUGAL, EP.

Rua Joaquim António de Aguiar, 3-4º 8º - 1092 Lisboa Codex
Tele(fone) 53 88 57 (8 linhas) e 57 40 08 (4 linhas)
(x) 1 21 40 Celose P

Uruguai

Emoção na catedral

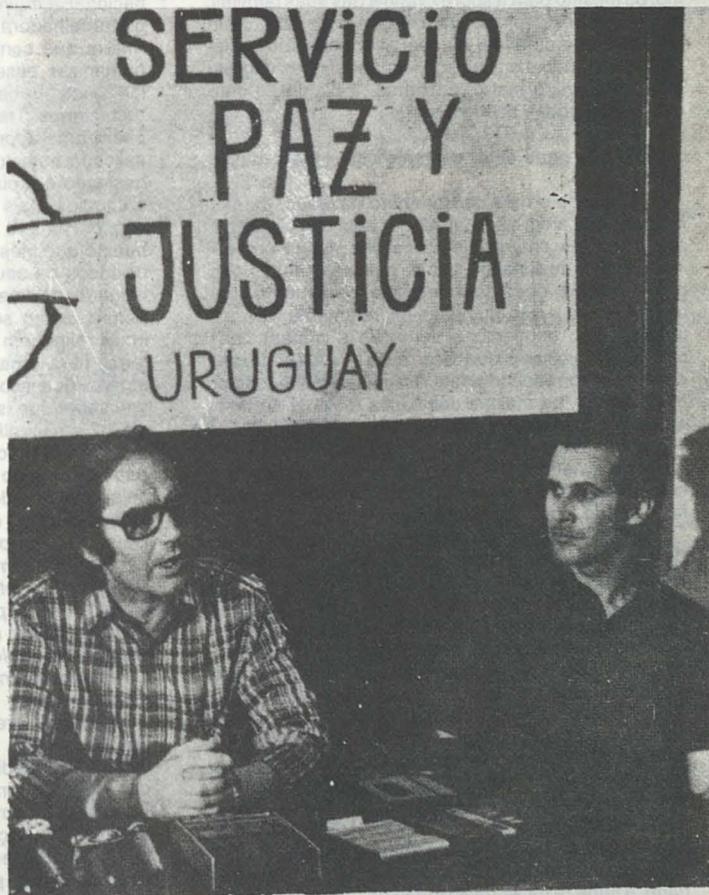
Um sacerdote, o padre Luis Pérez Aguirre, vence o medo e pela primeira vez em oito anos, desde o golpe de Estado de 1973, a tortura é denunciada publicamente em Montevidéu

Emilia Hernández

QUE o regime militar uruguaio pratica diariamente a tortura aos presos políticos, é um facto amplamente conhecido em todo o mundo. Isso, porém, nunca fora denunciado publicamente no Uruguai desde o golpe de Estado de 1973. Não por desconhecimento (segundo o ex-senador Wilson Ferreira, um em cada 40 uruguaios passou pelas prisões e quartéis nos últimos dez anos), mas simplesmente por medo. De facto, o «ataque à força moral das forças armadas», é, no Uruguai, um delito punido com vários anos de prisão e a Imprensa está proibida, inclusive, de «atribuir propósitos ditatoriais» ao actual regime, geralmente designado como «o processo».

É compreensível, então, que nessa sociedade aterrorizada e amordaçada, tivesse grande repercussão a homília pronunciada em 24 de Março passado pelo padre Luis Pérez Aguirre na Catedral Metropolitana de Montevidéu, durante uma missa em homenagem ao bispo mártir salvadorenho, monsenhor Oscar Romero.

Dirigindo-se aos «irmãos militares», o sacerdote pediu «que cuidem e protejam a vida de todos os seus irmãos sem distinção, que ninguém dê nunca uma ordem para pressão moral ou física — para tortura como se diz simplesmente — contra um seu irmão. Ninguém tem autoridade



Pérez Aguirre (à direita) coordena a secção uruguaia do movimento encabeçado internacionalmente por Pérez Esquivel (à esquerda)

UMA SAÍDA DIGNA (trechos da homilia)

(...) Temos uma imprensa sem liberdade, amordaçada, sujeita à arbitrariedade de critérios que só produzem uma terrível autocensura. Vocês acham que Deus pode estar de acordo com isso?

Temos os direitos de reunião e associação controlados e limitados; temos os irmãos, os nossos irmãos, classificados em três categorias: A, B e C, de acordo com as suas ideias; e de acordo com esta classificação são abertas ou fechadas as portas para o trabalho, ou mesmo para a sobrevivência das suas famílias; temos um desemprego crescente; temos falta de liberdade para defender os que vivem dos seus salários; temos todo o ensino sob intervenção; as expressões culturais, o teatro, o cinema, a pintura, o canto... estão todas controladas.

Deus não pode estar contente com uma situação desse tipo.

(...) Desde o mês de Setembro passado, aproximadamente, vem-se realizando aqui, no Uruguai, aquilo que eu chamo — para dar-lhe algum nome — «sequestros de Estado», isto é, pessoas são detidas na via pública, onde quer que seja, geralmente sem testemunhas, e são mantidas secretamente, sob interrogatórios, enquanto a detenção é negada friamente aos familiares que recorrem à Justiça ou fazem denúncias correspondentes. Assim são mantidos por muito tempo, na maioria dos casos mais de 60 dias, antes que apareçam como presos.

Isso, irmãos, como vêem, não traz a Paz; isso não nos leva a nenhuma saída, não traz tranquilidade a ninguém, isso não pode ser admitido e não se pode ficar calado, nem suportar passivamente.

(...) Como podemos prestar, então, a monsenhor Romero, uma homenagem à sua vida, ao seu testemunho? Que homenagem podemos fazer-lhe? O que será que ele nos diria nesta noite? Eu creio que aos *jovens*, que são muitos hoje, diria que se formem, que se eduquem seriamente, que estudem muito (vão-me odiar por isso...). Mas é isso, *jovens* irmãos, porque este mundo e esta Pátria não podem ser transformados com simplismos, nem com palavras-de-ordem, nem com demagogias; temos de ser mais sábios que os filhos das trevas e que os poderosos deste mundo, que têm nas mãos a técnica, a electrónica, a cibernética, a informação, a ciência... Devem estudar, senão não conseguiremos escapar. *Aos trabalhadores uruguaios*: que dêem testemunho desses valores extraídos do evangelho: a solidariedade, a generosidade, a firmeza na ajuda ao irmão de trabalho, firmeza nas justas reivindicações; que superem o isolacio-

nismo em que estamos há tanto tempo; que superem essa atitude do «não te metas...» Procuraremos, irmãos operários, novamente o trabalho solidário generoso: *Aos profissionais*: eu creio que lhes diria que não sejam amorfos, que não vivam só para os seus próprios interesses, que percam o medo, que a Paz não é o medo, a Paz é produto da Justiça. Que todos coloquem os seus talentos e a sua formação ao serviço da verdade e ao serviço da verdadeira causa nacional. *A mulher*: à mulher uruguia, seja estudante ou trabalhadora, ou militar, ou profissional, eu pedir-lhe-ia que contribua com o seu ser feminino para humanizar esse processo, esse processo em que tanto nos temos endurecido, em que quase nos embruteçamos. Tragam, irmãs, a vossa contribuição específica para tornar esse processo mais cuidadoso e delicado com todas as expressões da vida, com a gestação e o cuidado de tudo o que nos faz, a nós, uruguaios, mais humanos. *Aos militares*: porque monsenhor Romero também falava aos militares, e muito bem; o que lhes diria? Que cuidem e protejam a vida de todos os seus irmãos *sem distinção*, que nunca ninguém dê uma ordem de pressão física ou moral, de tortura, como se diz simplesmente, contra um seu irmão. Ninguém tem autoridade, nem no céu nem na terra, para uma tal infâmia! E que não me digam, irmãos, que isso não acontece no Uruguai; como não vou saber que isso acontece, se eu mesmo fui vítima disso? Irmão militar, ninguém pode obedecer ou acatar uma ordem contra a lei de Deus, contra a integridade da vida do seu irmão, por mais culpado que ele seja considerado. A Lei de Deus da integridade da vida está acima de tudo. É uma obrigação obedecer a Deus e é uma obrigação desobedecer a uma ordem pecaminosa. *Irmão militar, ou irmão funcionário do Ministério do Interior, ou irmão do Serviço de Informação, que suponho estares aqui a cumprir a tua tarefa, procura, irmão, procura com os teus companheiros, estabelecer todos esses valores, essas atitudes que fomentam em todos o respeito pela pessoa e pela justiça.*

Irmãos militares, não se dirijam por esquemas bélicos, simplistas para a nossa pátria, de «amigo e inimigo»; eu pedir-lhes-ia, isso sim, que combatam, e com toda a coragem de que sejam capazes, com firmeza, que combatam toda a arbitrariedade interna e externa das forças armadas; e que confiem, por último, que confiem sempre no povo, ao qual pertencem, para que possamos encontrar, todos juntos e sem discriminações nem proscricções, uma saída digna para o país.

para essa infâmia! E não me digam que isso não acontece no Uruguai, se eu mesmo fui vítima».

As palavras de Pérez Aguirre ecoaram no velho edifício colonial repleto de gente e foram reproduzidas na íntegra pela revista *La Plaza* na sua edição de Abril. O governo respondeu, fechando a revista por oito meses.

Acaba o silêncio

A homília de Pérez Aguirre precedeu, de poucos dias, uma importante Carta Pastoral escrita por 11 bispos do país por motivo do Primeiro de Maio, « *festa de São José Trabalhador*». Com esse importante documento, o episcopado uruguaio pôs fim a um prolongado silêncio e expressou claramente o seu compromisso, na qualidade de « *igreja dos pobres, com a construção da Justiça e o desenvolvimento do Reino de Deus na nossa história*».

Baseando-se na recente encíclica de João Paulo II sobre o trabalho, os bispos condenam « *o liberalismo económico que pouco faz para conseguir uma distribuição nacional dos recursos do país (...), o consumismo insaciável (...), as ambições desmedidas (...) e a concentração da riqueza*». Apontam a responsabilidade do Estado sobre o crescente desemprego e a queda do salário real, geradores de « *situações críticas que acabam por fazer com que a multidão de indefesos mergulhe na miséria*». Os bispos defendem, em contrapartida, « *o direito ao emprego, à justa remuneração e à sindicalização (...) no enorme conjunto dos direitos do homem, cujo respeito constitui a condição fundamental para a Paz*».

Essa carta pastoral foi bem acolhida nos meios sindicais uruguaio, onde se trabalha com grande esforço para vencer as inúmeras barreiras legais e burocráticas e se obter o reconhecimento oficial das « *associações profissionais*» (sindicatos). Quase um ano após a promulgação de uma lei supostamente destinada a restabelecer as actividades sindicais (suspensas desde 1973), apenas duas associações foram reconheci-



Na catedral de Montevideo, os militares ouviram de Pérez Aguirre: «*confiem sempre no povo, ao qual pertencem*»

das, de mais de 500 que, segundo dados oficiais, estão « *em formação*».

Apesar de os bispos não se terem pronunciado explicitamente sobre temas políticos, a carta pastoral e outras manifestações recentes são interpretadas pelos observadores como a expressão do crescente distanciamento entre o regime e a Igreja católica. Círculos eclesiásticos uruguaiois assinalam, por outro lado, que a hierarquia está a ser fortemente pressionada pelas suas bases — freiras, sacerdotes e grupos laicos de reflexão (equivalentes às Comunidades Eclesiais de Base do Brasil e de outros países latino-americanos) — para que adopte

uma atitude mais firme na defesa dos direitos humanos e na reivindicação de liberdades democráticas.

Foi outro sacerdote, o padre Segundo, que, em princípios deste ano, num artigo publicado no *La Plaza*, exigiu uma amnistia para os presos políticos como único caminho para o restabelecimento da paz social no país. Embora há pelo menos oito anos não se registre uma só greve ou atentado político no Uruguai, continua ainda em vigor o « *estado de guerra interno*», que suprime as garantias individuais e estabelece a jurisdição militar sobre civis acusados de crimes políticos.

O movimento em defesa dos direitos humanos tomou um novo impulso no Uruguai com a criação de uma secção local do serviço de Paz e Justiça, encabeçado a nível internacional pelo Prémio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel. O padre Luis Pérez Aguirre é o coordenador uruguaio do serviço, no qual militam actualmente 15 pessoas em

tempo integral e «muita gente na participação diária».

Em declarações ao semanário *La Democracia*, Pérez Aguirre esclareceu que o movimento Paz e Justiça «é um serviço laico, que não pertence às hierarquias da igreja», embora esteja em contacto com ela. Na sua opinião, «se bem que o serviço abranja múltiplas áreas, cobrindo um amplo espectro de necessidades

que constituem as bases fundamentais dos direitos humanos, tais como habitação, saúde, direito ao trabalho, educação etc., a actividade que gira em torno dos direitos políticos é aquela que, sem dúvida, desperta maior inquietação e causa mais impacto a nível público».

Esse impacto, embora silenciado por quase toda a Imprensa, cresce a cada dia no Uruguai, onde ainda não

se apagaram os ecos dos aplausos com que foi acompanhada a sua homília na catedral.

O perdão como saída

Mesmo reconhecendo que «sentir medo e provavelmente vou continuar a sentir em muitas ocasiões», Pérez Aguirre empenha-se em «não dizer apenas verdades, mas também dizer toda a verdade». E nesse sentido, não se limitou a denunciar injustiças, mas elaborou uma proposta de «reconciliação nacional» como saída política para «uma guerra interna, entre irmãos» que, na sua opinião, foi «cruel e acérrima».

O elemento chave desse processo de reconciliação seria «uma disposição de ambas as partes, para o perdão» a partir da qual se passaria a «um restabelecimento da Justiça, para que surja a Paz e a concórdia nacional». Na sua opinião, o perdão «não é esquecimento, ingenuidade nem indiferença. Quem perdoa é a pessoa que tem coragem suficiente para assumir a realidade, não se deixar dominar por ela e, com enorme generosidade e heroísmo, estende a mão ao seu irmão inimigo, de forma a que esse gesto quebre a lógica do adversário».

Traduzido em termos políticos, essa proposta assemelhar-se-ia à «amnistia para ambas as partes» decretada no Brasil em 1979, como peça chave do processo de «abertura política» actualmente em marcha.

Pérez Aguirre entende que, além disso, deve ser restabelecida a autonomia do Poder Judiciário, actualmente dependente do executivo, para que a «Justiça seja forte e a força seja justa».

Até ao momento, a única resposta oficial a essas propostas tem sido as advertências de que o perdão e a amnistia não são assuntos gratos ao governo, e o encerramento do *La Plaza*.

«Como cristão e como sacerdote, não posso admitir (essas pressões)», comenta Pérez Aguirre. E adverte: «O Senhor diz que se não soubermos perdoar, também não seremos perdoados.»



O PADRE DA CAPOEIRA

PILOTO de avião, formado em Geologia por uma Universidade do Canadá e licenciado em Filosofia e Teologia na Argentina, Luis Pérez Aguirre tem 41 anos de idade e quase 20 de sacerdócio. Quando foi escolhido por Pérez Esquivel para coordenar a secção uruguaia do movimento Paz e Justiça, já vivia há vários anos na comunidade de *La Huella*, onde tomava concreta a sua opção pelos pobres, recolhendo crianças órfãs e abandonadas.

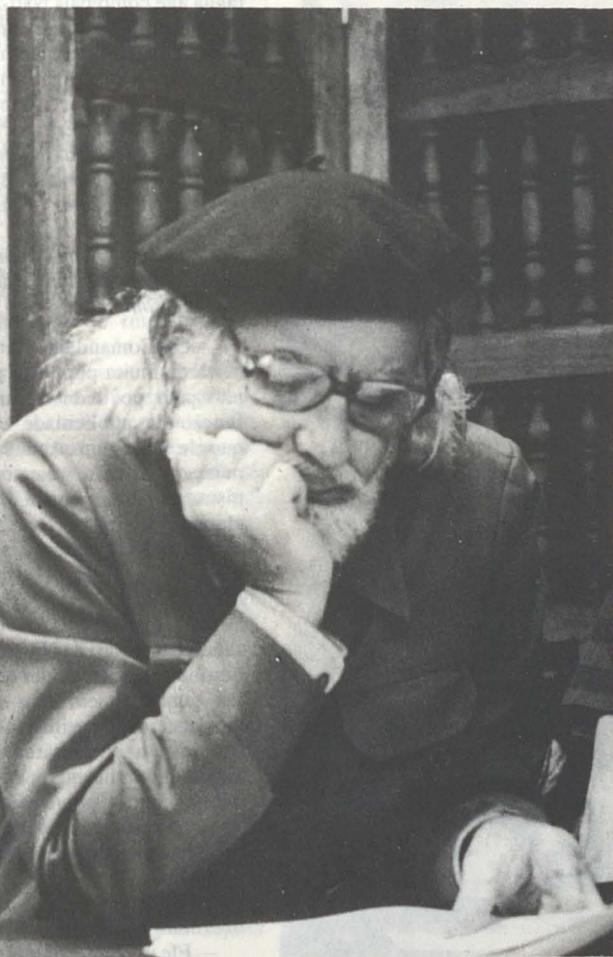
«Mesmo dentro dessa pequena sociedade — explica Pérez Aguirre — devemos sempre privilegiar aquele que mais necessita». Talvez por isso tenha escolhido como local para morar uma pequena capoeira que por ali existia.

«Deixei tudo, renunciei a qualquer propriedade, a qualquer bem, para estar junto dos pobres», acrescenta. «Penso que se Deus encarnado nasceu dentro de uma majedoura, num presépio, viver numa capoeira é um luxo...».

«A América Latina terá que ser dos latino-americanos»

O ministro da Cultura nicaraguense, Ernesto Cardenal, analisa a repercussão do conflito das Malvinas na América Central e traça um panorama da actual situação do seu país

Ronaldo Lapa *



THOMAS Merton, monge trapista, responsável pela formação religiosa do poeta, padre e ministro da Cultura nicaraguense, Ernesto Cardenal, ensinava que a vida contemplativa não deve, em nenhum momento, ficar separada das ilações políticas, das questões sociais ou mesmo das lutas de libertação dos povos.

«Na América Latina, onde existem tantas ditaduras, o contemplativo tem que ter um compromisso político. E é por isso, diz Cardenal, que a minha condição de ministro de Estado do governo sandinista não entra em conflito com as obrigações sacerdotais. Na verdade, a palavra ministro quer dizer servidor, e seja ele um ministro eclesiástico ou um ministro de governo a finalidade deve ser uma só: servir o povo».

É na condição de ministro do povo nicaraguense que o poeta Cardenal fala nesta entrevista.

O apoio que o seu país ofereceu à Argentina em luta contra os ingleses pela posse das Malvinas; a falta de clareza ideológica do ex-ministro de Estado, Edén Pastora, o «Comandante Zero» —, considerado hoje um traidor da revolução —, e ainda os agressivos planos dos Estados Unidos para desestabilizarem o governo revolucionário da Nicarágua, são abordados pelo sacerdote que considera sagrada a revolução sandinista e diz que o processo revolucionário tem que ser defendido a qualquer preço, já que milhares de pessoas deram a vida por ele.

O conflito entre argentinos e ingleses pela posse das Malvinas chegou a diminuir a tensão da região centro-americana?

—Tudo continua igual. Na América Central como nas Malvinas existe o mesmo perigo de guerra mundial e a única diferença é que os jornais gastaram mais tinta e papel

O autor é jornalista, trabalhando na imprensa alternativa e co-autor do livro «Desaparecidos políticos» editado pelo Comitê Brasileiro de Amistia (CBA)

com as Malvinas do que com El Salvador, por exemplo.

A Nicarágua apoiou a reivindicação argentina. Até recentemente os argentinos estiveram envolvidos em operações contra-revolucionárias contra a Nicarágua, a partir do território das Honduras. Como explica esta situação?

— O governo da Nicarágua fez uma declaração baseada em princípios e por princípios teria que apoiar a soberania argentina nessas ilhas. Nessa declaração, o governo sandinista lamentou que se tivesse chegado ao extremo da guerra sem que se procurassem esgotar todas as vias pacíficas de negociação e reconheceu o direito do povo argentino sobre as ilhas. O nosso governo é anti-imperialista e contra o colonialismo. Por princípios, reconhecemos que a América Latina terá que ser dos latino-americanos, qualquer que seja o regime que por algum momento esteja a governar um desses países...

O apoio do governo norte-americano aos ingleses certamente trará consequências delicadas para o sistema interamericano de defesa. Considerando as representações a nível político (a OEA) e a nível militar (a Junta Interamericana de Defesa) como o encara o episódio?

— A guerra das Malvinas e o apoio dos Estados Unidos à Inglaterra provocou o início do fim da Organização dos Estados Americanos (OEA), que agora terá que se converter na Organização dos Estados Latino-Americanos, já que os países do continente possuem interesses comuns que não são os mesmos do imperialismo norte-americano.

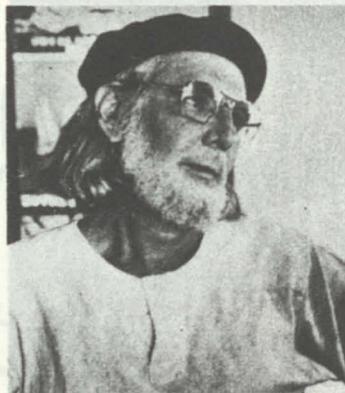
A criação de um outro sistema nas mesmas bases da OEA, com a inclusão de Cuba e a expulsão dos Estados Unidos, seria possível?

— Existe a possibilidade de se chegar a criar esse organismo sem a exclusão de nenhum país latino-americano — qualquer que seja o seu regime político — mas com a exclusão dos Estados Unidos.

Acha então possível a convivência de ditaduras e países socialistas



«Pensamos que a revolução nicaraguense foi a primeira a ser feita com liberdade de imprensa»



«Temos uma política externa própria; não é como antes, quando era ditada por Washington»



num mesmo sistema político-militar?

— As ditaduras do continente têm origem nos Estados Unidos, já que foram criadas e mantidas pelo imperialismo norte-americano. Na própria Nicarágua, a longa ditadura dos Somoza foi, até ao último minuto, criada, mantida e coordenada pelos Estados Unidos.

A propósito, os Estados Unidos afirmam que o governo sandinista está cada vez mais próximo da União Soviética...

— A Nicarágua é um país Não-Alinhado. Nas Nações Unidas, o governo sandinista tem votado juntamente com os Estados Unidos e contra a União Soviética e também juntamente com a União Soviética, contra os Estados Unidos. A Nicarágua age como país Não-Alinhado, totalmente livre e soberano. Hoje, temos uma política externa própria, ao contrário de antigamente quando tudo era ditado por Washington.

Recentemente Edén Pastora, o «Comandante Zero», manifestou-se disposto a pegar em armas contra os actuais dirigentes sandinistas. Como explica o episódio, considerando que ele foi um dos mais destacados líderes durante o derrube da dinastia somozista?

— O «Comandante Zero» foi coberto de muita popularidade e carinho pelo povo da Nicarágua, em função da publicidade estrangeira que ele conseguiu. Acontece que ele nunca teve uma trajectória sandinista profunda, nunca teve muita clareza ideológica. Recebeu publicidade a nível mundial e isso despertou nele orgulho, soberba e ambição.

Logo que ele deixou o governo sandinista e saiu da Nicarágua o seu destino foi tentar juntar-se à guerrilha guatemalteca, mas os quatro movimentos guerrilheiros da Guatemala não o aceitaram logo nos primeiros contactos. A guerrilha deu-se conta de que «Zero» cultivava unicamente o desejo de progredir na sua ambição pessoal e individual.

Edén Pastora afirma que não há liberdade na Nicarágua de hoje...

— Ele unicamente está a repetir o

que diz a senhora Kirkpatrick e os senhores Alexander Haig (*) e Ronald Reagan. «Zero» está a repetir as calúnias feitas pelos inimigos declarados da Nicarágua. Se a sua ruptura com o governo tivesse sido provocada por divergências ideológicas, ele deveria procurar discutilas com os outros membros da Frente Sandinista. Em vez disso, aceitou trair a revolução. Edén Pastora optou por ficar contra tudo aquilo que lhe dera publicidade: a revolução da Nicarágua.

Uma das questões que o próprio «Zero» levanta é sobre o direito de greve no país...

— O que sucede é que os nicaraguenses estão agora num «estado de emergência», ameaçados pelo imperialismo norte-americano que não afasta nenhuma possibilidade para aniquilar a Nicarágua: bloqueio económico, bloqueio naval e invasão armada. O povo está em «estado de alerta» e este não é o momento ideal para se deflagrar uma greve que pare a produção do país. Seria colaborar com o inimigo...

O jornal nicaraguense «La Prensa», hoje identificado com a direita, afirma que não há liberdade de Imprensa no país...

— Fizemos a nossa revolução com liberdade de Imprensa, com jornais de oposição como o *La Prensa*, que todos os dias desfecha inúmeros ataques à revolução por meio de notícias facciosas, editoriais e caricaturas. E interessa-nos bastante que esta seja uma revolução com liberdade de Imprensa pois acreditamos que a revolução nicaraguense foi a primeira a ser feita com liberdade de Imprensa.

A curto prazo, existe possibilidade de paz na América Central?

— Nós gostaríamos que os outros países da região que hoje não desfrutam de paz interna devido à luta armada, chegassem a ter a paz que existe na Nicarágua. Esta paz foi conquistada com muito sangue e com muito esforço.

Como analisa o actual processo

(*) A entrevista com o ministro Ernesto Cardenal teve lugar poucos dias antes da demissão de Alexander Haig do Departamento de Estado dos EUA.



«Revolução significa dar felicidade ao povo; e fazer uma revolução com pobreza é quase um contra-senso, é como fazer milagres. Estabelecemos os programas básicos: alfabetização, multiplicação de escolas, centros de saúde gratuitos e reforma agrária»

de El Salvador com a eleição do major D'Aubuisson?

— A guerrilha mostrou-se invencível mas é difícil derrotar a ditadura do exército salvadorenho. Cremos que a solução para o povo de El Salvador terá que ser negociada de acordo com a proposta apresentada pela França e o México...

Considerando a tensão em toda a região centro-americana, como explicaria a situação interna da Nicarágua, diante das inúmeras tentativas de invasão, a partir das Honduras, feitas por ex-somozistas?

— Temos contínuas invasões de ex-somozistas a partir do território hondurenho. Entram na Nicarágua, assassinam, violam, torturam e depois regressam ao seu «santuário» em território das Honduras. O governo e o povo nicaraguense têm que aguentar com muita paciência essas provocações porque não podemos cair na armadilha da guerra. Estamos certos de que essas provocações são promovidas por um sector do exército sem o apoio do povo hondurenho.

E a situação económica e social interna na Nicarágua de hoje?

— Os 50 anos de ditadura e muitos outros de maus governos somados a 400 anos de colonização espanhola provocaram muita desigualdade social que perdura até hoje na região. Mas fez-se bastante em pouco tempo, apesar da grande pobreza com que tivemos que fazer esta revolução. Encontrámos um país endividado, saqueado pelo somozismo, cidades e indústrias destruídas pelos bombardeios. Revolução significa dar felicidade ao povo; e fazer uma revolução com pobreza é quase um contra-senso, é como fazer milagres, e naturalmente muitos acreditavam que após o triunfo da revolução sandinista todos os problemas teriam que ser resolvidos imediatamente.

Estabelecemos os programas básicos: alfabetização, multiplicação das escolas, criação de centros de saúde gratuitos para toda a população e reforma agrária para dar terras aos camponeses que não as tinham.

Nacionalizámos o sistema bancário para que não servisse os interesses particulares de uns poucos usuários, e nacionalizou-se também o comércio externo para que a entrada de divisas através das exportações não resultasse em benefício de pequenos grupos.

No plano social, baixámos em 50 % o preço das rendas de casa, aumentámos os salários, diminuímos também os preços dos produtos básicos da alimentação. Agora, mesmo que o petróleo aumente de preço no mercado internacional, os alimentos básicos não sobem de preço, o mesmo acontecendo com os transportes urbanos e colectivos. Tudo é subvencionado pelo Estado.

Como reage hoje o capital privado a essas medidas?

— Claro que há uma confrontação. Muitos empresários estão de acordo com a revolução, mas alguns líderes políticos da propriedade privada são contra. Há uma classe de capitalistas que chamamos «burguesia vende-pátria», que fugiu do país porque estava em sociedade com Somoza, apoiando todas as suas corrupções. O Estado, com mais impostos, limitou a ganância dessa gente mas não acabou com a propriedade privada. A revolução da Nicarágua quer um pluralismo político com economia mista. Ou seja, socialismo com propriedade social e privada.

Mas há uma confrontação, e nesse embate muitos publicaram declarações violentas contra os sandinistas e outros procuraram convencer os trabalhadores a pedirem aumentos salariais que inevitavelmente elevariam a inflação provocando o colapso económico do país. Alguns deles foram presos: quatro milionários e alguns membros do Partido Comunista. Os Estados Unidos fizeram um grande escândalo em torno da prisão dos quatro milionários mas não falaram nada sobre os comunistas que também foram detidos.

Como justifica a prisão dos opositores?

— Eles não foram presos por expressarem os seus pensamentos mas

sim por colocarem em perigo a economia do país e por sabotarem a revolução, que é sagrada e tem que se defender já que centenas de milhares morreram por ela. Se tivermos novamente que encarcerar outros milionários não teremos dúvidas...

Qual o tratamento dado aos proprietários de terras?

— Nacionalizámos os bancos e o comércio externo para que os grandes proprietários não enriqueçam ilicitamente à custa dos pobres, através das exportações. Confiscámos todas as propriedades de Somoza, dos somozistas e de todos os que fugiram do país, e agora estamos a confiscar toda a propriedade improdutivo. Toda a terra que está sem cultivo será confiscada.

Por que razão estão as greves proibidas?

— Na Nicarágua, não conseguimos riquezas de outra maneira se não for com o aumento da produção. Nem com empréstimos, pois não teríamos com que pagá-los, nem com doações, pois não temos quem nos dê. Só aumentaremos a riqueza do país a partir da produção das indústrias, dos campos e das fábricas. Só assim teremos mais roupa, mais cimento, mais produtos para o consumo da população. Nessas circunstâncias, parar uma fábrica que está a produzir cimento, roupas e outros produtos significa lutar contra o povo...

Qual o lugar que a revolução sandinista reserva às populações indígenas da Nicarágua?

— Temos um especial interesse pelo melhoramento das condições de vida dos nossos índios. Fizemos a alfabetização nas suas próprias línguas, e queremos que eles progridam com a revolução moderna contemporânea sem perder a sua cultura e a sua identidade indígenas.

Havia uma população de pequenas comunidades indígenas junto à fronteira com Honduras, onde constantemente entravam somozistas e contra-revolucionários para assassinar, violar e assaltar, deixando os índios em contínuo terror. O Estado

— com o consentimento dos índios — removeu o povoado para uma terra melhor e longe da fronteira, onde foram instaladas clínicas e escolas. Bem... aí foram jornalistas, senadores e grandes personalidades dos Estados Unidos e da Europa para conversar com os índios. Por último, chegou a Comissão de Direitos Humanos da OEA, convidada pelos sandinistas para que observassem o que foi feito para proteger a população indígena.

Acontece que duas agências de notícias com sede nos Estados Unidos — a United Press International e a Associated Press — manipularam as informações e deram uma enorme importância à transferência dos indígenas. Esqueceram que nos Estados Unidos os próprios sioux recorreram aos tribunais para que não os tirem das suas terras, sem falar nos 9 mil índios navajo, do Arizona, que estão a ser expulsos dos seus territórios porque existe urânio nessas propriedades. Isso não é notícia nem para UPI nem para a AP. E eu fiz um poema que dizia que «a voz do poeta era também para desmentir as agências de notícias».

Como poeta, qual a função que atribui à poesia do nosso tempo e de que modo a sua poesia procura cumprir essa missão?

— A poesia do nosso tempo tem a mesma função da poesia dos profetas, que denunciavam a repressão e anunciavam uma sociedade justa. É isso que eu faço na minha poesia. Parece-me que na América Latina o poeta tem um papel importante nas mudanças sociais, muito semelhante ao papel da Igreja, a verdadeira Igreja de Jesus Cristo, a que está com os pobres...

Acha que na evolução política do continente latino-americano a opção pelo socialismo será irreversível?

— Creio que a ruína do capitalismo é que é irreversível. Creio também que terá que haver uma alternativa para o capitalismo e que cada país terá que encontrar o seu próprio caminho, o seu próprio rumo, a sua própria vida... □

A última viagem de Gulliver

A crise das Malvinas pôs a descoberto a perda de hegemonia do ex-império britânico (cujas possessões ultramarinas, actualmente, perfazem apenas o dobro da área do arquipélago do Atlântico Sul): o gigante ficou pequeno e zangou-se

Germán Wettstein



Escalões na dominação: de ontem até hoje

Os gigantes costumam ser generosos com os anões; muito mais, se forem fleumáticos e metódicos. Assim, o Reino Unido, com a pontualidade do bom bebedor do «chá das cinco», formou e hierarquizou

14.568.062 km² com quase 500 milhões de habitantes.

Em menos de quatro décadas, as mudanças foram substanciais; hoje, estão sob tutela directa do Reino Unido pouco mais de 24 mil quilómetros quadrados — dos quais, a metade corresponde às Malvinas — e cinco milhões de habitantes.



1 MEMÓRIAS DO PAÍS DOS GIGANTES

O império britânico foi o mais extenso na história da humanidade. Em quatro longos séculos, contados a partir da ocupação da Irlanda em 1542, traçou um estilo de conquista e de colonização muito peculiares, em territórios que hoje em dia correspondem a 78 países. Destes, para sorte de nosso planeta, 63 já são nações politicamente independentes.

Se tivesse podido manter a totalidade das suas possessões ultramarinas, teria hoje 17.600 mil quilómetros quadrados, ou seja, 11,5% do total de terras emersas e uma área quase semelhante à da América do Sul, povoada (dados de 1980) por 1500 milhões de habitantes: um de cada três habitantes da Terra. (Neste e nos dados seguintes, não se inclui a própria população do Reino Unido).

O processo histórico da humanidade dissipou essa aterrorizante hipótese de ficção científica. Mas não devemos pensar que isso faça apenas parte da história longínqua. Esse império durou praticamente até ontem, quando os ingleses compartilharam o triunfo aliado contra o nazifascismo. Em 1945, ainda faziam parte do Império britânico

as relações de dependência dentro do Império.

Colônia, Mandato, Protectorado, Estado Associado e Domínio constituíram os cinco escalões principais para se chegar à independência. Passar de um para o outro era uma espécie de prémio ao bom comportamento, isto é, à condição de súdito correcto dentro do Império.

E temos de reconhecer que isso estabeleceu claras diferenças entre essa política colonial e a do Império Francês, por exemplo. Basta lembrarmos-nos do milhão de mortos que as lutas de libertação significaram para o povo da Argélia.

Analisei cuidadosamente as formas de descolonização empreendidas pelos 63 países que algum dia pertenceram ao Império britânico, entre 1776 e 1982, e assim pude confirmar que, em 50% dos casos, a independência foi *outorgada* ou *concedida*; em outros 27% das situações, ela foi obtida por decisão autónoma da ex-colónia (geralmente mediante eleições ou referendos, mas também com a concordância do Reino Unido); em 10% dos países, «aceitou-se» a independência por meio de outros mecanismos, inclusive a intervenção das Nações Unidas; e em apenas oito casos (13%), houve lutas de libertação.

Acho que essas últimas nações devem ser lembradas: Chipre, Egipto, Índia, Quênia, Tanzânia, Zâmbia, República Democrática do Yémen e, naturalmente, os Estados Unidos. E merecem ser destacados também os formidáveis líderes terceiro-mundistas que a resistência ao colonialismo fez aparecer nessas mesmas nações: o arcebispo Makários, Gamal Abdel Nasser, Mahatma Gandhi, Jawaharlal Nehru, Jomo Kenyatta, Julius Nyerere, Kenneth Kaunda, aos quais acrescento Kwame N' Krumah, do Gana, pelo seu significado na época.

Confirmando o estilo peculiar de política colonial antes citado, deve-se acrescentar que 41 das 63 nações descolonizadas — quer dizer, duas em cada três — mantêm-se no seio da Comunidade Britânica de Nações, a *Commonwealth*, e que

ainda hoje 13 delas reconhecem Isabel II como formal soberana.

Se essa foi a política tradicional do Império britânico, por que não se agiu com a mesma generosidade perante a reivindicação argentina das ilhas Malvinas? A minha hipótese de raciocínio é que tal como os seres humanos que se amesquinham e se tornam muito susceptíveis e rabugentos, isso também pode valer para as nações. Ou, noutros termos, os ex-gigantes não podem suportar que alguém lhes mostre que hoje são anões.

Para argumentar em favor dessa hipótese, vamos procurar provar a perda de estatura histórica do governo britânico (nunca do Estado do Reino Unido, nem do seu povo, fonte permanente de grandeza potencial).

2

SUCESSOS DO PAÍS DOS ANÕES

Em questão de estatura, como em padrões de beleza, sabe-se que tudo é relativo. Se pensarmos no gigante do passado, a actual grandeza do Reino Unido pode sem dúvida ser chamada «baixinha». No entanto, seria mais exacto dizer que essa nação adquiriu as dimensões normais dos países industrializados da Europa Ocidental e que, por isso, vive todas as suas crises, que são as crises do capitalismo actual.

Crise económica

O crescente atraso dos últimos 30 anos, em relação ao resto da Europa, continua sem solução. A origem da deterioração remonta à Segunda Guerra Mundial; apesar do triunfo militar, o Reino Unido foi económica e financeiramente mais um dos derrotados. Endividou-se e alienou-se, ao mesmo tempo; vendeu a quase totalidade do seu mercado de investimentos ultramarinos e com

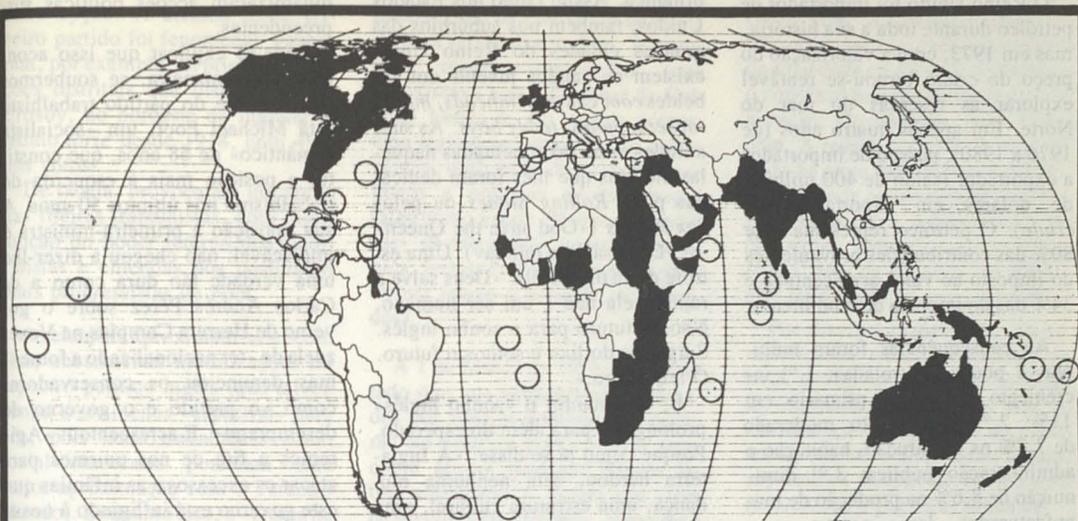
isso teve de aceitar a conversão dos Estados Unidos, de aliado na guerra em principal credor.

Uma vez mais na história dos britânicos, a opulência do passado dissimulou (ou mistificou) a agonia do presente. De facto, se quisermos ser estritos no emprego da própria terminologia colonialista do ex-Império, teríamos de reconhecer que o Reino Unido está hoje na situação de Estado Associado dentro do império norte-americano.

O cidadão inglês médio assumiu a consciência dessa humilhação e procurou uma mudança de política económica, aderindo em massa ao Partido Conservador. Em Maio de 1979, Margaret Thatcher torna-se primeira-ministra com sete milhões de votos de vantagem. É o fim do *Welfare State* (Estado benfeitor) e a irrupção do liberalismo económico total. Assim como aconteceu na Argentina. E é extraordinário constatar a semelhança de resultados: inflação de 15% ao ano, desaceleração do crescimento da produtividade do trabalho, reduzida a 50% da, obtida no período de 1963/», mais impostos ao consumo e aceleradas altas de preços, tendência descendente nas taxas de lucro e acumulação de capital, queda dos níveis de vida (menos 3% em 1981 do que em 1980, e graves problemas de habitação para as classes baixas), crescimento vertiginoso do número de desempregados (que já somam três milhões), menores contribuições oficiais à segurança social. E por causa de tudo isso, greves nos sectores da metalurgia, aviação e Serviços Públicos.

Os especialistas mais avisados sustentam que a política anti-inflacionária dos *Chicago Boys* não tem sucesso no Reino Unido porque não há excesso de procura. Ali, como em todos os países industrializados, o mercado interno é uma fonte de acumulação impossível de ser substituída.

Para agravar ainda mais as coisas, a Grã-Bretanha foi contagiada pela «doença holandesa» (assim chamada em memória da primeira vítima), ou crise de desindustrialização que o petróleo produz nas sociedades de economia avançada.



■ Possessões continentais

○ Possessões insulares

O QUE FOI O IMPÉRIO BRITÂNICO

□ O acesso à independência política foi o seguinte:

Antes de 1945: nove países, 3 000 368 km²
 Iraque (1932), Egito (1922), Irlanda (1916), Qatar (1911), África do Sul (1910), Nova Zelândia (1907), Austrália (1901), Canadá (1867), Estados Unidos (1776).

De 1945 a 1949: sete países, 5 149 433 km²
 Birmânia, Butão, Ceilão (actual Sri Lanka), Índia, Paquistão, Paquistão Oriental (actual Bangladesh), Palestina (actual Israel). Todos na Ásia.

De 1950 a 1959: cinco países, 3 215 477 km²
 Na África: Gana e Sudão. Na Ásia: Malásia, Nepal e Singapura.

De 1960 a 1969: vinte países, 5 406 275 km²
 Na América Latina: Barbados, Granada, Guiana, Jamaica, Trindade-Tobago. Na África: Botswana (ex-Bechuanalândia), Camarões Oriental, Gâmbia, Quênia, Lesoto (ex-Basutolândia), Malawi (ex-Niassalândia), Nigéria, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Tanzânia (ex-Tanganica e Zanzibar), Uganda, Zâmbia (ex-Rodésia do Norte).

Na Ásia: Kuwait, Yémen do Sul (actual República Democrática do Yémen).

De 1970 a 1982: catorze países, 775 525 km²
 Na América Latina: Bahamas, Belize, Dominica, Santa Lúcia.

Na África: Zimbabwe (ex-Rodésia do Sul).

Na Ásia: Bahrein, Emiratos Árabes Unidos, Oman.

Nos oceanos Índico e Pacífico: ilhas Fidji, Kiribati, Salomão, Seychelles, Tonga, Tuvalu.

Possessões coloniais ainda britânicas: quinze países, 24 350 km².

Na América Latina. Área das Caraíbas: ilhas Antígua (Estado Associado), Bermudas, Caimão, Montserrat, São Cristóvão (com Nevis e Anguilla), São Vicente, Turcas e Caicos, Virgens. Área do Atlântico Sul: Santa Helena (com Ascensão e Tristão da Cunha), ilhas Malvinas.

Na Europa: Gibraltar.

Na Ásia: Hong-Kong.

Nos oceanos Índico e Pacífico: Biot (Territórios Britânicos do Índico, que incluem o atol-base militar de Diego Garcia), ilhas da Linha (ou Esporadas da Polinésia Central), Novas Hébridas (em condomínio com a França), Pitcairn.

Preocupado com estes territórios ainda coloniais, parece difícil que o Reino Unido possa tentar alguma outra agressão desmedida, como a que lançou contra as Malvinas e a Argentina. Por isso, falo desta como a última viagem.

Nota: Não estão considerados os cinco milhões de quilómetros quadrados do Território Antártico Britânico, por estar a Antártida sujeita a outras regras internacionais e não poder equiparar-se a zonas coloniais.

O Reino Unido foi importador de petróleo durante toda a sua história, mas em 1973, com a valorização do preço do *crude* tornou-se rentável explorar as reservas do mar do Norte. Em apenas quatro anos (de 1976 a 1980), passou de importador a exportador (saldo de 400 milhões de dólares em exportações de *crude*). O petróleo representa hoje 80% das contribuições provenientes do imposto ao valor acrescentado e 34% das do imposto de rendimento.

As consequências foram múltiplas e pouco controladas: 1.º incremento do sector primário em 11%; 2.º crescimento moderado de 7,7% na construção, habitação e administração pública; 3.º diminuição de 8,6% na produção de manufacturados. Isso, porque se a competitividade das exportações se reduz, torna-se mais atraente importar. Em linguagem formal: há deslocamento de recursos, sendo estes transferidos dos sectores comerciáveis para os não-comerciáveis. O sistema produtivo tradicional entra em colapso e necessita de reajustes. *The Economist* chegou a afirmar (edição de 18/4/81) que «a economia do Reino Unido terá, como os psiquiatras, que se especializar nas doenças dos ricos».

Agora que a televisão ilumina todos os lares do mundo, é difícil continuar a idealizar a Inglaterra dos relvados e parques imaculados. Ainda estão bem frescas na memória as cenas de violência nas ruas — no melhor estilo terceiro-mundista — de Londres, Manchester e Liverpool, durante os meses de Junho e Julho do ano passado.

O detonador surgiu em Southall, subúrbio de Londres, e teve o estigma ultradireitista do movimento neonazi *National Front*, que dirigiu a sua violência — como costuma acontecer também entre nós — contra os emigrantes. Lá, asiáticos e africanos, mão-de-obra barata e explorada, são o bode expiatório clássico das crises trabalhistas.

Mas esse era um facto nada casual. As suas raízes já estão muito diversificadas em toda a sociedade

britânica. Assim como nos Estados Unidos, também nos subúrbios das grandes cidades do Reino Unido existem os bandos juvenis dos rebeldes com causa: *skinheads*, *mods*, *rockers*, *punks*, *teddy boys*. As suas atitudes estão documentadas naquelas músicas que lhes foram dedicadas pelos *Rolling Stones* ou pelos *Sex Pistols* («God save the Queen» — «Deus salve a rainha»). Uma estrofe desta última diz: «Deus salve a rainha, ela não é um ser humano. Não há futuro para o sonho inglês. Surgimos do lixo e somos o futuro. O teu futuro.»

E, no entanto, o «sonho inglês» prolonga-se para além do esperado. Porque como já se disse: «A Inglaterra herdou, sem nenhuma mudança, uma estrutura cultural, uma civilização, que pertence a outras épocas. A herança imperial de uma minoria de nobres fleumáticos, elegantes, cínicos e profundamente inúteis, nunca foi tocada». (Javier Fernández, «Abrupto despertar de un largo sueño imperial», jornal *Opinar*, Montevideo, 23/7/81).

Em termos sociológicos: não existem elevadores sociais idóneos para as classes baixas, e por causa disso, estão muito pior que os jovens das classes baixas de muitos países da América Latina, que ainda dispõem da universidade para melhorar a sua condição social.

«Num beco sem saída» seria um título nada cinematográfico para essas massas juvenis de desocupados crónicos no Reino Unido. Então, não se pode pensar que lá a violência social é um empurrão idealista como o movimento de Maio de 68 na França; são, sem dúvida, em compensação, revoltas proletárias dos marginalizados pelo sistema.

Alterações políticas

Como em qualquer democracia latino-americana, também entre os britânicos o partido de oposição é mais flexível que o do governo. Enquanto os *tories* (conservadores) da sr.^a Thatcher, no seu último congresso, reafirmaram plenamente a sua linha de governo, os trabalhistas

dinamizaram acções políticas surpreendentes.

Pode-se explicar que isso aconteça dessa maneira, se soubermos que à frente do partido trabalhista está Michael Foot, um «socialista romântico» de 68 anos, que constituiu a posição mais à esquerda do trabalhismo nos últimos 50 anos. A sua oposição à primeira-ministra é implacável; não chegou a dizer-lhe uma verdade tão dura como a de Carlos Andrés Pérez sobre o governo de Herrera Campíns na Venezuela de «ter nacionalizado a fome», mas denunciou os conservadores como «o partido e o governo do desemprego». E acrescentou: «Agiremos a fim de nos unirmos para atacar os excessos e as infâmias que este governo está infligindo à nossa gente». Digno de nota é o facto de Michael Foot ter estado contra as acções bélicas inglesas nas Malvinas.

Entretanto, as mudanças de fundo começaram em Janeiro de 1981, quando a convenção geral do trabalhismo aprovou uma reforma no processo de eleição do candidato a primeiro-ministro. O poder eleitoral, até então dominado pelos parlamentares, passou a ter a seguinte composição: 40% para os sindicatos, 30% para as organizações partidárias e 30% para os parlamentares. A proposta tinha sido colocada, evidentemente, pelos sindicalistas encabeçados pelo seu líder, Tony Benn.

Progressistas mas não fanáticos — o que quer dizer «trabalhistas mas não tanto» — os atingidos responderam inesperadamente com uma total divisão do partido. Parece que havia causas estruturais para isso: o sector sindical é partidário das nacionalizações e de um maior sector estatal; os parlamentares defendiam uma economia mista baseada no acordo social.

As diferenças foram resolvidas, então, de maneira inimaginável para o secular bipartidarismo do Reino Unido: abandonaram o trabalhismo e fundaram um novo partido, social-democrata (o SPD), uma ter-

ceira opção. A difusão desse terceiro partido foi fenomenal: ganharam, por exemplo, as primeiras eleições distritais que disputaram em Crosby, no noroeste da Inglaterra, reduzido *torie* desde 1918, com 49% dos votos.

De tabela, provocaram um recuo nas fileiras trabalhistas, com diminuição do poder interno dos sindicalistas e emendas nos postulados mais progressistas de Foot.

As eleições aproximam-se e, com elas, substanciais modificações no espectro político inglês (que talvez venha a ser menos «espectral» para nós, pois tanto trabalhistas como social-democratas postulam uma maior aproximação com o Terceiro Mundo). Enquanto isso, a «Dama de Ferro» continua com a alma dura, exaltando a lei e a ordem, o trabalho, a disciplina, a família e anunciando novas medidas desnacionalizadoras. Caberia então uma pergunta: o caso das Malvinas não será também uma ação de diversão com fins eleitorais, semelhante à que se imputa aos militares argentinos?

A frustração colonialista interna

«Não haverá paz enquanto a opressão britânica não acabar, e deixar ao povo o controlo dos seus próprios interesses, decidindo o seu próprio destino como nação soberana, livre de corpo e alma, separada e diferente física, cultural e economicamente.»

Essa afirmação poderia muito bem ser de algum líder terceiro-mundista de uma colónia britânica. No entanto, quem a escreveu foi Bobby Sands poucos meses antes de morrer, referindo-se à Irlanda do Norte. Ele é um dos muitos que definiram a ocupação da Irlanda pelos ingleses, há 800 anos, como uma acção colonialista e que, menos ainda, aceitam a amputação de Ulster em 1921, efectuada por imposição dos protestantes.

O certo é que o Exército Republicano Irlandês (IRA) pouco difere de algumas forças armadas de libertação em países terceiro-mundistas. E

também não há diferenças quanto à política repressiva inglesa. A estratégia contra-revolucionária (que aproximava a sr.^a Thatcher de Galtieri) baseia-se em quatro pontos: uma legislação repressiva de emergência, unificação dos sistemas militares e policiais de informação (algo como a série «Novos Vingadores» da televisão), guerra psicológica, formas sofisticadas de prisão e tortura (como a privação dos sentidos).

A 1 de Março de 1976, foi decretado que «os prisioneiros condenados por ofensas políticas não poderão ter estatuto político). Ou seja, como afirma qualquer ditador latino-americano — desses que «têm de ser contidos a tempo», como diz a senhora Thatcher — que os delinquentes políticos são criminosos comuns.

O protesto dos primeiros prisioneiros republicanos não se fez esperar. Foi longa e sacrificada e, *como todos nós no mundo inteiro sabemos*, culminou com as greves de fome de meados de 1981 e com a morte de dez desses patriotas irlandeses. Que contavam e contam com amplo apoio popular, como ficou demonstrado pela eleição de Bobby Sands para o Parlamento, quando estava no seu 40.^o dia de greve.

Um comentarista político disse que «todo o Estado tem o direito e o dever de se negar a qualquer forma de pressão. Com a condição de que tenha razão». Parece difícil encontrar razões válidas para justificar a senhora Thatcher diante das mortes infames verificadas sob o seu regime.

3 FIM E PRINCÍPIO

Vem até aqui a nossa pesquisa de pistas para entender as andanças de Gulliver, de ontem até hoje. Síntese-cume da imobilidade da estrutura inglesa, a Coroa torna-se abstracção espectral numa crise como a que analisamos. E, entretanto,

como bem já disseram outros, a Coroa é o único símbolo da unidade da sociedade civil e pode estabelecer o consenso mínimo válido para toda a nação. Ou impô-lo, para o bem dela. A rainha Isabel II, ao não fazê-lo na crise das Malvinas, perdeu a sua grande oportunidade histórica para justificar a sobrevivência da monarquia. Estamos seguros de que Juan Carlos da Espanha, no seu lugar, teria agido de outra maneira.

Por diversas razões, nós, latino-americanos terceiro-mundistas de hoje, sentimo-nos a muitos anos-luz da sociedade inglesa; e aí nós incluímos, os da região sul do continente, que até o início deste século, suportámos formas de colonização (económica e pacífica) britânica.

Para os milhares de latino-americanos resgatados das prisões, exilados ou simplesmente desterrados, importa-nos muito mais o que se passa na Espanha, França e Itália e, mesmo, até na Suécia, Holanda, Alemanha Federal, do que aquilo que acontece no Reino Unido. Até na solidariedade com a causa internacionalista da justiça política, os britânicos oficialistas aparecem amesquinçados.

Dessa forma, não podemos dedicar nem compreensão nem justificação à sua pose de gigantes aborrecidos; porque já não são isso. No entanto, como sempre acontece graças ao facto de que a história é dialéctica — por mais dramático que venha a ser o futuro da crise, especialmente para os irmãos argentinos — a guerra das Malvinas deixa para todos nós oportunas lições. A primeira, é a de que as expectativas imperiais pouco variaram e que os vestígios de neocolonialismo deixaram profundas marcas; a segunda, que a guerra (fria, morna ou quente) de emancipação económica e cultural contra o Norte capitalista, deve continuar sem que se esperem tréguas; a terceira, que nos fazia muita falta uma solidariedade latino-americana como a que ressurgiu agora. Oxalá, desta viagem reconcolonizadora em direcção às Malvinas, Gulliver tire também bons ensinamentos. Porque é a última. □



Na grande ou pequena intervenção damos-lhe a garantia da nossa experiência

- montagem de estruturas metálicas
pórticos
pontes rolantes e transportadores
- movimentação, elevação
montagem de equipamentos pesados
- montagem de torres processuais
reservatórios de armazenagem
- pré-fabricação e montagem de tubagem
- montagem de equipamento rotativo
- cedência de pessoal especializado

servimos as indústrias:

petróleos
petroquímica
química
cimentos
naval
energia
celulose
papel
siderurgia
mineira
agrícola
alimentar

TONUS

Montagem e Aluguer de Máquinas, Sarl

Lisboa – Porto – Setúbal – Sines

Sede: Av. 5 de Outubro, 114-1.º Dt.º – 1000 Lisboa

A guerra vista pela TV

Rufus Jones – técnico de som de uma cadeia de televisão dos Estados Unidos – relata como os acontecimentos do conflito salvadorenho são «filtrados» pelos editores norte-americanos que cobrem a guerra deste país da América Central. Podemos tomar como verdadeiras as informações veiculadas pelas transnacionais da comunicação?

○ intérprete Gilberto Morán morreu na quarta-feira, 29 de Abril. Quem acompanha os acontecimentos de El Salvador pela televisão jamais ficaria a saber isso. Tão pouco ficaria a saber que cerca de 30 pessoas foram encontradas, torturadas e mortas com tiros na cabeça, disparados à queima-roupa, um dia destes, em San Salvador. Isto porque os directores dos noticiários de TV decidiram que o público não está interessado no terror quotidiano que ameaça o povo de El Salvador. Muito melhor dar notícias abstractas acerca de assessores militares, da ajuda à população civil e fazer comparações entre regimes autoritários e totalitários: são coisas que não cheiram a sangue humano. E assim o terror promovido pelos nossos pretensos aliados pode passar despercebido.

«Bem-vindos a San Salvador», diz o letreiro do aeroporto. Palavras menos frias do que as que recebi de um executivo de TV ao partir de Nova Iorque: «Até à volta, se é que você volta». Ron, o cameraman, e eu, o encarregado do som, acabamos de chegar para fazer reportagens para um jornal de TV.

O chefe do escritório local faz o possível para garantir o nosso conforto e segurança. «Nunca arriscamos a vida dos nossos homens. Nunca saímos após o toque de recolher. Não há segredos neste escritó-



rio, todos sabem exactamente o que está a acontecer. Se acharem que determinada missão é perigosa de mais, podem recusar...», etc., etc.

Na manhã seguinte, fazemos a nossa primeira reportagem: os monstros que agem à noite. Os corpos das vítimas ficam espalhados ao acaso nas ruas de San Salvador — corpos de gente pobre, de sacerdotes, de intelectuais e de outras pessoas que tiveram a má sorte de ser apanhadas na rua após o toque de recolher.

Quase diariamente irei ver cenas desse tipo: dedos arrancados, costelas esmagadas, e sempre um rosto mutilado. Gargantas cortadas em golpes tão profundos que, quando se transporta o corpo, a cabeça pende de um ou outro músculo que sobrou. Qualquer pessoa pode matar, mas somente monstros são capazes de fazer um trabalho destes. Faço um esforço para ver e ouvir (e suportar o cheiro) de cada uma dessas atrocidades.

Notícias sobre a fauna local

Segundo nos diz o chefe do escritório local, aqui não há assuntos para reportagens. Ninguém quer saber da guerra ou dos cadáveres. Só estamos aqui porque as outras estações, nossas concorrentes, também estão. E se elas estão é porque há boatos de apoio comunista às forças populares. As únicas reportagens consideradas de algum valor são sobre um ataque à embaixada americana, a morte de um assessor militar dos Estados Unidos, um golpe de direita ou a prisão do assassino das quatro missionárias americanas. Alguém observa que só nos interessamos quando o cadáver é de cor branca ou de alguém que falava inglês.

Como não há reportagens, pedimos permissão para ir a um campo de refugiados nas proximidades. É com relutância que nos dão a permissão, com a advertência de que «já fizemos mais de cem reportagens de refugiados; o público norte-americano não está interessado

... Dedos arrancados, costelas esmagadas, e sempre um rosto mutilado. Qualquer pessoa pode matar, mas somente monstros são capazes de fazer um trabalho desses...

... Segundo me diz o chefe da delegação local, ninguém quer saber de guerra ou de cadáveres, e que devemos filmar a natureza, porque o sujeito que selecciona as notícias adora pássaros...

... Percebo que, quando alguém diz alguma coisa em espanhol, não preciso preocupar-me com o som: sei que a sua fala não irá para o ar...

nessas coisas». Dizem-nos que, se quisermos fazer uma reportagem que tenha alguma 'chance' de ir ao ar, devemos subir ao vulcão San Salvador e filmar a natureza — os raios de sol infiltrando-se pelos ramos das árvores, pássaros exóticos — porque o sujeito que selecciona as reportagens para o noticiário das manhãs de domingo adora pássaros. Ficamos a saber que a reportagem mais bem recebida até hoje sobre El Salvador foi uma que mostrava como as pessoas continuam a ir à praia apesar da guerra civil. Decidimos ir ao campo de refugiados.

Ficou chocado com a miséria. Mal sabia eu que aquele era provavelmente o campo melhor organizado em El Salvador. Logo iríamos ver coisa bem pior. Mais tarde, tentamos persuadir o chefe a fazer uma reportagem sobre o campo. Ele concorda em enviá-la aos Estados Unidos se escrevermos antecipadamente a narração. Escrevo o artigo mais moderado possível: existem no campo mais de 1200 pessoas, das quais mais da metade são crianças; três médicos que prestavam assistência aos refugiados foram assassinados; e a actual directora, uma freira, substituiu o hábito por roupas de passeio, para melhor esconder-se

das balas dos terroristas de direita. É claro que a reportagem não foi para o ar.

Só em inglês, por favor

A nossa primeira reportagem com entrevistados é sobre a grande escassez de fertilizantes em El Salvador. Parece que, devido a qualquer lapso, o Departamento de Estado norte-americano esqueceu-se de incluir fertilizantes no seu pacote de ajuda económica. Por causa disso, há uma escassez nacional justamente quando os grandes fazendeiros locais mais precisam de adubos.

Os nossos entrevistados são um fazendeiro, dono de uma grande plantação de café, e a sua esposa. Foram escolhidos unicamente com base no facto de que falam inglês e, portanto, podem oferecer aquilo que a TV norte-americana mais aprecia numa terra estrangeira: uma trilha sonora em inglês. Percebo que quando alguém diz alguma coisa em espanhol, não preciso preocupar-me com a qualidade do som, pois sei que a sua fala não irá para o ar. «Não se pode usar legendas nos noticiários», dizem. Ninguém liga ao facto de que isso impede o público norte-americano de ouvir os salvadorenhos mais representativos e eloquentes.

Dependurado na parede da espaçosa sala de estar, há um retrato do «vovô», ex-presidente da República. Rodeados de criadas, o fazendeiro e a mulher falam-nos das suas opiniões políticas: o ex-presidente Carter é um comunista; José Napoleón Duarte, ex-presidente de El Salvador, é um socialista; o programa de reforma agrária roubou-lhes a terra; e todo o camponês dispõe dos meios de levar uma vida tão opulenta quanto a deles, vivendo na miséria somente por ignorância. Finalmente, convidam-nos a visitar o seu jardim japonês. A reportagem faz grande sucesso na televisão.

Histórias de guerra à beira da piscina

O bunker do corpo de jornalistas é o hotel. Ninguém sai de lá, a não

ser por motivos imperiosos. Consequentemente, a nossa idéia do que está a acontecer e do perigo que corremos é altamente distorcida. Com efeito, o maior perigo que corremos é ficarmos bêbados e cairmos na piscina. Ainda assim, a cada anoitecer, o bar da piscina vai-se enchendo e começam as histórias de guerra. Fotógrafos ostracizados sentam-se na companhia de produtores executivos de casaca e gravata, para trocar notícias sobre os perigos que nos ameaçam. O número de pessoas que afirmam que estavam no jipe quando o cameraman sul-africano, Pan Mates, foi morto é tão grande que Ron observa que não podia ter sido um jipe: devia ter sido um autocarro.

Há grande procura de camisetas com os dizeres: «*Periodista; no dispare!*». Uma vez por outra, acima do rumor da multidão, pode-se ouvir o matraquear de armas automáticas e a explosão de bombas — como que a lembrar-nos de que há uma guerra lá fora cuja cobertura ninguém está interessado em fazer.

O trabalho começa a tornar-se rotina. Depois do café da manhã, sair para contar a nova fornada de mortos; a entrevista semanal com o presidente; fazer a ronda em frente da embaixada americana, na esperança de que a direita ou a esquerda — não importa qual — lance um ataque enquanto as câmaras estão rodando. Todos os domingos, vamos à missa: sempre há a possibilidade de que alguém atente contra a vida do novo arcebispo.

Um «furo» macabro

Certo dia, trinta cadáveres são encontrados numa rua de Soyapango. Como a morte é a única indústria florescente, há grande concorrência entre as várias agências funerárias que disputam entre si os enterros. Somente uma das cadeias de TV chega ao local a tempo de filmar todos os corpos empilhados.

Ron e eu somos enviados a diversas agências funerárias para filmar os cadáveres que aguardam identificação. Surpreendo-me a pensar no



que deve ocorrer a uma pessoa a quem vêm buscar no meio da noite. Quando batem à porta e chamam o seu nome, você resiste, ou escolhe o caminho mais fácil e sacrifica a vida do marido, da esposa, dos filhos, dos entes queridos? Claro que não. Você vai ter com eles sozinho. E quando cai sobre a sua cabeça a enxurrada de golpes? Quando lhe amarram os polegares às costas, imobilizando-o? Quando lhe amarram uma venda sobre os olhos, mais negra que o negror da noite? E quando lhe enfiam um trapo pela garganta, afogando os seus gritos?

Uma pobre mulher localiza o corpo da filha enquanto filmamos. A sua dor paralisa-me, soffoca-me. Já não se trata de reportagem. A coisa é real, tão real quanto a mulher à minha frente, fitando o corpo mutilado da filha e gritando: «*No es política!*» Quer remover o corpo, e a agência funerária procura extorquir mais dinheiro. Por mais que ela lhes ofereça, não é bastante. Sem poder

suportar mais aquilo, Ron e eu pagamos a diferença. Apesar da sua dor, ela agradece-nos com um fraco sorriso ao sair com o corpo da filha.

Naquela noite, ficamos a saber que, por não termos filmado todos os corpos juntos, a nossa reportagem não foi para o ar. Durante os dois dias seguintes, há uma grande depressão entre os membros de duas cadeias de TV — não porque 30 vidas tenham sido destruídas, mas porque as outras cadeias «furaram» a notícia.

Notícias ao vivo

Constantemente, importunamos o chefe com pedidos de autorização para irmos à frente de combate, embora todas as cadeias de TV tenham dito que não estão interessadas em fazer a cobertura da guerra. Geralmente, a manobra de Ron é fazer com que o chefe se ponha a falar da sua experiência no Vietname, onde foi chefe do escritório de Saigão

durante vários anos. No meio das suas reminiscências, os olhos do chefe ficam vidrados e ele deixa-nos fazer o que quisermos.

Geralmente vamos a Cuscatlán ou Chalatenango, ao norte de San Salvador. Em Cuscatlán, os militares alegam estar na ofensiva, obrigando as forças populares a abandonar as suas posições no vulcão Guazapa e nas proximidades do lago Embalse Cerrón Grande. Na província de Chalatenango, o exército só controla a cidade de Chalatenango e, talvez, durante o dia, a estrada asfaltada que leva a San Salvador. Mesmo na cidade, as forças do governo estão sujeitas ao ataque nocturno de franco-atiradores.

Passamos pelas estradas de barro, encontrando refugiados, vilarejos abandonados, acampamentos e unidades militares, até chegarmos a barricadas que não podemos transportar ou bloqueios de estrada onde a passagem nos é proibida. Para nossa protecção, o escritório da emissora forneceu-nos uma carta, datada de quatro meses antes, assinada pelo adido de imprensa dos militares de El Salvador, solicitando aos comandantes de campo que prestem assistência ao portador, representante da Imprensa. Em vez dos nossos nomes, a carta menciona outro jornalista que já se foi há muito tempo. Invariavelmente, os oficiais lêem a carta com desdém, e na opinião de um certo comandante, todo o jornalista deveria ser fuzilado. Ainda bem que ele constitui uma minoria. Escondemos a carta sempre que passamos por um local controlado pelas forças populares. É claro que não nos deram uma carta endereçada a eles.

Estamos sempre a vários quilómetros de onde se trava a verdadeira batalha. Em Suchitoto, quartel-general militar da província de Cuscatlán, filmamos soldados que descarregam caminhões cheios de donativos de alimentos das Nações Unidas e do Canadá, destinados aos refugiados. Um tenente salvadoreño, com treinamento em West Point, quer fazer um apelo pessoal ao público norte-americano para que

... Filmámos soldados que descarregavam camiões cheios de donativos de alimentos destinados aos refugiados...

... Sabemos que, no campo La Bermuda, o exército não só se nega a entregar-lhes os alimentos, como invade o campo, acusa alguns refugiados de serem de esquerda e fuzila-os...

... O videotape dos soldados descarregando o camião é usado noutra reportagem sobre o apoio do exército à população...

continue a ajudá-los. Quando ele termina a sua peroração — «Precisamos de um maior número de apetrechos não letais, como foguetes para iluminar as ruas à noite, para que não tenhamos de matar tantos civis inocentes» — perguntamos-lhe porque razão o exército está armazenando as doações de alimentos. Ele responde que o exército precisa proteger os alimentos contra eventuais roubos dos esquerdistas e que, mais tarde, irão entregá-los ao campo de refugiados próximo, o *La Bermuda*. O oficial comandante gentilmente recruta alguns passantes para que possamos filmá-los enquanto os soldados entregam os alimentos aos «refugiados».

Conhecemos *La Bermuda*, um campo miserável de 800 crianças famintas e talvez 400 adultos. Sabemos também que não só o exército se nega a entregar-lhes os alimentos como, uma vez por outra, invade o campo, acusa alguns refugiados de serem esquerdistas, arrastam-nos para fora e fuzilam-nos.

À noite, no escritório, revendo a filmagem sugerimos que seria bom voltar a *La Bermuda* no dia seguinte com um repórter para ouvir as declarações do director do campo. Dizemos ao chefe que suspeitamos

que o exército anda a roubar as doações de alimentos. Depois de nos ouvir durante algum tempo, ele fita-nos, sentado à mesa, e diz: «É bem possível que sim». Nunca mais se fala em tal reportagem. O videotape dos soldados descarregando o camião de alimentos é usado em outra reportagem sobre o apoio do exército à população de refugiados. A peroração do tenente é apresentada como se tivesse a autoridade do Evangelho.

O governo estimula o racismo

De regresso de uma viagem a Morazán, tomamos uma estrada diferente, julgando que talvez não tenhamos de nos desviar de tantas pontes destruídas. Sento-me no lugar de sempre, ao lado do «chofer», aborrecendo-o com as minhas tentativas de falar espanhol.

Logo adiante, encontramos uma barreira guardada por dois membros da guarda nacional. Habituaados a passar facilmente assim que os guardas reconhecem, pelos letreiros do camião, que somos da Imprensa, mal diminuímos a velocidade. Ao passarmos, o guarda postado à minha direita gesticula desesperadamente, mandando-nos parar. Assim que saltamos do camião, ele corre para mim e põe-se a gritar: «De onde é você?» Todo o corpo do homenzinho treme, tão nervoso ele está. Forçando no rosto o melhor sorriso, ponho-me a recitar: «United States, Estados Unidos...» o «chofer» intervém e garante-lhe que eu sou norte-americano; só então a arma volta a baixar-se. Diz ele ao 'chofer' em espanhol: «Um preto acaba de atirar na minha direcção, e parecia-se com este aqui.»

Trinta milhas adiante, somos novamente detidos pela guarda nacional. Dessa vez, obrigam-me a ficar separado dos outros, com as mãos para cima. O oficial não entende bem o que está escrito no meu passaporte e declara que entrei ilegalmente no país. Um membro da guarda murmura entre-dentes: «*Estos negros, me cago en ellos!*» Mais

uma vez o 'chofer' intervém, desta vez soltando uma piada, e deixamos partir. Durante o resto da viagem, vou sentado na carroceria do camião. Passamos mais duas barreiras sem incidentes.

Yo tengo miedo. É um medo que veio comigo da província de Morazán. Procuo examinar o conteúdo irracional desse medo. Eu tinha aceite a possibilidade objectiva de morrer, quase como consequência accidental da guerra à minha volta, mas as hostilidades de hoje foram pessoais demais. Até agora, eu via na histeria dos jornais locais que investem contra soldados negros (leia-se cubanos), que lutam ao lado das forças populares, um exemplo divertido de propaganda anti-revolucionária.

Outros incidentes aos quais não tinha dado muita importância voltam-me à mente: o capitão de Infantaria do Vulcão Guazapa que me olha duas vezes, surpreso, e me diz que passou a manhã toda combatendo contra um negro; o modo curioso, embora amável, com que as pessoas me abordam na rua e me perguntam se sou cubano. Como se algum cubano fosse arriscar-se a caminhar tranquilamente pelas ruas de San Salvador!

Aproxima-se o fim-de-semana, o que significa que a elite local virá ao hotel para se reunir e beber. «Provavelmente é um guerrilheiro», dizem numa mesa próxima, lançando olhares hostis na minha direcção. Esforço-me por não esquecer que eles detestam todo o corpo de jornalistas. Afinal, somos inferiores a eles socialmente. Finalmente, lembro-me do camponês do interior que pôs o braço moreno ao lado do meu e murmurou «*Lo mismo*» — e o meu medo diminui.

Manágua — refúgio bem-vindo

Salvos! Vamos para a Nicarágua fazer a cobertura de uma *tournee* dos senadores norte-americanos Christopher Dodd e Thomas Eagleton, e do deputado Michael Barnes. Estar em Manágua é como estar de férias:

nada de barreiras de estrada, nada de cadáveres na rua, nada de esquadrões da morte a bater insistentemente à nossa porta no meio da noite.

A chegada dos políticos norte-americanos é considerada matéria importante para uma reportagem. Vêm editores de fora e reserva-se horário para a transmissão por satélite. «Nenhuma reportagem é cara demais se consegue ir para o ar», diz o chefe. Pergunto-me se o oposto não é verdadeiro.

Nada de importante acontece durante a *tournee*. Dodd e Barnes mostram-se razoavelmente simpáticos às aspirações revolucionárias dos nicaraguenses, enquanto Eagleton é o protótipo do político, apertando mãos e beijando crianças sempre que a câmara está a funcionar. «*No escuela today?*» pergunta ele. As crianças respondem com todo o inglês que sabem: «*Hey you!*»

Quando voltamos a San Salvador, é época de «IBOPE» nos Estados Unidos, quando são eleitas as cadeias de TV com maior nível de audiência. Todas as estações filiadas enviam os seus melhores correspondentes em busca de notícias sensacionais. Uma das equipas mete-se pelo interior e é assaltada. Outra equipa fica justamente furiosa com o produtor que manda ligar uma luz à bateria, certa noite, durante um tiroteio cerrado, para poder focar melhor o seu famoso repórter.

«Jornalista, não atire!»

Após quatro semanas em El Salvador, recebemos finalmente os nossos coletes à prova de bala. Tivemos providenciado, nós mesmos, a sua compra e remessa de uma loja de Nova Iorque, e o escritório da TV levava quatro semanas para «sacá-los» das mãos dos militares salvadorenhos. À tarde, ouvimos na rádio a notícia de um tiroteio em Soyapango. Antes de nos pormos a caminho, passámos pelo hotel para apanhar os coletes. De início, dizem-nos que dois coletes são suficientes para um camião com quatro pessoas. Era uma maneira subtil de



dizer que não precisávamos de nos preocupar em proteger com coletes o nosso 'chofer' e o tradutor, ambos salvadorenhos. Partimos com quatro coletes.

Soyapango é rodeada de colinas altas, cobertas de mata densa. A estrada que leva à cidade foi cortada por entre esses morros, que se erguem de ambos os lados — lugar perfeito para uma emboscada.

Ao chegarmos, vemos uma pequena unidade da Guarda Nacional agachada atrás dos seus veículos. Ao longe, ouvem-se tiros esporádicos. Uma equipa de *free lancers* salvadorenhos chegou antes de nós,

e esperam-se outros jornalistas. Um verdadeiro pavilhão de Imprensa, completo, com bandeira branca e tudo o mais, é instalado por trás da posição dos soldados, no outro lado da estrada. Ron e eu estávamos a filmar os soldados quando a fuzilaria pesada começou.

Do lugar onde eu estava (sob um jipe, no lado da estrada oposto ao do «pavilhão» da Imprensa), grande parte da fuzilaria parece vir do morro em frente, onde supostamente o 'inimigo' não poderia estar, e é dirigida ao local onde está a Imprensa. O nosso 'chofer' está a atender um jornalista norte-americano que parece ter recebido um ferimento superficial.

O fogo prossegue, e a Guarda Nacional lança um ataque na direcção oposta àquela de onde vêm os tiros. A nossa opção é segui-los ou voltar para o local da Imprensa, que ainda se encontra sob fuzilaria. Corremos atrás dos soldados da Guarda Nacional, deixando-os na primeira oportunidade para nos juntarmos a uma unidade do Exército regular.

Ao anoitecer, descemos das colinas. No caminho, passamos por um comandante da Guarda Nacional que reinicia o antigo estribilho, desta vez em espanhol: «De onde é

... Grande parte da fuzilaria parece vir do morro em frente, onde supostamente o inimigo não poderia estar, e é dirigida para o local onde está a Imprensa...

... O fogo prossegue e a guarda nacional lança um ataque na direcção oposta àquela donde vêm os tiros...

... No hospital, alguém menciona que o fotógrafo salvadorenho ferido alega ter sido alvejado por membros da guarda nacional. Esta instituição jamais escondeu a sua hostilidade em relação à Imprensa...

... você? De onde é você?». Convencido de que não sou cubano, informa-nos de que um membro do destacamento da Imprensa foi morto e dois ficaram feridos. No caminho de volta ao hotel, ficamos sabendo os nomes do morto e dos feridos. Joaquim Zúñiga e George Thurlow foram feridos. O morto é Gilberto Morán, salvadorenho. Tinha sido contratado como intérprete dois dias antes por Thurlow.

Finalmente, uma vítima norte-americana

O entusiasmo que despertamos no escritório de Imprensa logo se transforma em decepção à medida que vamos assistindo ao *video-tape* do incidente. Cometéramos o erro de filmar a guerra em vez de filmar o norte-americano ferido. Como nos disse o chefe: «Vocês tentaram, mas não acertaram na mosca».

Não tendo acertado na mosca, somos imediatamente enviados de volta para entrevistar George Thurlow. O paciente, porém, acaba de ser operado e não pode ser perturbado. Isto não impede que o nosso repórter tente convencer o pessoal do hospital a deixá-lo filmar o corpo inconsciente de Thurlow.

No hospital, conversamos com outros membros da Imprensa que estavam no local durante a fuzilaria. Alguém menciona que Joaquim Zúñiga, o fotógrafo salvadorenho ferido, alega ter sido alvejado por membros da Guarda Nacional. Essa instituição jamais escondeu a sua hostilidade em relação à Imprensa, e naquela semana talvez tivesse um motivo especial para nos detestar. Acabava de ser noticiado que o go-



verno salvadorenho conhece a identidade dos assassinos das quatro religiosas norte-americanas. Além disso, sabe-se que os assassinos não são policiais, como se pensava, e sim membros da Guarda Nacional. (Algumas semanas depois, esta notícia era confirmada.)

No dia seguinte, assistimos pela TV à reportagem sobre o incidente, mandada para o ar por uma emissora norte-americana. Como já esperávamos, quase só se falou de George Thurlow ter sido ferido. Os nomes de Gilberto Morón e Joaquim Zúñiga nem chegaram a ser mencionados.

A reportagem foi anunciada como sendo o relato em primeira mão de determinado repórter que «estava na frente de batalha» com os militares. A verdade é que esse repórter estava a mais de 30 quilómetros de distância, no hotel, quando o tiroteio ocorreu. Todos no nosso escritório garantem que informaram Nova Iorque que a equipa tinha ido sozinha — e como podiam eles ter cometido um erro daqueles!

No dia seguinte, o tal repórter recebe um «herograma» de Nova Iorque e um telefonema de um vice-presidente da estação de TV dizendo que ele está a arriscar a vida demais. Daí em diante, o repórter evita-nos.

No fim-de-semana, é o enterro de Gilberto Morón. Só Ron e alguns 'choferes' e intérpretes salvadorenhos comparecem representando o contingente da Imprensa. No dia seguinte, há um jogo de volei disputado entre a Imprensa e a guarda de fuzileiros da embaixada norte-americana. Fornecem-nos transporte gratuito, dizendo-nos que é importante que o pessoal do nosso escritório esteja presente.

O regresso

É hora de partirmos — antes que a nossa sorte se acabe. Tínhamos inicialmente concordado em passar três semanas em El Salvador. Estamos já no fim da quinta semana, e ainda nos perguntam: «Não querem ficar mais alguns dias?». Não importa: vamos embora na segunda-



-feira. Pensando melhor, iremos na quinta-feira.

Começava a chover. Ótimo para as forças populares. As nuvens baixas e espessas atrapalham a Força Aérea. As estradas de barro ficarão intransitáveis, e o exército perderá a sua mobilidade.

O chefe do nosso escritório quer algumas cenas aéreas para reportagens acerca da estação das chuvas. Voamos num avião de seis lugares. Fico maravilhado com a beleza deste país — os vulcões, os rios, os campos que se estendem por muitos quilómetros. Parece que estamos livres da guerra. O avião faz dois, três, quatro voos rasantes sobre a ponte do rio Lempa. Da quarta vez, alguém abre fogo com uma metralhadora. Ao aterrarmos, encontramos três furos de bala no nariz do avião. Ron jura que aqueles furos não estavam ali quando partimos. Eu não os tinha notado. O piloto afasta-se em silêncio.

Uma reportagem inacabada

Depois deste artigo ter sido escrito, o campo de refugiados de *La Bermuda* foi destruído pelo exército. As pessoas que lá estavam fugiram ou foram encarceradas.

Depois da morte de Gilberto Morón, a sua família fugiu para as Honduras. A polícia salvadorenha seguiu-os até lá, revistaram-lhes a casa e acusaram Gilberto de ter colaborado com as forças populares. A família foi submetida a esses vexames, apesar dos pêsames pessoais recebidos do presidente Duarte pela morte do filho «às mãos dos guerrilheiros». A esposa, e filha e dois irmãos mais jovens de Gilberto estão actualmente nos Estados Unidos, onde solicitaram asilo político.

A ponte de Oro, sobre o rio Lempa, que liga as províncias do leste ao resto do país, foi destruída pelas forças populares. Segundo os observadores, as forças populares dominam actualmente 25% do território salvadorenho. □



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

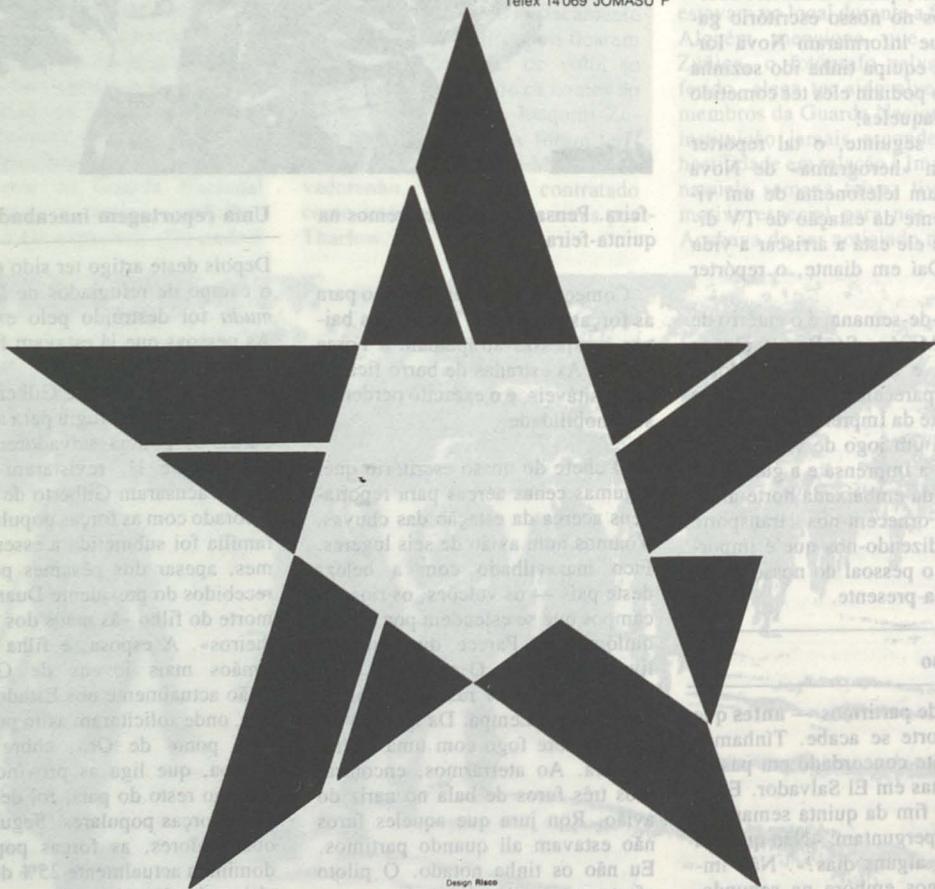
Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.

1000 LISBOA Portugal

Telefs. 73 11 23 | 73 13 23 | 73 14 23

Telex 14 069 JOMASU P



A grave crise económica mundial, segundo as informações veiculadas pelas nações ocidentais – alarmadas com a inflação e o desemprego – é fruto da política da OPEP. Não será isso um mito criado pelos próprios países ricos?

Pablo Piacentini



Os mitos do petróleo

Os dirigentes políticos e da área económica das potências capitalistas, em guerra com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) desde que esta se atreveu a fixar, por si mesma, o preço do «crude», conseguiram forjar uma imagem que associa a inflação e o desemprego nos seus países aos preços do petróleo.

Presidentes e ministros de aparência respeitável, empresários e economistas influentes participaram, como se fossem especialistas, em inúmeras reuniões e conferências a fim de demonstrar tais relações.

Divulgadas pela imprensa do sistema transnacional, as suas acusações atingiram o objectivo. Foi imposta à opinião pública a crença de que cada alta do petróleo era um acto irresponsável que se traduzia num automático agravamento da crise económica mundial, num impulso à recessão, assim como em inflação e desemprego galopantes, tanto nos países industrializados como no Terceiro Mundo.

Tomemos um exemplo dessa atitude. «A alta brutal e arbitrária dos preços do petróleo foi uma das principais causas que levaram as taxas de inflação e desemprego a níveis sem precedentes desde os anos 30». Estas palavras foram pronunciadas pelo então secretário de Estado Henry Kissinger, durante a conferência Norte-Sul de Paris, em 1976.

Não foi uma reacção imediata aos grandes aumentos de 1973, e sim uma acusação formulada três anos depois, quando esse processo havia sido analisado e se conheciam perfeitamente as verdadeiras repercussões económicas dos preços do petróleo.

A situação que agora se apresenta no mercado petrolífero é inversa da de 1973.

Inflação e desemprego

O consumo mundial de petróleo, que já havia baixado em 1980, diminuiu repentinamente durante o segundo semestre de 1981 e o primeiro trimestre de 1982. Ao mesmo tempo, os preços baixaram consideravelmente.

Isso significou que durante nove meses as potências ocidentais adquiriram muito menos quantidade de petróleo bruto do que nos anos anteriores e a preços mais baixos. E, durante este tempo, a inflação alcançou os níveis mais altos dos últimos tempos. O desemprego foi tanto ou mais catastrófico.

Em 5 de Março deste ano, na reunião da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), que reúne os 24 países capitalistas desenvolvidos, foi dada a informação de que a taxa de desemprego era alarmante: atingia 26 milhões de pessoas nos países membros da OCDE, o que significa oito por cento da força de trabalho; e calculou-se que continuaria a aumentar até atingir os 28,5 milhões no final de 1982.

Semanas mais tarde, foram divulgados os dados relativos ao desemprego nos Estados Unidos no mês de Março. Desde o pós-guerra, as coisas nunca estiveram piores para os norte-americanos. Nesse mês a falta de emprego chegou à marca recorde de nove por cento, atingindo 9,9 milhões de pessoas.

Isso não era tudo. Havia, ao mesmo tempo, 5,7 milhões de trabalhadores forçados a reduzir os seus horários e 1,3 milhão de «desanimados», como são chamados aqueles que renunciaram à procura de trabalho e já nem sequer são registados nas listas de desempregados.

O problema do desemprego é quase crónico nos Estados Unidos (ver Quadro 1). Mas o que importa ressaltar aqui é que essa espiral ocorreu no mesmo momento em que esse país atravessava a melhor situação petrolífera dos últimos tempos.

Enquanto as importações de «crude» diminuíam substancialmente, crescia a produção interna do combustível e os preços do petróleo eram reduzidos, a falta de emprego passou de 7,2% em Julho de 1981 para 9% em Março de 1982.

Para avaliar a relatividade da influência do petróleo nesses processos e comprovar a falsidade das afirmações sobre o seu carácter determinante na crise económica, vamos comparar três países que apresentam situações diferentes nesse campo: os Estados Unidos, o terceiro produtor mundial de petróleo, mas que importa uma parte do seu consumo e que foi o líder da campanha anti-OPEP desde 1973; a Grã-Bretanha, que é o único país exportador de petróleo da Comunidade Económica Europeia (CEE); e o Japão que, por não produzir, im-

QUADRO 1

Taxa de desemprego nos Estados Unidos	em percentagem da população civil activa
1973	4,7 %
1974	5,4 %
1975	8,3 %
1976	7,5 %
1977	6,9 %
1978	5,9 %
1979	5,7 %
1980	7,0 %
Julho de 1981	7,2 %
Março de 1982	9,0 %

porta todo o petróleo que consome, além de não possuir fontes alternativas a ponto de ser classificado como país de «energia zero».

Se a tese ocidental fosse correcta, a economia japonesa teria experimentado as consequências mais negativas, a norte-americana ver-se-ia às voltas com problemas de média

importância e a britânica não teria dificuldades.

Ocorre exactamente o contrário: desse trio, a Grã-Bretanha sofre a crise mais profunda, seguida dos Estados Unidos; e o Japão é, dentre todas as potências industriais, a que teve o mais rápido crescimento económico (ainda que a um ritmo mais lento que nos anos anteriores), enquanto a inflação e o desemprego foram inferiores aos de outros países da OCDE.

De facto, a economia japonesa atravessou ileso esse período de recessão e só no último trimestre de 1981 o seu crescimento foi menor. O aumento do seu Produto Nacional Bruto (PNB) foi de 5,9% em 1979, de 4,2% em 1980 e 2,9% em 1982. Isso significa que, embora lento em relação à enorme expansão dos anos 60, o Japão continuou a crescer enquanto a maior parte dos seus aliados estacionou ou quase chegou a isso (ver Quadro 2).

Por outro lado, o Quadro 3, relativo à inflação, mostra o Japão entre as melhores posições do grupo. A potência japonesa teve um forte dé-

QUADRO 2

Crescimento do PNB/PIB real nos sete principais países da OCDE
(Percentagens de variação em relação ao semestre precedente, taxas anuais)

	1973		1974		1975		1976		1977		1978		1979		1980	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Estados Unidos	7.5	2.2	-1.0	-2.4	-4.3	6.8	6.1	2.8	7.0	5.1	4.2	5.5	2.8	1.7	-0.9	-0.5
Japão	3.2	0.8	-4.6	3.7	0.1	5.8	5.8	3.8	6.8	3.9	5.8	4.9	6.0	5.1	4.3	3.4
Alemanha	7.6	1.1	1.5	-2.6	-3.8	3.5	7.5	2.7	3.3	2.1	3.7	4.8	4.2	4.5	2.6	-2.3
França	6.6	2.9	4.6	0.8	-1.7	3.4	6.4	4.6	3.2	1.4	5.3	3.0	2.8	5.2	0.7	-0.1
Reino Unido	15.5	-2.8	-2.2	2.6	-2.7	0	6.8	3.4	-1.8	4.2	4.7	0.8	2.3	0.3	-1.9	-1.8
Itália	5.2	1.0	4.4	-4.3	6.1	2.1	8.1	5.3	2.0	-1.7	3.9	4.7	4.5	5.8	7.4	-4.3
Canadá	9.8	5.0	5.0	0.6	0.7	3.9	8.7	1.0	2.4	2.7	3.9	4.3	2.3	3.1	-2.2	1.5
Total	8.9	2.2	-0.2	-0.8	-3.1	4.8	6.5	3.3	4.8	3.5	4.5	4.6	3.5	3.1	0.9	-0.3

Fontes: Não estando disponíveis as contas nacionais semestrais, de acordo com as definições padronizadas do Sistema de Contabilidade Nacional OCDE - Nações Unidas, os dados que figuram neste quadro foram levantados a partir das seguintes publicações nacionais:

Estados Unidos: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Survey of Current Business*. Departamento de Comércio, Washington, D. C.; Japão: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Economic Statistics Monthly*, Banco do Japão, Tóquio; Alemanha: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Suppléments Statistiques des rapports mensuels de la Deutch Bundesbank*, Frankfurt; França: PIB ao preço do mercado. Fonte: *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE), Paris; Reino Unido: PIB ao preço do mercado. Fonte: *Monthly Digest of Statistics*, Central Statistical Office, Londres; Itália: PIB ao preço do mercado. Fonte: *Instituto Nazionale per lo Studio della Congiuntura* (ISCO), Roma; Canadá: PNB ao preço do mercado. Fonte: *Comptes Nationaux des revenus et des dépenses*, Statistique Canada, Ottawa.

fiçe de 10,8 mil milhões de dólares na sua balança de pagamentos de 1980, mas, no ano seguinte, teve um superavit de 4,7 mil milhões de dólares.

Apesar do Japão importar todo o seu petróleo, a sua balança comercial para o ano financeiro de Abril de 1981 a Março de 1982, deu um excedente de 9,2 mil milhões de dólares. Nessa balança, a diminuição do valor das importações de petróleo foi somente de — 2,1%. Isso quer dizer que ele foi um dos países da OCDE que menos reduziu as suas aquisições de petróleo bruto. E como o petróleo que compra é pago em dólares (que se supervalorizaram em relação ao yen), para o Japão, o preço unitário do petróleo aumentou.

E, no entanto, o país apresentou a economia mais brilhante do grupo, em relação ao desemprego. Este, como se sabe, castiga de preferência as camadas jovens da população.

Segundo dados da OCDE, em fins de 1981, a falta de emprego entre as pessoas de 14/15 a 24 anos era a seguinte nos seis maiores países industriais:

Itália	27%
Grã-Bretanha	20%
França	18%
Estados Unidos	14%
Alemanha Federal	7%
Japão	5%

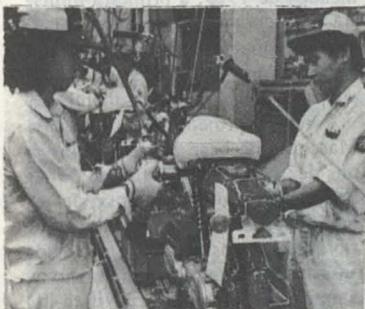
É interessante observar que essa vantajosa situação não se veri-

QUADRO 3

Preço no consumo

Percentagem de variação em relação ao ano precedente

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Estados Unidos	6.2	11.0	9.1	5.8	6.5	7.7	11.3	13.5
Japão	11.7	24.5	11.8	9.3	8.1	3.8	3.6	8.0
Alemanha	6.9	7.0	6.0	4.5	3.7	2.7	4.1	5.5
França	7.3	13.7	11.8	9.6	9.4	9.1	10.8	13.6
Reino Unido	9.2	16.0	24.2	16.5	15.8	8.3	13.4	18.0
Itália	10.8	19.1	17.0	16.8	18.4	12.1	14.8	21.2
Canadá	7.6	10.8	10.8	7.5	8.0	9.0	9.1	10.1
Total	7.5	13.3	11.0	8.0	8.1	7.0	9.3	12.2



Apesar do Japão importar todo o petróleo de que necessita e não ter fontes alternativas de energia, foi o país da OCDE que apresentou os melhores índices económicos tanto no que se refere às suas exportações de produtos industrializados como às taxas de inflação e desemprego

QUADRO 4

Taxas de desemprego padronizadas nos 7 principais países da OCDE
(Em percentagem da população activa total)

	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Estados Unidos	4.4	3.6	3.7	3.4	3.4	4.8	5.7	5.4	4.7	5.4	8.3	7.5	6.9	5.9	5.7	7.0
Japão	1.2	1.3	1.3	1.2	1.1	1.1	1.2	1.4	1.3	1.4	1.9	2.0	2.0	2.2	2.1	2.0
Alemanh	0.3	0.2	1.3	1.5	0.9	0.8	0.9	0.8	0.9	1.6	3.7	3.7	3.7	3.5	3.2	3.1
França	1.5	1.8	1.9	2.6	2.3	2.4	2.6	2.7	2.6	2.8	4.1	4.4	4.7	5.2	5.9	6.3
Reino Unido	2.3	2.3	3.4	3.4	3.1	3.1	3.7	4.1	3.0	2.9	3.9	5.5	6.2	6.1	5.7	7.4
Itália	5.3	5.7	5.3	5.6	5.6	5.3	5.3	6.3	6.2	5.3	5.8	6.6	7.0	7.1	7.5	7.4
Canadá	3.6	3.3	3.8	4.4	4.4	5.6	6.1	6.2	5.5	5.3	6.9	7.1	8.0	8.3	7.4	7.5
Total	2.8	2.6	2.9	2.9	2.7	3.2	3.7	3.8	3.4	3.7	5.4	5.4	5.4	5.1	4.9	5.6

ficou somente durante a crise. No Quadro 4 pode-se ver o comportamento relativo das seis maiores potências ocidentais num período longo: de 1965 até 1973, o Japão foi o país que apresentou menor desemprego, depois da Alemanha Federal; depois de 1974, ou seja, depois das altas do petróleo, passou ao primeiro lugar superando a Alemanha Federal que, embora importe petróleo, é produtor de carvão e portanto encontra-se em melhor situação nesse campo.

A crise britânica

Demonstrado o melhor comportamento económico do maior importador de petróleo, passemos agora a analisar o caso oposto, a Grã-Bretanha.

Das suas jazidas do mar do Norte, a Grã-Bretanha extraiu em 1980 cerca de 1 milhão e 600 mil barris diários, o que representou cinco por cento do petróleo não produzido pela OPEP.

O Reino Unido, portanto, não tem problemas com o combustível.

Porém, vemos nos quadros aqui expostos que foi o país mais atingido pela recessão. Um índice de desemprego altíssimo, elevada inflação e estagnação no ritmo de crescimento.

A esses indicadores deve-se acrescentar uma série de falências empresariais, um volumoso déficit fiscal e outros factores que fizeram o velho império conhecer a pior crise



Margaret Thatcher jurou conter a inflação, fenómeno que os economistas já não podem explicar usando o estafado argumento do petróleo

económica desde a última guerra mundial.

No meio deste quadro sombrio, a única relativa melhoria foi conseguida em Março de 1982, quando se registou o menor aumento inflacionário em um mês desde que, em meados de 1979, a primeira-ministra conservadora Margaret Thatcher chegou ao governo, jurando acabar com uma inflação que, pelo contrário, continuou a aumentar.

Porém, a projecção dos dados de Março numa base anual dar-nos-ia uns dez por cento no ano de 1982. Estaríamos, portanto, longe de ter liquidado um fenómeno inflacionário que, para os economistas ingleses, deve ser uma incógnita apaixonante já que não podem justificá-lo,

nem mesmo parcialmente, com o estafado argumento do petróleo.

As poupanças do Tio Sam

A superpotência norte-americana é, de longe, o principal consumidor de «crude» e se a OPEP pôde pôr em prática a sua política de alta desde 1973, isto deve-se precisamente à contínua expansão da procura provocada pelo seu comportamento energético esbanjador.

Os Estados Unidos consomem 25 % da energia mundial, enquanto que a sua população só representa cinco por cento do total do planeta.

Depois da União Soviética e da Arábia Saudita, os Estados Unidos são o terceiro produtor mundial (8,5 milhões de barris diários em 1980). Mas é tal o seu volume de consumo que acabam por ser, ao mesmo tempo, o primeiro importador mundial de petróleo.

Os governos norte-americanos, republicanos ou democratas, que responsabilizam exclusivamente a OPEP pelos problemas das economias ocidentais, só há dois anos é que se decidiram, juntamente com os seus aliados, a pôr em prática medidas de economia de combustíveis e a impulsionar o desenvolvimento de fontes alternativas.

O resultado foi uma queda das importações de dez por cento em princípios de 1981. Em 1982, também houve uma redução: de 16,5 milhões de barris diários em Fevereiro do ano passado baixou para 16



Um dos motivos da atitude britânica na questão das ilhas Malvinas pode ter sido o potencial petrolífero do arquipélago reivindicado pelos argentinos

milhões, isto é, 3,1% menos em Fevereiro deste ano.

Os Estados Unidos têm uma vantagem em relação aos seus aliados: pagam o petróleo na sua própria moeda, de maneira que a redução do «custo» do produto se dá directamente. Neste caso pode-se avaliar de maneira relativamente fiel o processo da baixa tanto do preço como da quantidade do «crude».

Em termos de desemprego, já vimos qual é o quadro: o pior vivido pela superpotência desde a grande recessão dos anos 30. Vejamos, agora, a questão do PNB nos meses desse excepcional período para os importadores de petróleo.

Durante o último trimestre de 1981, o PNB diminuiu em 4,7% (em taxa anual) e no primeiro trimestre de 1982 tornou a cair 3,9%. Estas são taxas muito altas, típicas de um quadro recessivo.

Em termos monetários, a actividade económica real diminuiu em 18 mil milhões de dólares em 1981.

No mesmo ano, o défice comercial foi de 12 mil milhões de dólares. E no primeiro trimestre de 1982, o défice foi de 8,6 mil milhões de dólares em relação ao mesmo período de 1981.

O défice comercial dos Estados Unidos é um grave fenómeno que não parece parar. Em Março de 1982, em relação ao mês precedente, as importações aumentaram 6,7% e as exportações caíram 0,5%.

Outro expressivo indicador da crise são as falências de empresas. Segundo o Instituto Dun And Bradstreet, nas primeiras 14 semanas de 1982, as falências aumentaram 55% em relação ao mesmo período de 1981. E, nesse ano, já se tinha registado um aumento de 42,5% em relação às primeiras 14 semanas de 1980.

Foi precisamente nesse mês de Março de 1982 que as importações de petróleo caíram para o nível mais baixo desde Maio de 1975, a uma média de 4,63 milhões de barris diários. Se as compararmos com a média de 1981 — calculada em 6,13 milhões —, deparamos com uma queda fora do comum das importações, próxima dos 25%.



O consumismo e a sofisticação tecnológica dos Estados Unidos são de tal ordem que, mesmo sendo o terceiro produtor mundial de petróleo, a superpotência detém o primeiro lugar nas importações de «crude»: a sua população (5% do total do planeta) consome 25% da energia mundial

Já que vale a pena determo-nos um pouco mais no caso norte-americano, vejamos aqui também a projecção da queda dos preços do petróleo bruto.

Durante grande parte dos nove meses analisados, o barril de petróleo no mercado livre esteve cinco ou mais dólares abaixo do preço de referência da OPEP.

Aventemos uma hipótese: os 6,13 milhões de barris diários a 34 dólares totalizam 208 milhões de dólares. Os 4,63 milhões a 29 dólares somam 134 milhões. Temos uma economia de 74 milhões de dólares por dia e uma percentagem de menos 36%.

O último aspecto a considerar é o da inflação. Leve-se, porém, em conta que o objectivo principal de uma política recessiva é diminuir a inflação e que o governo Reagan aplicou em profundidade uma política recessiva. Nos Estados Unidos, os preços ao consumidor em 1980 aumentaram 13,6% e, no ano seguinte, 10,4%. Um resultado certamente insuficiente.

Só recentemente, no primeiro trimestre, a inflação começou a estancar. Em Março de 1982, os preços ao consumidor baixaram 0,3%, registando-se a primeira queda efectiva em muitos anos. Projectados estes dados a todo o ano de 1982, calculou-se uma inflação de aproximadamente três por cento.

Este era o único (e muito caro) fruto que a administração norte-americana podia exibir. Isto é, uma



Um expressivo indicador da crise nos EUA é o seu défice comercial, resultado da política recessiva de Reagan

inflação do tipo da japonesa. E muito inferior à da Grã-Bretanha, a única nação petrolífera do grupo.

O dólar nas nuvens

Se, do exame da situação dos três casos, quiséssemos tirar um paradoxo ou exagerar (como costumam fazer os responsáveis das potências capitalistas), poder-se-ia levantar a tese de que o preço do petróleo não tem nada a ver com a inflação ou que, pelo contrário, a sua baixa é antes um factor inflacionário e que provoca o desemprego. É claro que não é assim. Mas adiante examinaremos o problema.

Nesse período, deu-se paralelamente um outro processo: a alta do dólar em relação às demais moedas.

Já que se afirmou que a supervalorização do dólar foi tão nociva quanto o aumento do petróleo, analisemos esse aspecto.

Os Estados Unidos saíram beneficiados, como vimos, já que compram o petróleo na sua própria moeda. Mas, por sua vez, as exportações norte-americanas ficam encarecidas e perdem competitividade. Este é um dos factores que pesa no défice comercial dos Estados Unidos.

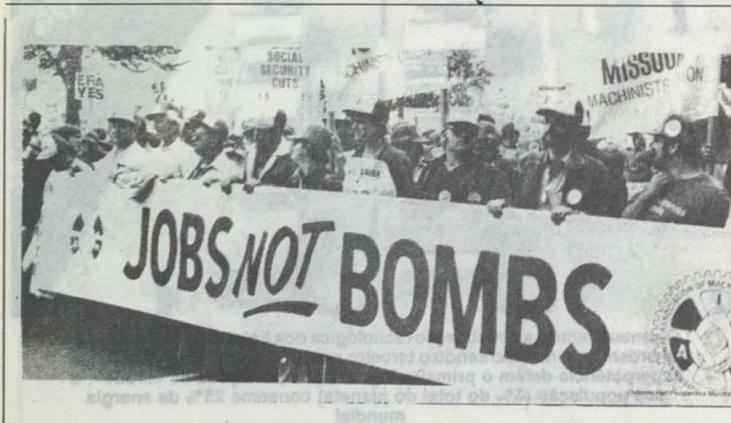
Porém, analisado o problema do ponto de vista dos demais países, o efeito é catastrófico. Todas as importações efectuadas em dólares sobem de preço e este torna-se um factor que provoca défices nas balanças comerciais.

Seria possível argumentar que o efeito oposto compensa. Mas não é assim. Na competitividade das exportações, o preço não constitui o único factor e um país pode lançar mão de vários recursos, inclusive subsídios, para aumentar a concorrência dos seus produtos no exterior.

Em troca, o problema das importações é menos elástico quando se trata de uma súbita e forte alta do dólar, a primeiríssima moeda nas transacções internacionais.

Por exemplo: os países europeus reduziram substancialmente o volume das suas compras de petróleo e, no entanto, o preço das mesmas foi mais alto do que anteriormente.

Na Itália, por exemplo, as importações do produto baixaram 12% em Janeiro/Fevereiro de 1982, em relação a igual período do ano anterior.



Os Estados Unidos têm uma vantagem em relação aos seus aliados: pagam o petróleo na sua própria moeda. Mesmo assim, a superpotência vive a pior crise de desemprego desde os anos 30

Nesse interim, o preço da tonelada de petróleo baixou de 259 para 253 dólares.

Mas, no mesmo período, a lira desvalorizou-se 27% em relação ao dólar. Isto é, para os italianos, o custo aumentou. Observe-se a evolução do custo da tonelada no primeiro trimestre de 1982, enquanto o preço do petróleo descia no mercado:

Janeiro 317 mil liras
Fevereiro 323 mil liras
Março 328 mil liras

O caso da França é semelhante: o franco representava 4,96 por dólar em Fevereiro de 1981 e a desvalorização levou-o para 6,1 em Fevereiro de 1982.

Portanto, esse país, que em Janeiro/Fevereiro de 1982 tinha efectuado uma forte redução nas importações de petróleo (13,4%) sofreu, apesar disso, um aumento de 10,12% no custo.

Nesse período, portanto, o barateamento do preço do petróleo foi contrabalançado pela alta do dólar, que se tornou um causador concreto dos défices comerciais.

O efeito real

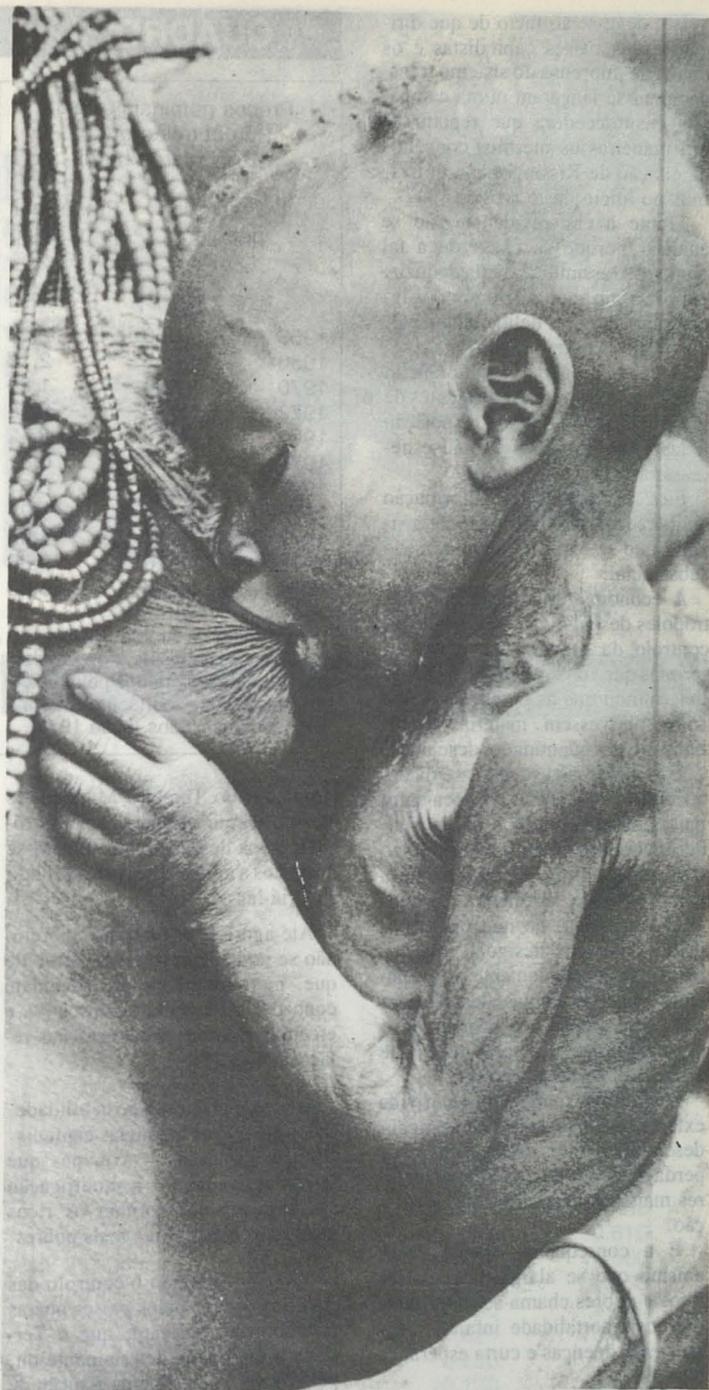
Os estadistas como Kissinger sabem perfeitamente que exageraram as influências das cotações do «crude».

Um aumento de dez por cento do preço do petróleo traduz-se, na área da OCDE, num aumento de 0,1% dos preços ao consumidor.

Ou seja, a duplicação não contribui com mais do que um por cento de inflação. Desconte-se um por cento de cada um dos países do Quadro 3 e ver-se-á que a situação pouco muda. Os países de inflação alta continuarão com inflação alta.

Refira-se que este dado não provém da OPEP e sim da insuspeita OCDE (ver *Perspectives Economiques*, n.º 25, que é uma publicação dessa organização).

Trata-se de um efeito pouco significativo nos países ricos. E apesar de ser objecto de um estudo ao alcance de todos, este dado é virtualmente desconhecido do público.



As potências capitalistas, que se dizem preocupadas com as calamidades do Terceiro Mundo (fome, desnutrição, mortalidade infantil, etc), não aceitarão — a menos que sejam forçadas — a modificação das relações que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres

Isto deve-se ao facto de que dirigentes dos países capitalistas e os meios de imprensa do sistema transnacional se lançaram numa campanha ensurdecadora que repetiu de mil maneiras os mesmos conceitos da citação de Kissinger que utilizámos no início deste artigo.

Frente a essa evidência, ao se analisar porque se exagerou a tal ponto esse assunto, caberia deduzir, em princípio, que o fizeram por ignorância ou para, deliberadamente, distorcer o efeito da alta.

Deve-se descartar a ignorância, pelo menos quanto aos dirigentes de governos que têm à sua disposição todas as informações e análise necessárias.

Fica a hipótese da deformação deliberada, que é mais compreensível e que se explica por uma razão substancial.

A economia capitalista das metrópoles desenvolveu-se baseada no controlo da procura das matérias-primas que consome. Esse controlo determinou que as potências industriais obtivessem matérias-primas baratas e nas quantidades desejadas.

Esse processo está na base da deterioração dos termos de troca entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, com grave prejuízo para estes últimos. E não existe a menor dúvida aritmética, económica ou lógica, de que os termos desse comércio desigual (que vê aumentar constantemente a relação entre matérias-primas desvalorizadas e bens industriais encarecidos) é o causador dos principais males que afligem o Terceiro Mundo.

Esses males chamam-se dívida externa, incapacidade de investir em desenvolvimento, défice comercial, perda do poder aquisitivo dos sectores mais desfavorecidos da população.

E a consequência física desse abismo que se alarga entre países ricos e pobres chama-se, para estes últimos, mortalidade infantil, desnutrição, doenças e curta esperança de vida.

Esses dirigentes ocidentais, que tanto se indignaram com as altas do petróleo, são os mesmos que se declaram preocupados com essas ca-

QUADRO 5

Preços nominais e reais do petróleo bruto
Em dólares/barril

	Preço do petróleo (1)	Preço real do petróleo (2)
1953	1,53	2,24
1960	1,85	2,13
1970	1,80	1,80
1972	2,46	2,16
1973	3,29	2,42
1974	11,58	6,81
1975	10,72	5,61
1976	11,51	5,97
1977	12,40	5,96
1978	12,70	5,36
1979	16,97	5,63

(1) Petróleo da Arábia Saudita.
(2) Preços nominais do petróleo por barril deflacionados pelo índice de preços na exportação dos países industrializados (base 1970).

lamidades do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo que jogam no petróleo a culpa dessas pragas, dizem-se dispostos a ajudar o Terceiro Mundo a aliviá-las.

Até agora não o fizeram, porém, não se pode descartar a hipótese de que, num futuro remoto, decidam conceder uma ajuda significativa e efectuar algumas mudanças nas relações Norte-Sul.

Mas esta é só uma possibilidade. O certo é que as potências capitalistas não aceitarão — a menos que sejam obrigadas — a modificação das relações que tornam os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

Isto é, não aceitarão o controlo das matérias-primas pelos países que as produzem e, portanto, que o Terceiro Mundo seja determinante ou, pelo menos, participe na fixação de preços e no abastecimento dos seus bens.

A OPEP, ao contradizer esse princípio fundamental do capita-

lismo dominante, deu um exemplo que outras organizações de produtores poderiam seguir amanhã. E esse possível efeito, mais do que a alta do petróleo em si mesma, é que deixou o *establishment* ocidental alarmado e o estimulou a promover a campanha para impor o mito do petróleo.

OPEP, uma classe média

Convém aqui determinar o volume real do lucro gerado pelo petróleo, pois apesar de ser um facto concreto, também tem sido objecto de deformações. O Quadro 5 dá-nos a evolução dos preços nominais e reais.

O primeiro aspecto a levar em conta é que, antes de 1973, o preço do petróleo bruto estava muito baixo. As manobras das transnacionais do petróleo tinham mantido as cotações a um nível que não correspondia às propriedades desse recurso não-renovável, nem mesmo com o grande aumento da procura.

A resposta da OPEP consistiu em afirmar-se por meio da sua unidade a fim de obter um preço remunerativo dessa riqueza que, em alguns países membros, estará esgotada até ao final do século.

Depois de 1973, houve uma real transferência de receitas para os países da OPEP. O que tornou a novidade mais extravagante foi que, propaganda à parte, num pequeno grupo de países — os do golfo Arábico — estavam localizadas, ao mesmo tempo, as maiores reservas mundiais e populações de escassa densidade.

Isso resultou num altíssimo rendimento por habitante. Observe-se no quadro 6 onde se localizaram os 21 países mais ricos em termos de rendimento anual *per capita*. Ali figuram, em primeiro lugar, os emiratos do Golfo, pois se trata de países muito pequenos com grandes reservas petrolíferas. Porém, a Arábia Saudita, que tem uns dez milhões de habitantes — isto é, uma baixa densidade ainda que bem maior que a dos emiratos — encontra-se no 16.º lugar, embora exporte cerca de metade da totalidade do petróleo da OPEP.

Em compensação, importantes produtores como o México, a Venezuela e a Nigéria, nem sequer entram na lista.

Os dados que oferecem uma proporção válida são os seguintes: no conjunto, o PNB *per capita* dos países da OPEP era de 1.300 dólares contra 8.900 dólares no conjunto dos países da OCDE. Isso significa que os rendimentos destes últimos são 6,8 vezes maiores (cálculos de 1979).

É verdade que o grupo da OPEP se encontra, por sua vez, muito acima dos rendimentos do conjunto dos países subdesenvolvidos, formando um tipo de «classe média» num mundo onde há poucos ricos, muitos pobres e muitos miseráveis.



A política do grupo de países da OPEP – que se afirmou por meio da sua unidade – pode ser um exemplo para outras organizações de produtores de matérias-primas

Opções

O preço do petróleo tem um efeito considerável sobre o sector comercial externo. Calcagno e Jakobowicz citam o caso da França, onde em 1970 dez por cento das receitas de exportação eram suficientes para pagar a factura do petróleo. Em 1974, o custo da factura equivalia a 24% dessas receitas.

Quando acontece esse tipo de mudança, os países têm duas possibilidades: aumentar as exportações de maneira a compensar o custo maior do petróleo ou diminuir as suas importações.

Os países industrializados puderam optar pela primeira fórmula, aumentando as suas exportações para os mercados ampliados dos países da OPEP. Por outro lado, os manufacturados que essas nações exportam também ficaram mais caros.

Portanto, as nações ricas não receberam um impacto de grande significado. As altas de 1973 foram somente o detonador de uma crise económica cuja origem foi o modelo de desenvolvimento baseado no petróleo barato, impulsionado pelos países industriais.

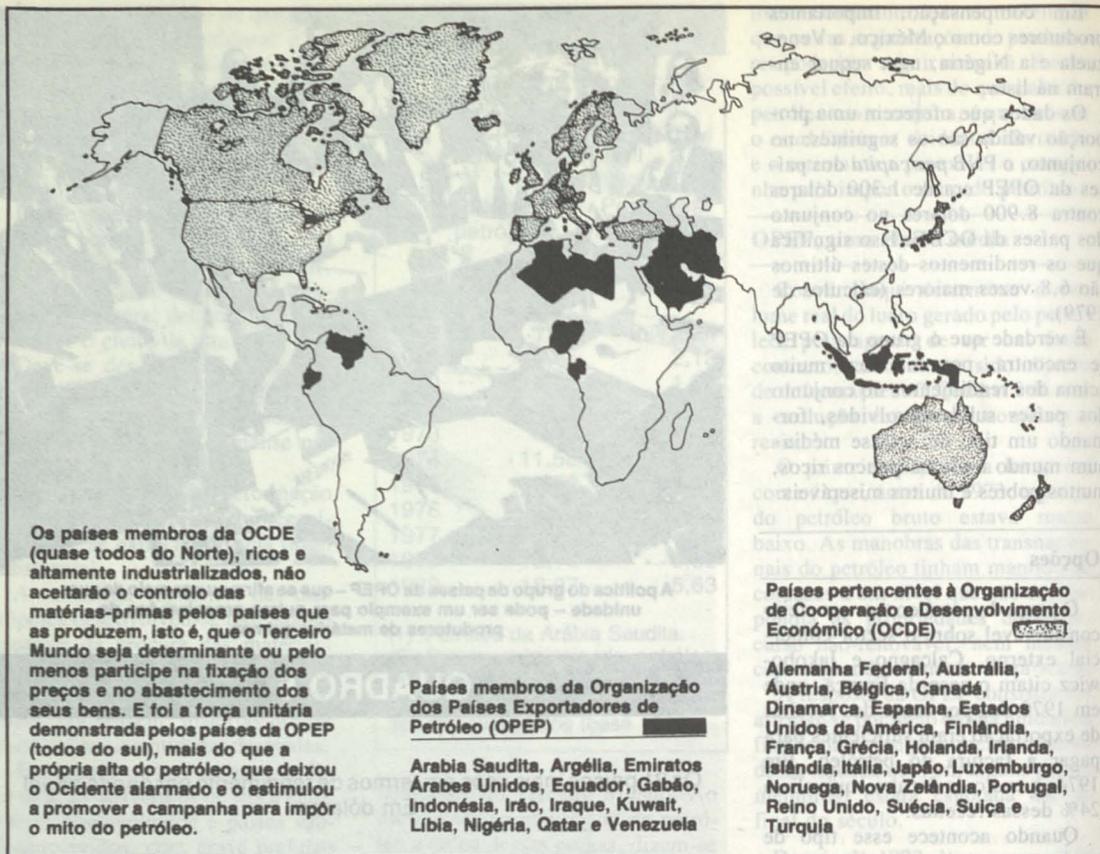
Naturalmente, o efeito variou segundo a situação energética de cada país. Assim como há membros da OCDE privilegiados por terem grandes reservas de carvão e de pe-

QUADRO 6

Os 21 países mais ricos em termos de rendimento *per capita* anual
Em dólares

	1980	1979
1. Emiratos Árabes Unidos	30.070	23.410
2. Qatar	26.080	20.020
3. Kuwait	22.840	20.520
4. Suíça	16.440	15.360
5. Luxemburgo	14.510	13.260
6. Alemanha Federal	13.590	12.220
7. Suécia	13.520	12.250
8. Dinamarca	12.950	12.030
9. Noruega	12.650	11.230
10. Bélgica	12.180	11.020
11. Brunei	11.890	10.220
12. França	11.730	10.650
13. Holanda	11.470	10.490
14. Estados Unidos	11.360	10.610
15. Islândia	11.330	10.360
16. Arábia Saudita	11.260	9.960
17. Bermuda	11.050	9.820
18. Ilhas Faroe	10.620	9.740
19. Áustria	10.230	9.130
20. Canadá	10.130	9.410
21. Japão	9.890	8.730

Fonte: Banco Mundial



tróleo, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, existe o exemplo oposto do Japão.

A potência japonesa, que como vimos é um caso de «energia zero», escolheu um modelo económico de concorrência com os Estados Unidos e a Europa, apoiado num intenso consumo de energia.

Essa opção fez-se sentir com vigor na balança comercial japonesa quando as cotações do «crude» subiram. Porém, os japoneses, de 1973 até hoje, incrementaram constantemente as suas exportações, neutralizando assim esses efeitos.

O Terceiro Mundo

O impacto foi, por outro lado, severo na balança comercial das na-

ções subdesenvolvidas. Elas não podem compensar o aumento do petróleo com o incremento das exportações porque, apesar de efectivamente aumentarem o volume das suas colocações, o valor destas diminui em virtude da deterioração dos termos de troca.

E como também não podem reduzir radicalmente as suas importações, pois a maior parte é constituída pela compra de bens indispensáveis, recorrem ao endividamento externo que actualmente alcança níveis assustadores (ver neste número «A bola-de-neve da dívida externa»).

Vejamos alguns exemplos. Na América Latina, o continente do Terceiro Mundo de maior desenvolvimento relativo, 27% do valor das suas importações correspondem à factura de petróleo. Para a Índia,

isto significa 30%, para o Brasil, 40% e, para a Turquia, 60%.

Mas atribuir ao petróleo a responsabilidade solitária da modificação dos termos de troca seria uma inexactidão kissingeriana.

Nesse sentido, três factores influenciaram o mercado mundial: o aumento dos bens industriais, a alta paralela do petróleo e a queda dos preços dos demais produtos básicos.

Os dois primeiros afectaram países não-petrolíferos do Terceiro Mundo, mas em proporção muito diferente, já que a percentagem dos manufacturados no comércio mundial é muito superior ao do «crude». Para ter a proporção adequada, lembremos que o petróleo representa 12% do total do comércio mundial, contra 55% dos manufacturados.

E, apesar da responsabilidade da OCDE pelos problemas do Terceiro Mundo serem maiores, a ajuda oferecida pelos países que a compõem é muito menor do que a dada pelo grupo da OPEP.

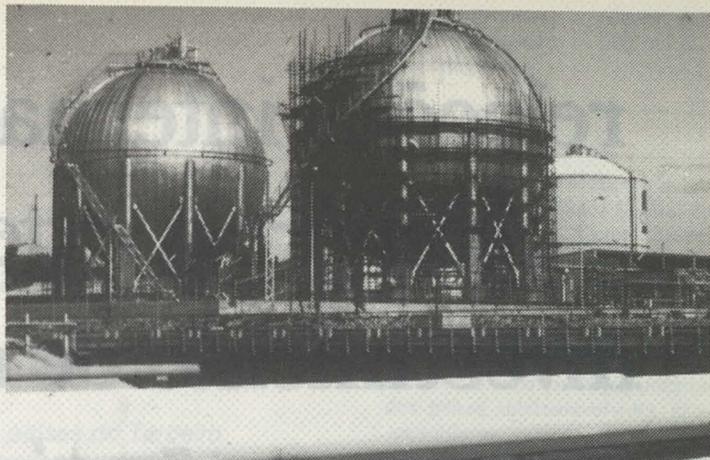
Em 1980, os países da OPEP em conjunto deram 1,45% dos seus PNBs em Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), enquanto que os países da OCDE cederam somente 0,37%, isto é, quatro vezes menos.

É claro que em quantidades absolutas a AOD ocidental é muito superior à da OPEP, pois o PNB da OCDE é incomparavelmente maior que o do grupo petrolífero.

Mas como o comportamento, nesse assunto, é medido em proporção ao PNB, a atitude da OPEP é, ao contrário do que sustentam os dirigentes ocidentais, mais responsável que a deles.

Porém, não se pode considerar a OCDE como um grupo monolítico.

Os estados membros da organização comprometeram-se, na «década do desenvolvimento», a dedicar 0,7% de seus PNBs em AOD. Somente quatro países honraram esse seu compromisso com a comunidade internacional: Holanda — 0,99%; No-



ruéga — 0,82%; Suécia — 0,76%; e Dinamarca — 0,72% (segundo dados de 1980).

Cabe salientar que, nesse grupo de países, sobressai negativamente a atitude dos Estados Unidos, que contribuem com apenas 0,02% de seu PNB.

Ao referir-se ao problema do desemprego na área da OCDE na reunião a que nos referimos, o vice-presidente da Comunidade Económica Europeia (CEE), Davignon, declarou: «Não se deve procurar

todas as explicações num único factor, colocando hoje a culpa de todos os problemas na alta do dólar, como ontem no aumento do preço do petróleo».

Palavras sensatas. Porém, se existe tanta compreensão para um dólar supervalorizado, é em virtude da interdependência das economias das metrópoles e da liderança norte-americana no Norte capitalista.

Quem tiver um pouco de memória lembrar-se-á de que cada aumento do petróleo foi objecto de uma campanha que tendia exactamente a apresentá-lo como o único factor da crise.

E é fácil imaginar que, uma vez passada a saturação actual do mercado, quando a OPEP obtenha um aumento de preço, os dirigentes ocidentais gritarão aos céus e culparão a OPEP de problemas que, como eles mesmos sabem, são consequência de diversos factores. □

À excepção do Quadro 6, todas as estatísticas pertencem ao Fundo Monetário Internacional e à OCDE. Como no momento de fazer este trabalho nem todas as estatísticas existentes estavam disponíveis nessas fontes, os quadros foram completados com base em relatórios sectoriais.

Quanto a vários dados citados ao longo do trabalho, eles procedem também de fontes sectoriais e alguns do livro «O monólogo Norte-Sul e a exploração dos países subdesenvolvidos». Editado no México pela Siglo XXI, esse livro é uma importante contribuição para o conhecimento das relações económicas entre os países capitalistas industrializados e o Terceiro Mundo. Os seus autores são Alfredo Eric Calcagno e Jean-Michel Jakobowicz.

OPEP EM QUITO:

«ESTAMOS A GANHAR A BATALHA»

AOPEP está a ganhar a batalha dos preços do petróleo», afirmou em Quito o novo presidente da organização e ministro equatoriano dos Recursos Naturais, Eduardo Ortega Gómez, ao concluir, em fins de Maio passado, a reunião ministerial de avaliação da estratégia traçada em Março.

Reflectindo o optimismo predominante na conferência, Ortega Gómez disse que a OPEP manterá as quotas máximas de produção estabelecidas para cada membro e negou que alguns deles estivessem a vender mais caro que o preço do acordo.

O secretário-geral da OPEP, Marc Man Guema, disse que a actual tendência dos preços do petróleo é altista. Na ocasião, elogiou a atitude da Nigéria, o maior produtor da África subsahariana, que resistiu às pressões das empresas transnacionais para que reduzisse os preços.

Se a Nigéria tivesse cedido, explicou Marc Man Guema, teria perdido 500 milhões de dólares e a baixa teria custado cerca de 40 mil milhões ao conjunto da organização. Os ministros da OPEP voltarão a reunir-se no próximo dia 9 de Dezembro, exactamente em Lagos, capital da Nigéria.

**relações internacionais
comércio externo
investimento de capitais
cooperação técnica
operações bancárias**



GARANTIA DE DESENVOLVIMENTO

Av. 25 de Setembro 1695 - Telef. 28151/8 - C. P. 423 - Telegr. MOBANCO - Telex 6-355
Maputo - República Popular de Moçambique

A bola de neve da dívida externa

O endividamento dos países do Terceiro Mundo cresce de maneira assustadora. A coordenação de uma política de unidade poderia dar a essas nações uma poderosa arma negociadora

Agustín Castaño

POR causa do encarecimento do dólar e dos termos desfavoráveis de troca internacional, os países não-petrolíferos do Terceiro Mundo estarão, em fins de 1982, sufocados por uma dívida externa de mais de 600 mil milhões de dólares.

Segundo dados do Banco Mundial, em 1980 a dívida externa total dos países do Terceiro Mundo atingia os 438 mil milhões de dólares.

Em toda a projecção que se pudesse fazer para o final de 1982 — sem levar em conta a alta do dólar, mas apenas os novos empréstimos

nesses dois anos e a inflação — a dívida ultrapassaria os 500 mil milhões de dólares.

Um alto déficit

Porem, segundo o cálculo que o administrador do Banco Central de Trindade-Tobago, Victor Bruce, levou à reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), realizada em meados de Maio, em Helsínquia, a supervalorização do dólar causará um déficit de 100 mil milhões de dólares nas balanças de pagamentos dos países subdesenvolvidos não-petrolíferos.

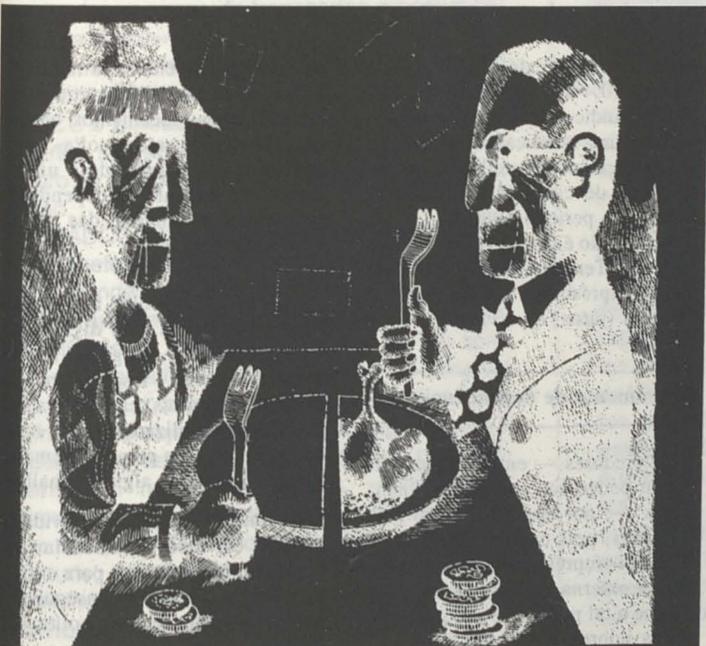
Esses défices não são automaticamente transferidos para a dívida, mas exigem dos países a obtenção de créditos por quantias equivalentes.

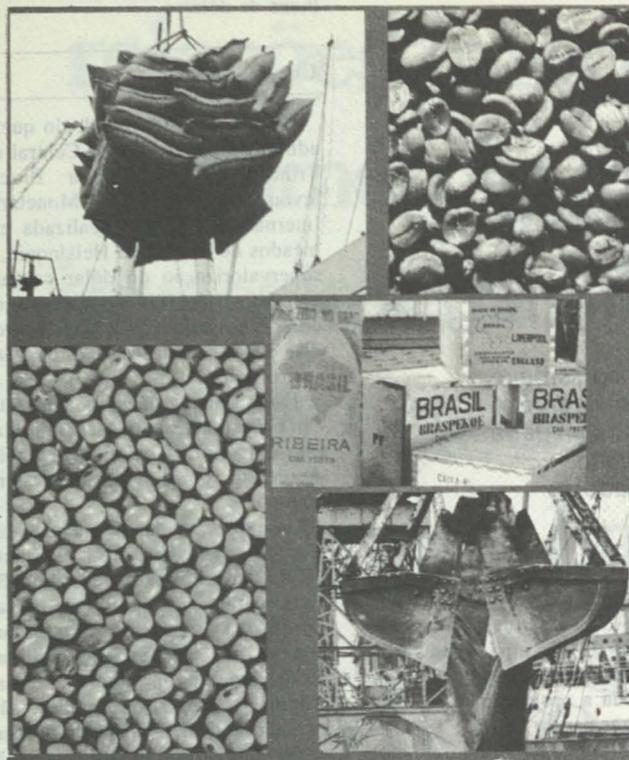
As altas cotações da moeda norte-americana observadas durante 1981 e na primeira metade de 1982 encareceram as importações pagas em dólares. Ao mesmo tempo, acarretaram maiores despesas relativas ao pagamento da dívida externa. Ambos os factores, portanto, são causadores de déficit. A soma dessas cifras dará um total superior a 600 mil milhões de dólares.

Desvalorização das exportações

Para se compreender o peso insuportável dessa dívida, deve-se compará-la com o valor das exportações do Terceiro Mundo no seu conjunto (excluídos serviços e combustíveis), que foi de 181 mil milhões de dólares em 1981. Depressa se compreenderá que esses países deveriam pagar as suas obrigações com as receitas totais das suas exportações durante mais de três anos.

Procurando aumentar as suas receitas internacionais — a única forma de enfrentar os problemas da dívida e a sua aspiração ao desenvolvimento — o Terceiro Mundo incrementou as suas exportações. Mas a deterioração dos termos de troca internacional ocasionou a depreciação das matérias-primas — excepto o petróleo — em relação aos bens industriais, e isso passou a ser um fenómeno permanente e mar-





Procurando aumentar as suas receitas internacionais, o Terceiro Mundo incrementou as suas exportações. Mas, em consequência da política de supremacia do Norte sobre o Sul, essas exportações desvalorizam-se cada vez mais; muitos países pobres contraem, assim, novos empréstimos só para pagar os juros da dívida

cante nas relações económicas Norte/Sul. Em consequência, embora o Sul tenha expandido o volume das suas exportações, estas desvalorizaram-se.

Um estudo recente da Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) permite apreciar esse processo na região que, com algumas diferenças, é o mesmo que ocorre na Ásia e em África.

Durante o triénio 1978-80, o volume das exportações latino-americanas cresceu a uma média anual de 8,5%. Em 1981, o incremento foi de 11%. Quer dizer, a região registou um importante aumento de mais de um terço em quatro anos. Mas, entre 1980 e 1981, registou-se uma queda de valor unitário dos produtos básicos.

Por exemplo, o preço do açúcar

caiu 38%, o do café, 20,2% e o do ferro, 10,4%. Os cálculos da CEPAL indicam que o conjunto dos países latino-americanos sofreu uma deterioração no seu poder aquisitivo de cerca de cinco mil milhões de dólares no período 1980-81.

A situação é tão grave que muitos países do Terceiro Mundo contraem novos empréstimos só para pagar os serviços (juros) da dívida.

Instrumento de dependência

Os credores — entre os quais figuram poderosos consórcios financeiros —, por seu lado, estão preocupados, pois embora recebam os juros dos empréstimos, temem que a asfixia externa do Terceiro Mundo chegue a tal ponto que um grupo de países pobres possa entrar em co-

lapso de pagamento. Na realidade, as potências capitalistas articularam uma série de mecanismos que deram, até agora, «rédea solta» a esse endividamento, tornando-o um poderoso instrumento de dependência económica e política das nações subdesenvolvidas.

Mas se os controlos falhassem e alguns dos países com dívidas elevadas se vissem obrigados a pedir uma moratória, isso acarretaria quebras bancárias em cadeia nos países industrializados, com reflexos imprevisíveis para o sistema vigente. Segundo alguns analistas essa situação dos países endividados poderia dar-lhes, paradoxalmente, uma arma negociadora para enfrentar o Norte, desde que conseguissem coordenar entre si uma política de unidade.

SADCC: progresso considerável

□ Os chefes de Estado e de governo dos países membros da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), reunidos em Gaborone, capital do Botswana, no dia 22 de Julho último, consideraram «considerável» o progresso alcançado pela organização desde a sua criação em Abril de 1980.

Estiveram presentes os presidentes Samora Machel, Quett Masire, Julius Nyerere, Kenneth Kaunda e o primeiro-ministro Robert Mugabe. Angola, Lesoto, Suazilândia e Malawi estiveram representados a nível ministerial.

Segundo refere o comunicado final da cimeira, os membros da SADCC constataram o «progresso significativo» verificado no sector dos transportes e comunicações, cuja comissão tem sede na capital moçambicana. Esta comissão, segundo afirma o comunicado, «é agora totalmente reconhecida pela comunidade internacional como uma instituição eficaz e permanente capaz de representar os Estados membros no que diz respeito à coordenação e desenvolvimento do programa de transportes e comunicações da região».

Durante os trabalhos da cimeira de Gaborone foi nomeado como secretário executivo da SADCC o zimbabweano Arthur Blumeris que exercerá a sua actividade na capital do Botswana, centro da coordenação das actividades da organização.

A SADCC foi fundada durante uma reunião de nove chefes de Estado africanos em Lusaka, e compreende uma área de 4,9 milhões de quilómetros quadrados, com uma população total de 56 milhões de habitantes. Trata-se de um zona que abrange a totalidade do território do cone sul da África, com excepção da República Sul-Africana. O objectivo principal do organismo é a redução da dependência económica, principalmente em relação a Pretória, «denominador comum dos nove Estados que apesar de possuírem diversas definições ideológicas dependem, contudo, em grande parte, da África do Sul», excluindo somente Angola e Tanzânia (ver **cadernos** n.º 30, Janeiro de 1981).



A ideia de criar a SADCC surgiu pela primeira vez em 1979, em Arusha (Tanzania), durante a conferência de ministros dos países da Linha da Frente (Angola, Botswana, Tanzânia, Zâmbia e Moçambique) a que mais tarde se juntou o Zimbábue independente.

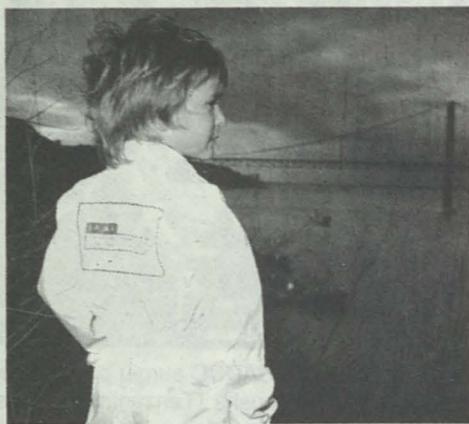
Incluem-se entre os seus objectivos básicos, a integração regional, a mobilização de recursos visando implementar políticas nacionais, bilaterais e regionais, uma acção conjunta para garantir a cooperação internacional de acordo com a estratégia mais adequada para a libertação económica, consequência natural da libertação política.

Na cimeira de Gaborone foram discutidos, principalmente, os resultados obtidos no que diz respeito ao «pacote» de 97 projectos de transportes e comunicações apresentados na conferência de Maputo realizada em Novembro de 1980. Destes projectos, três já foram completados e 48 estão em fase de concretização. Actualmente, o número de projectos subiu para 106. Entre aqueles que envolvem maiores financiamentos contam-se os dos sistemas de transportes dos portos de Maputo (554 milhões de dólares), da Beira (463 milhões), de Nacala (296 milhões) e do Lobito (174 milhões).

I. A. N. I.

INSTRUMENTAÇÃO, AUTOMAÇÃO
NAVAL E INDUSTRIAL, LDA.

Electricidade Instrumentação Hidráulica Automação Naval e Industrial



Reparação naval e industrial

- Electricidade alta/baixa tensão
- Electrónica
- Pneumática e electro-pneumática
- Hidráulica e electro-hidráulica
- Reparação e rebobinagem em motores eléctricos incluindo geradores

Montagem naval e industrial

- Em todos os sectores de automação e electricidade

Controlo técnico de montagem e reparação

Av. 25 de Abril, 9-1.º Dt.º

Paivas — 2840 Seixal — Portugal

Telex 43702 I.A.N.I.-P Tel. 221723/30

PANORAMA TRICONTINENTAL

Comércio mundial: Um crescimento desigual

□ A expansão do comércio mundial durante os anos setenta favoreceu principalmente os países capitalistas desenvolvidos e os exportadores de petróleo, enquanto que as nações do Terceiro Mundo registaram uma baixa percentual de crescimento.

Os dados relativos à referida evolução acabam de ser publicados no «Manual de Estatísticas sobre Comércio Mundial e Desenvolvimento» editado em Genebra pela Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCTAD).

O estudo mostra que entre 1970 e 1980 o comércio internacional aumentou mais de seis vezes em valores monetários. Mas nesse período o crescimento do volume foi de apenas 70%, tendo 27% do aumento sido devido à inflação mundial.

Em 1970, as exportações mundiais totalizaram 315 000 milhões de dólares, atingindo em 1980 o nível recorde de 2 009 000 milhões de dólares.

O grosso do incremento em valores correspondeu às potências capitalistas industrializadas e em 10% aos países socialistas. As nações do Terceiro Mundo registaram 30%, mas a participação dos exportadores de petróleo e dos restantes países foi muito desigual.

Neste último decénio, com efeito, as exportações daqueles aumentaram em 317 000 milhões, enquanto que as correspondentes aos países não produtores de petróleo do Terceiro Mundo — dois terços da humanidade — apenas subiram 189 000 milhões de dólares.

Dentro deste grupo, cinco países — Argentina, Brasil, Hong-Kong, Coreia do Sul e Singapura — cujas exportações de produtos manufacturados se elevaram rapidamente nos últimos anos, obtiveram um aumento de 75 000 milhões.

No extremo oposto, os trinta países menos desenvolvidos só aumentaram 4000 milhões, mas este número representa na realidade uma drástica queda do poder aquisitivo das suas exportações. Por outro lado, estes países foram os únicos que registaram uma descida do consumo de energia, passando de um equivalente de 51 quilos de carvão por habitante no ano de 1970 para 48 quilos em 1979. No mesmo período, as nações capitalistas desenvolvidas passaram de 5741 para 6317 e as socialistas de 4124 para 5522 quilos de carvão.

Outro dado revelador de uma pasmosa desigualdade é o relativo à assistência médica. Enquanto que nas potências capitalistas existe um médico para menos de mil habitantes, na Guiné Equatorial e no Alto Volta só há um médico para mais de 60 mil pessoas.

Índia: O aumento da miséria

□ A situação de extrema pobreza na Índia, que atinge hoje metade da população — 340 milhões de pessoas — aumentará consideravelmente nos próximos anos apesar dos programas estatais tendentes à sua redução. Esta constatação retira-se dos dados oficiais de um relatório debatido no parlamento de Nova Deli em meados de Julho.

A extrema pobreza já foi objecto de seis planos quinquenais destinados a combatê-la, o último dos quais entrado em vigor em 1979/80. Mas desse ano até hoje não se verificou nenhuma melhoria, tendo pelo contrário, aumentado o número de seres que se encontravam na extrema pobreza no início do plano, de 316 milhões de pessoas para os actuais 340 milhões e prevendo-se que, na altura do seu termo, 1983/84, esse número atinja 417 milhões.

Nesta classificação consideram-se os indivíduos que carecem de emprego estável e cujos rendimentos são nulos ou insignificantes, cifrados em cinco dólares

mensais nas áreas rurais e seis nas áreas urbanas. A maioria destas vítimas sociais encontra-se nas zonas rurais do sub-continente indiano e são camponeses sem terra ou proprietários de exíguos minifúndios, artesãos e pescadores.

O chamado «trabalho hipotecado» é um exemplo bem ilustrativo desta situação e das dificuldades para corrigir estes flagelos da Índia. Atingindo cerca de 140 mil trabalhadores, o trabalho hipotecado é uma forma de servidão derivada de dívidas contraídas por famílias que ficaram obrigadas a empréstimos que não puderam suportar e que se arrastam por duas ou mais gerações. Estes empréstimos servis foram proibidos em 1976 mas ainda não se conseguiu eliminá-los.

O governo tem tentado, sem grande resultado, elaborar vários tipos de medidas para libertar os trabalhadores hipotecados e que lhes permitam procurar um emprego. Por outro lado, cabe aos governadores estaduais identificar as vítimas, especialmente as crianças, e salvá-las da servidão.

A revelação do relatório de Julho levou o governo e o parlamento a decidirem um estudo rigoroso e urgente dos meios para enfrentar o drama, procurando evitar que no fim do actual plano quinquenal se verifique o previsto aumento da extrema pobreza.

cadernos do

terceiro mundo

Clube de Amigos

A ideia da criação de um **Clube de Amigos do Terceiro Mundo**, sugerida por muitos leitores através de cartas ou conversas pessoais, já está a ser posta em prática no Brasil. Foi assim que durante o mês de Junho se realizaram nas nossas instalações do Rio de Janeiro as primeiras actividades no âmbito do Clube, constituídas por duas sessões de debate. Uma teve como tema *A questão das Malvinas*, em que participaram os nossos companheiros Neiva Moreira, Carlos Castilho, Roberto Remo e os jornalistas e escritores Mocyry Werneck de Castro e António Callado.

Regressados de Beirute onde presenciaram o início dos bombardeamento israelitas, Neiva Moreira e Beatriz Bissio orientaram a segunda sessão cujo tema foi a situação actualmente vivida no Médio Oriente.

Em Agosto, a nossa redacção carioca deve levar a cabo uma semana ou quinzena de cinema do Terceiro Mundo a realizar inicialmente no Rio de Janeiro e, mais tarde, noutras cidades brasilei-

ras. Lembramos que em Portugal já efectuámos, em colaboração com a Cinequipa, duas semanas de cinema africano e árabe, sendo projecto da redacção de Lisboa prosseguir com a divulgação de outras cinematografias terceiro-mundistas.

A ideia está a vingar. Cumpre-nos agora impulsionar o nosso Clube noutras cidades onde existem redacções dos **cadernos do terceiro mundo** — nomeadamente Lisboa e México — proporcionando-lhe a dimensão e operacionalidade necessárias.

Desde que ventilámos a ideia nas nossas páginas temos recebido muitas cartas de leitores com sugestões e preciosos subsídios. Na medida da disponibilidade de espaço dos **cadernos**, vamos continuar a publicar excertos dessas cartas, agradecendo e incitando os amigos leitores a compartilharem este nosso projecto, contribuindo com dados e outras sugestões para a elaboração de um estatuto que regerá futuramente o Clube.



CACHAPUZ

1926 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1982



INTERNATIONAL
TROPHY FOR QUALITY
MADRID 1979
MADRID 1980
MADRID 1981
MADRID 1982



PRÊMIO INTERNACIONAL
À EXPORTAÇÃO 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA

- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS

EXPORTADOR PARA
AS REPÚBLICAS DE

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.
TELEF. 22468/25347 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL



O regresso do inferno de Irma Flaquer

□ O jornal da cidade de Guatemala *El Grafico* publicou no dia 28 de Julho último, na primeira página, a tenebrosa história de Irma Flaquer, uma jornalista guatemalteca desaparecida há dois anos.

Raptada em pleno centro da capital, quando trabalhava para o jornal *La Nación*, Irma era dada por todos como mais um dos seus colegas de profissão assassinados pela ditadura militar. Porém, foi agora encontrada viva mas completamente louca numa das prisões subterrâneas que, com fins sádicos, o antigo ministro do Interior, Donaldo Alvarez Ruiz, tinha construído na sua própria casa.

«Numas dessas 'cadeias' - escreve o *El Grafico* - viveu Irma todo o tempo de cativeiro, movendo-se apenas dentro de um metro quadrado, sem ventilação, na escuridão, com uma ração reduzidíssima. Perdeu aí a noção do tempo».

«Foi mumificando. Morrendo em vida ou vivendo na morte», diz o jornal. «Durante a sua detenção - uma longa noite de dois anos - Irma perdeu a razão, perdeu a vista, perdeu a palavra. E quando foi libertada não sabia sequer o seu nome. Está completamente louca, uma loucura tranquila que, segundo os médicos, é irreversível».

O diário guatemalteco informa que Irma «tem quarenta anos mas parece ter cem. Aquela mulher bela, esbelta, loura, alegre, é agora um farrapo humano. Um corpo mumificado, pele enrugada, amarelenta, sem vida».

Agora está internada num hospital. «Não fala, não pensa, é um vegetal humano. Um anjo dissecado», conclui *El Grafico*.

José Calderon Salazar, jornalista guatemalteco, opinou no diário mexicano *Excelsior* que «se Irma Flaquer não tivesse sido uma repórter valente e corajosa nada do que lhe aconteceu se teria passado».

Ambos os jornais referidos são omissos sobre o destino do outro protagonista desta história guatemalteca, o antigo ministro-carcereiro Donaldo Alvarez Ruiz.

«Prà frente Brasil»

um filme sobre o medo



O cineasta Roberto Farias, em entrevista exclusiva, analisa a censura e exprime a sua concepção sobre o papel da empresa estatal de cinema

Mário Augusto Jakobskind/Cláudia Guimarães

PROIBIDO pela censura federal, mas ainda aguardando recurso do Conselho Superior de Censura, o filme «Prà frente Brasil», de Roberto Farias, ganhou o primeiro lugar no 10.º Festival de Gramado — o mais importante Festival de Cinema brasileiro — realizado em Março deste ano. O filme foi demoradamente aplaudido por mais de dois mil espectadores que assistiram à sua exibição no último dia do Festival.

«Prà frente Brasil», coproduzido pela Embrafilme, foi apresentado no Festival de Cannes deste ano e estava a ser aguardado com certa expectativa pelo público brasileiro. Os círculos oficiais do governo resolveram entretanto vetar a obra de Roberto Farias por motivos de ordem política.

Em consequência disto o diplomata Celso Amorim, director-geral da Embrafilme, demitiu-se do cargo em 1 de Abril. O ministro da Educação, Ruben Ludwig, falou num

«acidente de percurso», mas a comunidade cinematográfica brasileira, através de várias notas de protesto, demonstrou estar atemorizada com um possível recrudescimento da censura.

«Prà frente Brasil», segundo explica Roberto Farias, retrata um instante de medo e asfixia, uma atmosfera pesada que as pessoas sentiam no começo da década de setenta, mesmo aquelas sem nenhum tipo de compromisso político.

Clima de medo

«Toda a gente conhecia alguém que já havia sido preso ou detido para interrogatórios ou mesmo com o passaporte apreendido no momento de viajar. Essa sensação de estar vivendo um clima desses fazia com que um simples barulhinho no telefone, que coincidissem com uma ingénua crítica ao governo, levasse a supor que o telefone estivesse sob escuta».

Esse é o clima retratado pelo «Prà frente Brasil», cujo roteiro mostra uma pessoa da classe média, apolítica, envolvida de repente em complicações com a repressão.

«Ao voltar de uma viagem, explica Roberto Farias, o sujeito faz amizade com um desconhecido que aqui lhe sugere compartilhar o mesmo táxi no aeroporto. No meio do caminho, o carro é interceptado, o desconhecido é morto e a pessoa apolítica sequestrada por um grupo paramilitar de direita que quer saber as suas ligações com o que morreu.»

«A partir daí, a mulher e o irmão, pessoas também apolíticas, começam a procurá-lo». Com o correr do tempo vão-se consciencializando e descobrindo «a sordidez que envolve o relacionamento dos empresários, das pessoas que combatem a subversão e das ligadas ao combate clandestino dos terroristas, como as pessoas vivem disso ou financiam essa prática. Os apolíticos, apesar de pensarem que estão agindo pas-

sionalmente, passam a ter um comportamento político». Isso acontece em pleno Campeonato Mundial de Futebol de 1970, no meio dos golos da selecção brasileira no México.

Hora de falar

O que teria motivado Roberto Farias, ex-director-geral da Embrasil no governo do general Ernesto Geisel a fazer um filme sobre um tema tão delicado, como seja o da repressão no Brasil no final da década de 60 e início da de 70? É Roberto Farias quem explica:

«Acho que os brasileiros, em particular os que lidam com a cultura e a comunicação, viveram este tempo todo de respiração suspensa e 79/80 foi o momento de respirar. Então, as pessoas que viveram aquela época começaram a tentar contar o que sentiram. Jornalistas, escritores e artistas começaram a fazer isso. Para mim, havia chegado o momento de mostrar algo que es-

tava dentro de mim, coisas sobre as quais eu queria falar mas não podia.»

A proibição do «Prà frente Brasil» pode ser explicada pela mudança do projecto político de abertura no final dos anos 70 e agora em 82. Por outras palavras: quando Farias começou a preparar o filme, o Brasil vivia em tempo de maior distensão com o retorno dos exilados e a amnistia vigorando nos seus primeiros dias. Pronto o filme, depois da quase tragédia do Rio Centro, o quadro político brasileiro alterou-se e o tema «tortura» voltou a ser tabu na área oficial. Roberto Farias, de alguma forma, foi surpreendido pelo desenrolar dos acontecimentos.

«Fiz um filme esperando encontrar determinadas condições que não encontrei. Não esperava ter nenhum tipo de problema. Pelo contrário, os cuidados que tomei faziam-me temer que o filme fosse considerado reaccionário ou destinado a defender o regime, como chegaram a di-

zer. Convém ressaltar que o «Prà frente Brasil» foi realizado num determinado momento, nem de plenitude democrática nem de ditadura. Acontece então que alguns cineastas me catalogaram do suposto reaccionarismo e, por outro lado o filme é proibido.»

Roberto Farias espera que a interdição do «Prà frente Brasil» seja apenas «um acidente de percurso» da Embrasil e do cinema brasileiro, conforme assinalou o ministro Ludwig, e não represente um retrocesso cultural ou político, como muitos temem.

«Acho que a interdição do filme é inócua. Não acredito que leve a coisa alguma. O filme é o que é, ou seja, tem o seu peso específico, independente das críticas ou proibições que sofra. Pode de repente ser passionalizado, mas tem a sua exacta medida. Acho que o acontecimento, ao invés de fazer desistir, provoca um efeito contrário. As pessoas ficam mais desejosas de lutar e reagir, ajudar a consciencializar e transformar o cinema brasileiro em algo consequente, capaz de interpretar a realidade do país preocupado com as condições políticas, económicas, culturais e sociais que a gente vive.»

Roberto Farias reconhece ser positivo que outros cineastas de países do Terceiro Mundo estejam preocupados em fazer o público reflectir em torno das suas realidades, embora ao realizar o «Prà frente Brasil» não tenha tido a intenção de engrossar as fileiras de movimentos nesse sentido.

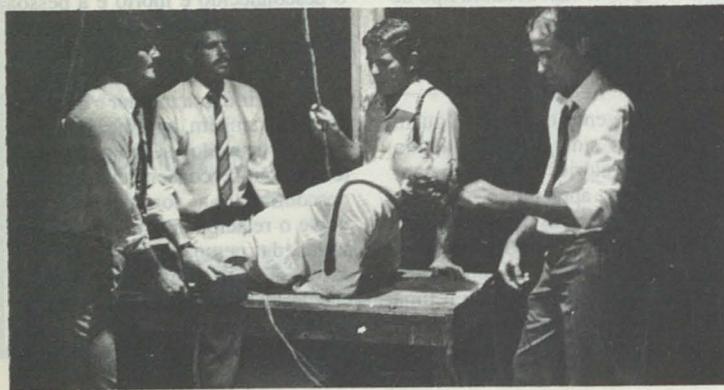
«Sou uma pessoa que está usando a sua profissão como veículo para reflectir sobre a realidade. Evidentemente, se isso vem engrossar outros movimentos, se noutros lugares as pessoas estão fazendo coisas semelhantes, acho óptimo. Só reflectindo e fazendo os outros reflectirem é que podemos transformar esta realidade.»

Cinema & Estado

No entender do realizador de «Prà frente Brasil», da mesma forma que «o Estado tem a obriga-



O filme retrata um momento de medo e asfixia





Roberto Farias,
numa cena do
filme

ção de satisfazer as necessidades básicas da população, como saúde, alimentação, educação, habitação, etc., ele deve manter uma entidade que cuide especificamente do sector cinematográfico».

«O Estado deve substituir o papel financiador do banco privado, já que este último não conhece as peculiaridades do sector, não sabe que um filme leva seis meses no roteiro, um ano na preparação, mais seis meses para ser montado e mais um ano para o dinheiro começar a ser reembolsado».

Outro aspecto considerado relevante em relação à participação do Estado na indústria cinematográfica é o de enfrentar a concorrência do filme estrangeiro. Segundo Roberto Farias, «o filme estrangeiro entra no Brasil pago e amortizado no seu país de origem e oferecido ao público pelo mesmo preço que o produto nacional. Enfim, para o exibidor, ele oferece muito mais vantagens fazendo com que o nível de competição sobre o filme brasileiro seja muito grande. A Embrafilme, o

Conselho Nacional de Cinema e os órgãos públicos têm que suprir essas deficiências, estabelecer um mínimo de equilíbrio no mercado, uma vez que não existe lei nacional para o cinema».

O ex-director-geral da Embrafilme fala sobre as dificuldades que enfrenta actualmente a empresa estatal de fomento à actividade cinematográfica, sugerindo uma reestruturação desse órgão e explica o motivo:

«O facto da Embrafilme abranger hoje um tão grande número de actividades, torna o seu nível de participação muito maior do que seria desejável. Actualmente, a Embrafilme produz e distribui no Brasil e no exterior, o que lhe confere um poder de decisão muito grande sobre a produção cinematográfica. O que aconteceu com o meu filme, inevitavelmente acabaria por acontecer com outro, ou seja, chegaria um cineasta que, usando o seu direito de liberdade, faria um filme que iria contra os interesses da empresa estatal».

Roberto Farias acha que a Embrafilme deveria ser transformada num «banco de crédito» que agisse de acordo com o currículo de cada profissional, sem paternalismos.

«É preciso reestruturar o relacionamento da Embrafilme com os cineastas. Que a empresa fizesse empréstimos, talvez não tão paternalistas como antes, mas sem que ela participasse e distribuísse como na actual relação, excessivamente envolvente com o cinema brasileiro. Esse estado de coisas faz com que, face à proibição do «Prá frente Brasil», a maioria dos cineastas, ao invés de se preocuparem com o atentado à liberdade de expressão, ficassem muito mais preocupados com a substituição do director-geral da Embrafilme. Em suma: mais com os rumos que o órgão tomaria do que com o destino do meu filme. Em síntese, acho que o papel da Embrafilme é financiar e promover as iniciativas culturais, oferecendo condições de existência para o produto cultural».

Cinema, monopólio e identidade nacional

Orlando Senna

A Embrafilme — empresa estatal de economia mista, responsável pela coordenação e execução da política cinematográfica brasileira — não conta com uma dotação orçamentária regular, a não ser uma contribuição mensal de pouco significado através do Concine (órgão encarregado da fiscalização). A alimentação financeira da empresa é a sua participação no imposto sobre a remessa de lucros oriundos da exploração de filmes estrangeiros no país. Ou seja: o capital de subsistência do cinema brasileiro é retirado dos lucros do produto transnacional no seu próprio mercado. Isto é, quanto menos lucro obtiverem os filmes estrangeiros no Brasil, menos dinheiro em caixa terá o cinema brasileiro para produzir os seus próprios filmes.

Essa dependência, que só não é absoluta porque os filmes brasileiros têm as suas próprias receitas, é periodicamente denunciada pelos cineastas. Este é, porém, apenas um dos dados da batalha que vem sendo travada há 40 anos pelos cineastas e produtores brasileiros contra as transnacionais da comunicação. E os sectores mais conscientes da sociedade sabem quanto é perigosa a colonização cultural.

O cinema norte-americano nas telas e nos vídeos é a ponta de lança da ofensiva ideológica, a aguda difusão de comportamento, ideias e gostos: hoje os brasileiros das camadas mais alienadas incorporam esses estilos: vestem calças Lee, ouvem rock, tomam Coca-Cola e buscam na audimagem de Hollywood a materialização das suas fantasias e cristalizam cada vez mais um padrão de cinema como única opção, um tipo de filme que junta violência e finais felizes. Passam a rejeitar, intintivamente, qualquer

outro nível de linguagem e abordagem e a aceitar passivamente a propaganda da *Motion Picture Association*, segundo a qual o filme brasileiro é desinteressante e de baixa qualidade técnica. O mercado cinematográfico brasileiro, com 200 milhões de espectadores/ano, está entre os cinco mais importantes do Ocidente, rendendo cerca de 60 milhões de dólares anuais para a indústria transnacional da comunicação. Esse cálculo, referente às bilheteiras das casas de exibição, não leva em conta os lucros auferidos com discos, tapes, livros, revistas, vídeo-cassetes e com a massificante exibição na TV (em 1981, as estações brasileiras exibiram 86 longas metragens nacionais e 1790 estrangeiras, fora as séries). O cálculo também não leva em conta os lucros indirectos que se originam neste mercado ideológico nem a pesada perda de identidade cultural do povo brasileiro.



«Iracema», de Jorge Bodanski, descobre os caminhos da miséria na Transamazônica

A partir de então a luta contra a penetração cultural no campo do cinema progride sensivelmente, na frente oficial, (com a promulgação de leis proteccionistas) e na frente cultural. Os artistas nacionais são martirizados (como Olney São Paulo) e alvejados (como Glauber Rocha).

O Instituto Nacional de Cinema

O Instituto Nacional de Cinema nasceu a partir de uma ideia de Alberto Cavalcanti (1). Era um organismo industrial ligado ao Ministério da Educação e Cultura cuja função consistia em gerar medidas de fomento à indústria, comércio e arte cinematográficas. Porém, administrado pelos críticos — que na época respondiam pela orientação da política cinematográfica — o INC não correspondeu à expectativa dos cineastas, corroído por dentro pelo pensamento colonizado dos seus dirigentes. Em 1958, como reacção ao desvirtuamento do INC, os cineastas exigem do governo a criação de um Grupo de Estudos da Indústria Cinematográfica para elaborar Planos Nacionais no sector e «deter a acção dos grupos estrangeiros».

Em 1969, em plena crise política e institucional do país, a Embrafilme é organizada segundo propostas do grupo do Cinema Novo, principalmente de Glauber Rocha que, na época, ironicamente, estava exilado e com os seus filmes proibidos no país. A Embrafilme destinava-se a fortalecer o complexo cinematográfico brasileiro (indústria, comércio e cultura) nos filmes de longa, média e curta metragens. Em 81, a empresa participou no mercado com 20% da produção e 25% da distribuição dos filmes brasileiros, atingindo 12 milhões de espectadores num total de 200 milhões. Sob constante pressão transnacional (além de atingida pela incompetência administrativa) teve um prejuízo de mais de um milhão e meio de dólares num mercado que rende 60 milhões para o produto estrangeiro.

A Embrafilme (mesmo sem alcançar grandes resultados), a re-

serva de um terço do mercado para o filme brasileiro (mesmo sabotada pelos agentes estrangeiros), a obrigatoriedade de um filme curto nacional acompanhar a exibição de um longo estrangeiro (cumprida apenas nos municípios mais importantes) são frutos de laboriosas e difíceis campanhas dos cineastas. E representam pouco em face dos verdadeiros objectivos dessas campanhas e das reivindicações do sector cultural do país, jamais alcançadas. Uma dessas reivindicações é a nacionalização do mercado ou a taxação do produto estrangeiro. Assim, para entrar no Brasil, um filme norte-americano teria de pagar em impostos o custo médio da produção nacional. Outra alternativa seria a aplicação no cinema de uma lei do similar nacional semelhante à que existe para o automóvel.

A obrigatoriedade da curta-metragem

Um momento crucial desta luta de 40 anos ocorreu em 1978, quando acontecimentos de ordem cultural, política e económica agitaram o país. No calor do início do processo de abertura democrática, o governo atendeu à exigência de uma grande campanha dos cineastas em defesa da curta-metragem nacional, expressa em panfletos, comícios, desfiles, espectáculos e com forte relevo na imprensa. O general Geisel assinou um decreto de obrigatoriedade da curta-metragem brasileira, acompanhando o programa de toda e qualquer longa-metragem estrangeira em alguns municípios (2). Foi o bastante para atirar as garras dos monopólios transnacionais. Nesse contexto, o presidente da *Motion Picture Association* desembarcou às pressas no Brasil para encontros secretos com o ministro do Planejamento; houve também ameaças públicas como a de Ash Booney, da *Fox*, dizendo aos repórteres que, caso o Brasil teimasse em discutir o mercado cinematográfico nacional, seriam colocados na mesa das negociações temas como a importação de calçado e café e o reescalonamento da dívida externa. E não es-

tava a mentir, apenas se fazia eco da declaração de Carter, segundo a qual o cinema é tão importante para os EUA como o Canal do Panamá.

As acções e intimidações do imperialismo nem sempre são tão claras. O estilo de maior adopção é o sub-reptício, a fraude, a sabotagem, desde operações de *dumping* até telefonemas ameaçadores a cineastas e jornalistas. A questão da curta-metragem é também exemplar sob esse aspecto: o governo brasileiro recuou no seu ímpeto de leis e decretos visando ampliar a reserva de mercado mas não recuou em relação à obrigatoriedade da curta-metragem. E as transnacionais da comunicação passaram a agir na sombra: utilizando os exibidores, quase todos atrelados às distribuidoras estrangeiras, passaram a lançar no mercado curtas-metragens de baixa qualidade, numa tentativa (que vem conseguindo êxito) de desmoralizar a produção brasileira perante o público. Nenhum nome estrangeiro aparece nesta operação, semelhante à desencadeada nos anos 50 quando a escola nacional da «chanchada» atingia recordes de bilheteira. Semelhante também, no que toca à dissimulação, espionagem e desestabilização, ao jogo de interesses que amordaçou o Cinema Novo dos anos 60, uma geração de filmes políticos contestando, justamente, a presença ideológica, viciante, do filme norte-americano nas telas e aparelhos de TV brasileiros. Essa operação foi substancialmente apoiada pela censura oficial dos anos mais sombrios do arbítrio.

Modelo «hollywoodiano»

Por volta de 1974, a ideia de que o cinema brasileiro só recuperaria o seu mercado se conseguisse transformá-lo (se os filmes nacionais ocupassem telas e vídeo sem necessidade de mudar a sua imagem, o seu som, a sua montagem) foi abandonada pelo grupo de produtores que respondia pela administração da Embrafilme, a favor da ideia oposta. Ou seja, que o cinema brasileiro só

conseguiria obter uma maior fatia do mercado se produzisse filmes o mais próximo possível do modelo comercial transnacional. A contradição é evidente: sabe-se que o cinema brasileiro e o cinema do Terceiro mundo em geral sobrevivem ao embate com as transnacionais porque nunca se confundiram com os produtos «hollywoodianos». No caso do Brasil, onde o cinema tem mais de 80 anos, a experiência mostra claramente que foi possível avançar sobre o mercado quando os filmes expressavam com nitidez um carac-



A «Chanchada» dos anos 50: linguagem nacional



Glauber Rocha (acima), com o seu «Deus e o diabo na terra do Sol»: a luta contra a penetração cultural no campo do cinema

ter e uma linguagem próprios, independentes e criativos — como a «Chanchada», o Cinema Novo e, no passado, a obra de Humberto Mauro. Assim essa concepção de «filme transnacional feito no Brasil para brasileiros» é consequência directa e enfática da colonização de uma parcela do pensamento brasileiro.

Nos últimos meses, com uma nova crise na Embrafilme, com o ressurgimento da censura, com crescentes dificuldades financeiras, com a Imprensa e a televisão a exaltarem as «qualidades» do produto transnacional, o cinema brasileiro tenta superar esse equívoco com duras penas, tendo de lutar na frente interna contra os mercadores da identidade cultural do povo. Enquanto isso, as «sete irmãs» da *Motion Picture Association*, e mais a *Gaumont* francesa e outras empresas transnacionais, estão a desembarcar em Brasília e no Rio de Janeiro, não apenas com as suas latas de filmes prontos, mas também com as suas câmaras. Prevendo que, mais dia menos dia, o cinema nacional brasileiro se imporá no mercado (trata-se de um país em expansão, cada vez

mais politizado e ciente da sua soberania, de um povo muito menos colonizado do que as suas elites, como observou Paulo Emílio Salles Gomes) as empresas transnacionais pretendem produzir, elas mesmas, os filmes brasileiros.

Algumas produções desse tipo já se encontram em andamento. A meta é a internacionalização definitiva do mercado brasileiro, uma zona franca de piratas e aventureiros audiovisuais. A luta prossegue enquanto os cineastas perguntam até quando terão de agir como guerreiros para alcançarem o direito de serem artistas do seu povo. □

1) A 18 de Novembro de 1966 é criado no Brasil o Instituto Nacional de Cinema (INC), com o objectivo de formular e executar a política governamental relativa à produção, importação, distribuição e exibição de filmes, bem como ao desenvolvimento da indústria cinematográfica brasileira, ao seu fomento cultural e à sua produção no exterior.

O Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), criado pelo presidente Getúlio Vargas na década de 30 com o objectivo de fomentar a produção do filme cultural, estava, nessa época, incorporado ao INC. Finalmente, o INC é incorporado na Empresa Brasileira de Filmes «Embrafilme», uma sociedade de economia mista, com atribuições ampliadas, cujo maior accionista é o governo através do Ministério da Educação e Cultura, em 9 de Dezembro de 1975.

Em todos estes anos de actividade, do então INC e da actual Embrafilme, o cinema brasileiro produziu cerca de 900 filmes.

2) Na mesma época em que criou o Instituto Nacional do Cinema Educativo, Getúlio Vargas elaborou um decreto-lei que obrigava a exibição de um filme brasileiro por ano nos circuitos comerciais. A medida provocou muitos protestos de sectores ligados às empresas transnacionais de cinema, que acusavam Vargas de «fazer demagogia e assinar um decreto inócuo».

O tempo mostrou que o decreto-lei de Vargas prosperou, tanto que actualmente, desde 1 de Janeiro deste ano, vigora, por determinação do Conselho Nacional de Cinema, a obrigatoriedade de exibição de 35 películas nacionais por trimestre. Da

mesma forma que nos anos 30, as empresas transnacionais na área do cinema também desaprovam a medida. Só que hoje, o cinema brasileiro, apesar das dificuldades e da concorrência com as produções «hollywoodianas», é uma realidade cultural no país. Queiram ou não as transnacionais e os seus defensores.

Presença do cinema brasileiro

(M. A. Jacobskind com
colaboração de Clóvis Scarpino)



«Eles não usam black-tie»: qualidade premiada

POUCOS anos depois dos irmãos Lumière terem iniciado as primeiras experiências de cinema, no dia 19 de Junho de 1897, o cinegrafista Alfonso Segreto fazia as primeiras filmagens no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Desde esse dia foram realizados cerca de 20 mil filmes que estão a ser objecto de um levantamento pelo Projecto de Filmografia da Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilme). Preciosidades históricas como documentários da Acção Integralista Brasileira, rituais dos índios bororós filmados pelo cinegrafista da equipa do marechal Rondon, major Luís Thomas Reis, e a foto histórica de Rondon com o padre Cícero encontram-se entre esse material, quase totalmente perdido face ao desinteresse com que foi tratado no decorrer de todos estes anos.

Poucos são os historiadores brasileiros que têm utilizado a informação filmada, sobretudo face ao desprezo dispensado a esse património cinematográfico que até ao ano passado ostentava uma marca não superior aos dois mil filmes.

É na década de 20 que começam no Brasil as primeiras produções cinematográficas. Desde essa altura até hoje, o cinema brasileiro ganhou projecção mundial com Glauber Rocha («Deus e o diabo na terra do sol»), Nelson Pereira dos Santos («Vidas secas») e, mais recentemente, com «Eles não usam black-tie», de Leon Hirzman, premiado em oito festivais internacionais, entre os quais o de Veneza no ano passado.

Entre longas e curtas-metragens, o cinema brasileiro participou em 30 eventos internacionais com a apresentação de 84 películas, conquistando 22 distinções, entre prémios e menções honrosas.

«O homem que virou suco», de João Batista de Andrade, conquistou a Medalha de Ouro do Festival de Moscovo do ano passado; «Pixote», de Hector Babenco, ganhou o Leopardo de Prata, no Festival de Locarno, Suíça; a curta-metragem «A menina e a casa da menina», de Maria Helena Saldanha, prémio do Jurado Ecuménico no Festival de Lille, França, e «Gaijin», de Tizuka

Yamazaki, prémio do público no Festival de Bruxelas, Bélgica, são algumas das realizações premiadas.

No Festival de Cannes deste ano, o Brasil fez-se representar com o desenho animado «Meow», de Marco Magalhães (competidor), além de participar na mostra paralela com o filme «Das tripas coração», de Ana Carolina. Mais de 14 filmes brasileiros, entre estes «Prá frente Brasil», de Roberto Farias (vetado pela censura para ser apresentado no Brasil) foram também apresentados, juntamente com uma retrospectiva de quatro filmes de Humberto Mauro, o mais veterano cineasta do país actualmente com 84 anos.

É no mercado da América Latina, com 365 286 dólares arrecadados, que o cinema brasileiro conseguiu penetrar mais, seguindo-se o da Europa Ocidental com 310 447 dólares, o Leste Europeu com 166 000, a América do Norte com 83 344 e o resto do mundo com 65 392 dólares, totalizando no ano passado a quantia de 990 469 dólares, correspondente a 19 títulos:

«Eu te amo», «Gaijin», «Dama do lotação», «Toda nuda será castigada», «Bye bye Brasil», «Pixote», «Engraçadinha», «Tenda dos milagres», «Chuvas de verão», «Fim de festa», «Tudo bem», «República dos assassinos», «O caso Cláudia», «Se segura malandro», «Barra pesada», «Sábado alucinante», «Xica da Silva», «Lúcio Flávio» e «Vai trabalhar vagabundo».

Desde que começou a penetrar no mercado externo de forma mais sistemática, em 1978, a Embrafilme apurou 120 mil dólares. No ano seguinte, 890 mil e, em 1980, 1,125 milhão de dólares.

Segundo dados oficiais, em 1980, 191 milhões de espectadores assistiram a filmes (41 títulos inéditos e 2 reposições) brasileiros, enquanto no ano passado chegou-se a 164 milhões (17 títulos inéditos e também 2 reposições). Em termos de receita global, o ano de 1980 alcançou 1,4 bilião de cruzeiros, enquanto em 1981 atingiu 2,8 biliões, o que equivale a uma receita bruta de bilheteira

de 524,4 milhões (80) e 1,1 bilhão de cruzeiros (81).

Dos filmes de maior bilheteira do ano passado no Brasil, quatro são produções nacionais («Incrível monstro trapalhão», «Eu te amo», «Bonitinha mas ordinária» e «Mundo mágico dos trapalhões»).

Em termos de cinemas comerciais

o quadro é bastante precário. Existem cerca de 2.590 salas de exibições, não se contando nesse número o critério de qualidade, ou seja, os cinemas considerados medianamente aceitáveis. Levando-se em conta que a maioria das salas exibidoras situa-se no eixo Rio-São Paulo e as demais nas principais capitais

brasileiras, a sobra é ainda menor para mais de quatro mil municípios espalhados por todo o território nacional.

Além das salas exibidoras comerciais, o cinema no Brasil é difundido em centenas de cineclubes, muitos deles localizados em igrejas. □



Entre longas e curtas-metragens, o Brasil já participou em trinta certames internacionais onde recolheu 22

prêmios

AS TRANSNACIONAIS NA TV

□ Segundo uma estatística elaborada pelo pesquisador Michel do Espírito Santo, da Divisão de Documentação da Embrafilme, o cinema brasileiro penetrou muito pouco na televisão nacional. No ano passado, de 1.790 longas-metragens exibidas na televisão do Rio

de Janeiro, 86 foram brasileiras e 1.304 norte-americanas. O número de aparelhos de televisão no Brasil é de, aproximadamente, 12 milhões.

No primeiro trimestre de 1982, as televisões do Rio apresentaram 502 filmes nas suas programações, sendo 20 produções brasileiras e 399 norte-americanas. Apenas 11 desses 20 filmes foram exibidos pela primeira vez.



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



ANGOLA AIRLINES



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 • Luanda
telex 3148 3260